

## **RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO: UM ESTUDO COM OPERÁRIAS DA FÁBRICA DE CALÇADOS TESS DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**Claudiana Barbosa da Silva\***

**Caio Brasil Rocha\*\***

### **INTRODUÇÃO**

Diante de diversas leituras e discussões acerca das desigualdades na divisão sexual do trabalho, podemos observar que o tema continua muito presente e latente no que diz respeito ao direito das mulheres neste campo. Para boa parte das mulheres brasileiras, o acesso ao trabalho remunerado aumentou, mas o estímulo e a participação destas, sempre sofreu diversos preconceitos e marginalização por parte dos demais atores envolvidos no processo.

Nossa proposta de pesquisa tem por objetivo refletir sobre o trabalho de mulheres residentes na cidade de Queimadas – Paraíba<sup>1</sup>, e as singularidades das experiências cotidianas, enquanto mulheres no mercado de trabalho, tendo em vista suas visões sobre o trabalho formal, em comparação com suas experiências como trabalhadoras informais. Tomamos a indústria calçadista TESS de Campina Grande como referência para essa pesquisa pois esta contratou um enorme contingente de mulheres nos últimos anos. A escolha de realizar a pesquisa naquela fábrica se deve ao fato que, através da empresa, muitas mulheres da cidade tiveram sua primeira oportunidade de emprego formal, o que as levou a dedicarem-se a busca de qualificação profissional, como tentativa de formalizar o trabalho pela primeira vez.

Entrevistamos dez mulheres e destacamos duas para esta apresentação, uma que ainda trabalha na fábrica e outra demitida. O conjunto dos depoimentos obtidos representa

---

\* Discente do PPGS da Universidade Federal da Paraíba - claudinha.ufcg@hotmail.com

\*\* Discente em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – contato.caiobrasil@gmail.com

<sup>1</sup> A cidade de Queimadas localiza-se no Estado da Paraíba, Nordeste. Situa-se no Agreste da Borborema e tem grande proximidade com a cidade de Campina Grande (19Km), que oferece emprego para muitas pessoas de cidades circunvizinhas. Boa parte da população queimadense exerce atividades em Campina Grande, sejam elas cursos técnicos, escolas, universidades ou empregos diretos.

diversos perfis do ponto de vista feminino. Foram utilizadas algumas perguntas norteadoras: Como as mesmas constroem a imagem de trabalhadoras? Elas utilizam de discursos femininos para garantir seus direitos? O que elas consideram trabalho precário em suas experiências? Em que medida as questões de gênero (divisão de tarefas tanto no ambiente de trabalho quanto no âmbito doméstico) são percebidas no cotidiano destas mulheres? O que mudou em suas vidas através do trabalho formal?

Essas são algumas das questões que pretendemos responder ao longo da pesquisa. Com tal investigação, adentramos no debate acerca da relação entre cultura patriarcal, emancipação financeira das mulheres e precariedade do trabalho feminino. Portanto, levantamos a hipótese de que estas mulheres procuraram independência financeira idealizando o pagamento de um salário como valorização social, passando a partir de então a ter uma vida mais confortável.

O método escolhido foi, portanto, as entrevistas individuais com mulheres de diversos perfis, bem como a pesquisa de dados em sites que trouxessem referências ao tema, para entender a inserção das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos e a nível nacional e local. Mantivemos o nome de nossas entrevistadas em sigilo para preservar suas identidades, apresentando, portanto, nomes fictícios para as mesmas.

## **MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO**

Ativas no mercado de trabalho – por vezes como provedoras, outras como complemento para a renda familiar – as mulheres encontram-se em um universo em que as explicações de mudança ou precariedade<sup>2</sup> do trabalho nem sempre condizem ou abarcam suas expectativas.

De acordo com Fontgalland (2016), a persistência do crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho relaciona-se com transformações demográficas e sociais consolidadas na população brasileira e com reflexos importantes sobre o perfil da força de trabalho feminina, como por exemplo, taxa de fecundidade, redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população e o aumento dos domicílios com chefia da mulher, bem como o aumento da escolaridade das mulheres que trabalham. Mesmo diante

---

<sup>2</sup> Nos referimos a precariedade do trabalho no sentido de que os direitos assegurados pela CLT não são necessariamente cumpridos, ou, se cumpridos, de forma precária.



de tamanhas mudanças na sociedade, persistem as desigualdades nas posições em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho.

Para Arendt (2013), a explicitação dos espaços determinados em sociedade deu-se de maneira a separar os sexos para diferentes atividades: a esfera privada, considerada socialmente como pertencente ao sexo feminino, vista como a realização das necessidades primárias (fisiológicas e básicas); e, contrário pois, à esfera pública, que seria pertencente ao domínio político, dominada pelos homens. Modernamente, o trabalho se apresenta no campo da ação, subordinando ambos ao fator econômico. A autora nos propõe a efetivação da condição humana na pluralidade de iniciar algo novo pois, “viver uma vida completamente privada é abdicar de ser ouvido e visto” (2013). Assim sendo, as mulheres trabalhadoras mostram-se como seres que desejam o domínio do espaço público, seja para ajudar na renda familiar, seja como modo de sobrevivência das mesmas e da família ou até mesmo por *hobby*, mas que encontram no espaço do trabalho fora do ambiente doméstico uma oportunidade de obter direitos, que não tinham enquanto trabalhadoras informais ou domésticas.

Para Saffioti (2013), a mulher, mesmo “aprisionada” ao mundo privado do lar, historicamente desempenhou papel fundamental na produção de riqueza social em qualquer parte do mundo, apesar de apresentarem características diferentes para cada lugar ou cultura. Mesmo sem o trabalho remunerado, contribuía para a estabilidade familiar, em termos de produção e reprodução do grupo. Com o advento do capitalismo, a marginalização de determinados grupos se intensificou, entre eles a das mulheres, elencando a necessidade de se examinar o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino “enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado sob vários aspectos” (ibid, 2013). Sua marginalização do sistema produtivo de bens e serviços sempre serviram de base para os interesses capitalistas de utilizar trabalho barato com o intuito de ampliar os lucros.

No Brasil, a subordinação das mulheres em relação aos homens vem com a formação social patriarcal e com a própria constituição de um espaço político, em larga medida inseparável do “público”, que trouxe consigo, em determinados períodos históricos, a exclusão das mulheres do mercado de trabalho formal. Por outro lado, às que foram incluídas, restaram-lhes o trabalho precário e a dupla jornada.

A evolução do trabalho feminino tem sido encarada como decorrência da secularização das atitudes, da mudança da estrutura familiar, entre outros fatores. Segundo Fontgalland (2016), os novos arranjos familiares têm sido definidos, muitas vezes, pela condição da mulher no mercado de trabalho e não pela lei natural do casamento e maternidade.

Por fim, observa-se, através das leituras bibliográficas, que as mulheres têm papel fundamental na história do trabalho considerado produtivo, pois as mesmas contribuem tanto de forma direta, com o trabalho doméstico não remunerado ou o trabalho fora de casa, quanto na reprodução do grupo, com o cuidado de crianças. Sendo assim, o debate acerca do trabalho feminino e suas especificidades mostram a presença de uma cultura patriarcal ainda muito forte no Brasil e uma exigência à obrigação de dupla jornada destinada a elas.

## **OS DESAFIOS DE EXPERIÊNCIAS DIÁRIAS – AS HISTÓRIAS DE MULHERES QUEIMADENSES EM SUA VIDA LABORAL**

A partir dos relatos de algumas operárias e ex-operárias da TESS que contaram suas experiências de trabalho formalizado, bem como suas vidas fora da fábrica (que implicam uma ligação direta com o mesmo), percebe-se a empresa como local de sociabilidades, bem como os conflitos emergentes e as pautas femininas advindas deste meio.

Seguindo nossos objetivos, procuramos entender como as operárias constroem sua imagem de trabalhadoras e como estas elaboram sua visão de mundo sobre este universo que se apresenta.

### **1. Patrícia**

Patrícia é casada e tem dois filhos, mas seu arranjo familiar diverge das demais entrevistadas. Seu filho de sete anos mora com o pai e a visita nos fins de semana; a filha de dez anos mora com sua mãe e a filha de seu atual companheiro mora com a ex-companheira dele. Sendo assim, considera-se a provedora do lar, mas não responsável por toda a família gerada pelo casal. Mantém as despesas da casa apenas temporariamente, pois seu esposo está desempregado. Há pouco tempo decidiu parar de

pagar aluguel de uma casa para montar seu próprio negócio, indo morar nas dependências do fundo da casa de sua mãe. Devido a esse arranjo, divide as contas da casa com o atual namorado da mãe que é aposentado, mas, segundo ela, “a mulher deve utilizar o salário para comprar artigos de consumo próprios e não para prover a família”, deixando este dever para o homem. Patrícia não considerava seu salário suficiente para o sustento de uma família, mas achava que estava de acordo com o trabalho exercido.

Apesar de desejar trabalhar em outra empresa por considerar que lhe traria maiores benefícios, foi encaminhada para a TESS através do curso do SENAI que teve duração de oito meses. Para Patrícia, as pessoas contratadas devem se qualificar antes de entrar na empresa, sendo inadmissível e injusto que esta qualificação não seja exigida a todos: “é injusto que outra pessoa que não teve o compromisso de passar pelo curso, entre e tenha a mesma oportunidade que a gente”. Segundo Oliveira (2014), esse tipo de discurso ganha destaque desde a década de noventa, acompanhado do conceito de empregabilidade, no sentido de que, mais importante que obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação, sendo necessário adequar-se às exigências do mercado. O autor mostra que este discurso ganhou direcionamento no sentido de que seria o indivíduo responsável por criar para si situações de empregabilidade.

Apesar de ver pontos positivos na empresa pelo trabalho formal e suas garantias inerentes, como pagamento pontual e organização em relação aos equipamentos de segurança, pediu demissão em nome de sua saúde psíquica, por não suportar os conflitos que tinha com a monitora: “eu era muito querida, todo mundo ficou se perguntando porque eu saí, mas eu disse que foi por causa de uma só pessoa”. Para Antunes (2013), “o sofrimento e o constrangimento no trabalho constituem fenômeno pouco visível, porém não menos importante, provocada pela nova realidade de precarização das relações no mundo do trabalho”. Consideramos, pois, que este tipo de assédio moral da monitora com ela provocou grande desgaste ao ponto de pedir demissão.

Em seu relato, observamos que quis demonstrar sua insatisfação quanto ao emprego que não supriu suas expectativas enquanto trabalhadora, mesmo que para ela alguns direitos fossem conquistados apenas com esta formalização. Segundo Antunes (2013) “ao vender sua força de trabalho, o operário cede dentro de certos limites. Vende sua força de trabalho procurando conservá-la ilesa, salvo o natural desgaste, mas não para

destruí-las”. Um exemplo foi a atitude de Patrícia, que pediu demissão ao adoecer no oitavo mês de trabalho, não propriamente pela carga física pesada, mas sim pelo desgaste emocional:

Trabalhei na TESS, quando tinha oito, nove meses, eu adoeci e eu pedi pra eles me colocarem pra fora [...] Então eu adoeci, minhas plaquetas abaixaram, nesse mesmo período minha menina ía fazer uma cirurgia de uma queda que tinha sofrido, então eu uni o útil ao agradável e eu pedi pra eles me colocarem pra fora, mas eles também, assim, de início eles não entenderam porquê, mas assim, lá dentro eu tava me sentindo tão sufocada, né, porque eu tava indo à força

E continua relatando

E essa menina(a monitora) do nada implicava com todo mundo sabe, do nada ela chegava junto se tivesse trabalhando ou não, podia ter uma pessoa sem máscara, se fosse amiga dela e você tivesse sem a máscara também, ela mandava você colocar e a pessoa que era amiga dela, não mandava. Aí ficava aquela picuinha, aquela pilerinha, aquela coisinha, aquelas implicância, não gosto dessas coisa [...] Aí por duas ou três vezes eu tive com a pressão altíssima, fui pra enfermaria e eu disse ‘Não!’ se for pra tá num trabalho pra tá adoecendo, pra não tá produzindo, eu prefiro não ficar, eu prefiro que eles me coloquem pra fora”.

Apesar de considerar todo o trabalho na fábrica leve, admite que haviam diferenças no trabalho em termos de gênero: “as mulheres não carregavam caixotes, pra lixar, as mulheres também não lixavam, mas se tinha uma mulher com interesse de aprender aquilo ali, eles também não iam se opor não, tá entendendo, porque aí era de cada um, mas mandar fazer serviço pesado, não. No meu ponto de vista, na TESS não tem serviço pesado nem pra homem, nem pra mulher”.

## **2. Luana**

Esta operária trabalha na fábrica no horário noturno, é natural de Queimadas- PB e trabalhou informalmente em outros lugares desde os doze anos de idade. Aos doze foi para o Estado do Rio de Janeiro trabalhar como doméstica, conseguindo este serviço através de uma tia. Aos dezesseis anos volta à cidade e passa a trabalhar como babá, onde passou oito anos. Tentou terminar o ensino médio com a ideia de conseguir um trabalho

melhor, bem como a oportunidade de assinar a carteira. Na primeira oportunidade foi para a TESS. O setor que trabalha (injetora) comporta oito pessoas na linha de produção, sendo que há poucos meses, comportava vinte e duas. Com o corte de funcionários, dobrou a produção para os que ficaram, mesmo sem aumento salarial. Para ela, não há tempo sequer para utilizar o banheiro confortavelmente, já que o tempo gasto com esta pausa faz com que a produção acumule na esteira e passe a exigir maior rapidez.

Sua função está ligada a duas máquinas, segundo ela, as que mais produzem no turno da noite, o que não sobra tempo para conversar ou entrar em conflitos. Conseguiu fazer alguns amigos que considera mais próximos que a família, já que esta não compreende que a exigência do trabalho exercido também requer dela descanso durante o dia

hoje eu moro aqui, mãe mora ali na outra casa de trás. Aqui somos só eu e as crianças, mas eu como lá em mãe. Eu cheguei, tentei dormir, fica minha irmã aqui conversando, eles não entendem que eu trabalho a noite toda e eu tenho que dormir. Aí meu pai fez a cirurgia há pouco tempo, amputou a perna, aí tudo que acontece tem que chamar Luana. Se chegar uma enfermeira pra fazer o curativo, tem que chamar Luana. Se chegar alguém pra visita pai, tem que chamar Luana. Eles entendem que eu trabalho e tenho que dormir? Não! Aí chega esse pequenininho aqui e fica fazendo zuada, aí eu tenho que me levantar (se refere ao sobrinho). Aí o ambiente de trabalho da gente é uma coisa sagrada porque a gente tem que preservar o respeito, a educação lógico, porque a gente passa mais tempo acordado, vive sua vida lá dentro do que com a sua própria família em casa

Luana foi demitida junto a seiscentos funcionários em fevereiro de 2016, mas ao fazer os exames demissionais, descobriu que estava grávida. No momento da entrevista, estava com vinte e oito semanas de gravidez, tem dois filhos, é separada e é chefe de família.

Com a demissão teve seu primeiro contato com o sindicato, pois decidiu buscar seus direitos. Ao fazer acordo com a fábrica para retornar, optou por continuar no mesmo cargo e no mesmo horário, mesmo reconhecendo seus limites físicos. O medo de a demissão acontecer novamente lhe angustia ainda mais do que trabalhar à noite. Observamos isto quando diz ter voltado para a fábrica após a demissão que ocorreu nas primeiras semanas de gravidez e o esforço que está fazendo para que possa permanecer após o parto:

Aí se eu não voltasse pra trabalhar eu ia continuar recebendo normalmente como se eu fosse uma funcionária, né, estaria só afastada, mas eles teriam que me pagar direitinho, até eu ganhar o neném. Quando o advogado disse assim “Luana, volte a trabalhar porque quando você volta é mais fácil ganhar todas as causas porque vai depender de você. Pra justiça você voltando mostra que você queria trabalhar, foram eles que lhe colocaram pra fora”, aí eu disse “então eu volto a trabalhar”, aí fui e voltei. Quando foi dia 18 de março eu voltei pra trabalhar normal, aí eles vieram com conversa que teria que mudar meu setor e meu horário. Aí eu disse “Não, eu não quero mudar nem de setor nem de horário, vou continuar no mesmo” aí eles ficaram com medo, né. Aí continuei à noite e tô no mesmo setor ainda. Só que assim, aconteceu a mesma coisa com outra menina da inspeção, ela tava grávida, já tinha voltado da licença maternidade, quando ela voltou com 4 meses depois botaram ela pra fora. Aí ela foi e tava grávida de novo, mas aí ela não quis voltar não. Ela disse que não queria voltar não porque aquilo era uma humilhação e eles não podiam fazer isso com ela não. E fez certo, botou na justiça e ganhou neném agora, tá com poucos dias o neném dela.

O medo de perder o emprego faz com que esta mulher tente assegurar o máximo de tempo no trabalho (atualmente está na vigésima oitava semana de gestação) mesmo sem condições físicas, bem como o horário noturno mantido. Mesmo que não fale claramente, percebe-se que seu receio em mudar de horário está vinculado ao medo da demissão. Em outro momento, demonstra que seria melhor mudar de horário: “se eu pudesse mudar, eu mudaria o meu horário de lá da empresa e se eles pudessem disponibilizar transporte pros funcionários, já era alguma coisa”. Ela fala isso em relação ao transporte próprio, pois vai de motocicleta até o emprego, já que a empresa não disponibiliza rotas aos funcionários. Diz também: “Pelo meu médico e pelo médico da empresa já era pra ter me afastado porque eu corro o risco de perder o neném. Mas não posso tá fazendo isso, tenho que pedir a Deus, apelando a Deus pra ficar tudo bem, porque até esse mês tenho que trabalhar bem direitinho, até dia três de setembro”.

Observamos também que o que esta operária considera redução da jornada de trabalho se trata na verdade de uma maneira da fábrica economizar em termos de salário. A fábrica propôs aos operários um dia de “descanso” em troca de retirar o adicional noturno do salário: “Os outros turnos trabalham até o sábado, mas a gente, eles disseram

que daria o sábado de descanso e tiraria o adicional, aí pra gente fica melhor porque fica um dia a mais em casa né, enquanto os outros não ficam”.

Luana diz que o cargo de operador atualmente é totalmente masculino, pois a mesma diz que os responsáveis preferem colocar homens para esta função, não especificando o porquê. No entanto, fala da chefia como esperança para as mulheres no sentido de garantir um pouco de estabilidade no emprego:

todos os cargos de chefia são de mulheres, principalmente engenheira de produção, de marketing, de RH, tudo agora é mulher, não tem um homem mais lá não. Aí assim, a gente acha que por elas ser mulher, né, acho que elas vão dar mais chance a gente que tá lá dentro, tantas mulher assim que são mães. [...] a supervisora teve uma reunião com a gente e ela disse que só iria haver demissão de mulheres se realmente fosse necessário, se realmente não tivesse outro meio, mas ela não ia fazer mais isso porque realmente as que tavam lá tinham sido selecionadas a dedo, as mulheres que tinham sobrado na empresa. De 3.900 funcionários mais ou menos, hoje não resta nem mil e poucos, só. A maioria são mulher. Tava ali porque tinha sido selecionada a dedo, tava ali porque realmente precisava e realmente tava mostrando serviço.

Sendo assim, enfatiza a todo momento o quanto precisa do emprego, pois atualmente está separada e precisa manter todas as despesas da casa.

Enquanto isso Luana, por mais que observe problemas relacionados ao trabalho e ao tratamento que a fábrica traz aos operários, diz exercer seu compromisso com todo afincado, pois não sabe o que faria sem este trabalho, temendo ser demitida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da oportunidade de trabalhar na fábrica, analisamos que para elas, a chance de se inserir em atividades consideradas produtivas, se mostrou como algo inovador e bom, pois as mesmas, apesar de observarem problemas relacionados com o trabalho ou com as especificidades de gênero, queriam continuar trabalhando, pois construía sua imagem como útil para família e para a sociedade como um todo. No entanto, essa construção só seria possível se o emprego também acompanhasse suas especificidades enquanto mulheres. Os discursos femininos utilizados caminharam,



portanto, neste sentido, considerando que algumas delas estão gestantes e precisam de direitos conquistados com a CLT para prosseguirem como provedoras do lar.

Portanto, sua visão de mundo sobre este universo que se apresenta depende bastante do que elas consideram essencial para a vida em família ou em sociedade.

Portanto, nossa hipótese de que estas mulheres procuraram independência financeira idealizando o pagamento de um salário como valorização social, passando a partir de então a ter uma vida mais confortável se confirma em certa medida, pois a maioria delas idealizava o trabalho formal como algo que mudaria suas vidas, o que não aconteceu devido a vários motivos, seja por questões de saúde, de conflitos formados na fábrica, demissões sem justificativas ou até oportunidades melhores fora deste ambiente. No mais, a falta de determinados direitos básicos como plano de saúde, transporte da empresa, descontos demasiadamente altos no salário e exigência de muita produtividade as deixavam desconfortáveis devido à falta de opção.

Embora as entrevistadas geralmente falem bem da fábrica e do cargo que ocupam, essa postura não anula a dura realidade relatada por elas, onde desenvolvem táticas inventadas ou reinventadas, onde a permanência das mesmas marcou a luta contínua por trabalho, realização e sobrevivência.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Antunes, Ricardo. A dialética do trabalho I: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARAÚJO, Francisca Pereira. Tecendo memórias, fazendo histórias: Mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande – PB entre 1960 e 1990. Dissertação de mestrado na área de História, cultura e sociedade. Departamento de história pela Universidade Federal de Campina Grande. Publicada em abril de 2015

ARENDRT, Hanna. Os domínios público e privado. In: \_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Divisão sexual do trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, Deis E. (Org), **Relações de trabalho, relações e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.



CASTRO, Nadya Araújo. Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. In: SIQUEIRA, Deis E. *Relações de trabalho, relações e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

COSTA, Albertina (Org.). Divisão sexual do Trabalho, estado e crise do capitalismo. In: HIRATA, Helena. **A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva da divisão sexual do trabalho**. Recife: SOS CORPO, 2010.

FONTGALLAND, Isabel Lausanne. **MULHERES COMO CHEFES DE FAMÍLIA: retalhos da Paraíba, do Nordeste e do Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *In A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e e a precarização*. São Paulo: Autores associados, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. et al. As novas tendências da qualificação profissional e o Senai da Paraíba. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de (Org.). **DINÂMICAS ATUAIS DO TRABALHO NA PARAÍBA: leituras sociológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Mulher e capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES: Mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O AVESSE DO TRABALHO III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

## **SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E ALIMENTAÇÃO BÁSICA FAMILIAR, UMA DISCUSSÃO ENTRE A TEORIA E A REALIDADE DOS TRABALHADORES RESIDENTES NAS CAPITAIS DO SUL.**

**Roselaine Navarro Barrinha**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: roselainenbs@gmail.com

**Edicleia Lopes da Cruz Souza**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: edicleia.souza@unioeste.br

**Nelito Antonio Zanmaria**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: nelitozanmaria@yahoo.com.br

**Luana Rosin**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: luana\_rosin@hotmail.com

### **RESUMO:**

O salário mínimo foi criado no Brasil a partir da Lei nº185 de 1936 e do Decreto lei nº399 de 1938. A constituição informa que é seu dever o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família, dentre estas, a alimentação. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente a “Pesquisa do Custo da Cesta Básica de Alimentação” em 27 capitais brasileiras. Nesse sentido, buscou-se, a partir dos dados da mesma, verificar se o Salário Mínimo Nacional (SMNac) tem propiciado ao trabalhador residente nas capitais do sul do país e que o tem por restrição orçamentária, atender tão somente a alimentação básica familiar. A análise dos dados apontaram uma negativa em tal sentido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Salário Mínimo Nacional, Salário Mínimo Necessário, Alimentação Básica

## 1 INTRODUÇÃO

A instituição do salário mínimo, segundo Neumark e Wascher (2008) remonta ao final do século XIX na Nova Zelândia e Austrália. Posteriormente, alcançou o Reino Unido e em 1938 os Estados Unidos. No Brasil, o Salário Mínimo Nacional (SMNac) foi criado em 1936, a partir da lei nº185, que o definiu como a remuneração mínima paga ao trabalhador. O decreto-lei nº 399, de abril de 1938, o regulamentou e o nº 2.162, de 1º de maio de 1940, fixou os seus valores, que passaram a vigorar nas mais distintas regiões do País<sup>1</sup>. Por tal instrumento o trabalhador garantiria à sua família o atendimento das necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte.

O DIEESE, por meio de suas pesquisas vem há tempos demonstrando preocupação com a condição do trabalhador brasileiro. A “Pesquisa do Custo da Cesta Básica de Alimentação”, realizada em 27 capitais brasileiras confirma tal preocupação, na medida em que permite, dentre outros aspectos, verificar o alcance do SMNac em relação ao custo da cesta básica de alimentação e, por sua via, a percepção da real condição do trabalhador. Como forma de contribuir para tal discussão buscou-se, a partir dos dados disponibilizados pelo DIEESE, verificar a capacidade do SMNac, no período de 2010 a 2016, nas capitais sulistas, de garantir não a totalidade do mencionado na constituição, mas tão somente a alimentação básica. Buscou-se ainda promover um diálogo entre a teoria econômica e a realidade empírica vivenciada por tais trabalhadores.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo, para além da introdução e da metodologia se organizou em três outras partes. O item 3 dedicou-se a fazer um *tour* pelas escolas clássica e marginalista-neoclássica, a fim de identificar o que nelas se versou sobre o salário do trabalho, sua conformação e o que deveria suprir. Em seguida se discorreu sobre o processo de satisfação do trabalhador frente à sua restrição orçamentária, dada pelo salário. Expôs-se a ideia de forma geral para depois confrontá-la com a realidade dos trabalhadores das capitais do sul do país que têm como renda familiar o SMNac.

Para o desenvolvimento da discussão considerou-se o disposto na legislação nacional que define, o SMNac deve propiciar ao trabalhador e à sua família: alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Para a pesquisa em questão, priorizou-se apenas a alimentação. A cesta de alimentação básica individual utilizada foi a estabelecida pelo Decreto-Lei, nº399. Com base nele, a Tabela 1, relaciona os alimentos e suas respectivas quantidades para a região sul. Para a cesta familiar multiplica-se as quantidades dos alimentos por 03, conforme definido pelo decreto lei 399 anteriormente citado que estipulou uma família de tamanho médio como aquela integrada por 02 adultos e 02 crianças – sendo que 02 crianças correspondem a 01 adulto.

---

<sup>1</sup> O país foi dividido em 22 regiões, sendo as 20 unidades federativas existentes na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal. Todas essas regiões foram ainda redistribuídas em 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o SM. No total, foram fixados 14 valores distintos e a relação entre o maior e o menor valor, em 1940, era de 2,67.

**Tabela 1 - Provisões mínimas mensais de alimentos estipuladas pelo Decreto-Lei, n° 399**

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0kg	4,5 kg	<b>6,6kg</b>	6,0 kg
Leite	7,5l	6,0l	<b>7,5l</b>	15l
Feijão	4,5kg	4,5kg	<b>4,5kg</b>	4,5kg
Arroz	3,0kg	3,6kg	<b>3,0kg</b>	3,0kg
Farinha	1,5kg	3,0kg	<b>1,5kg</b>	1,5kg
Batata	6,0kg	-	<b>6,0kg</b>	6,0kg
Legumes (tomate)	9,0kg	12,0kg	<b>9,0kg</b>	9,0kg
Pão francês	6,0kg	6,0kg	<b>6,0kg</b>	6,0kg
Café em pó	600gr	300gr	<b>600gr</b>	600gr
Frutas (banana)	90 unid	90 unid	<b>90 unid</b>	90 unid
Açúcar	3,0kg	3,0kg	<b>3,0kg</b>	3,0kg
Banha/óleo	750gr	750gr	<b>900gr</b>	1,5kg
Manteiga	750gr	750gr	<b>750gr</b>	900gr

**Fonte:** Decreto-Lei n° 399, de 1938. Quadros anexos. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Determinou-se a capacidade do SMNac vigente anualmente de adquirir a alimentação básica familiar através da sua divisão pelo valor da cesta individual, o que evidenciou, para cada ano, quantas cestas de alimentação básica individual em média eram passíveis de ser por ele adquiridas. O valor anual médio da cesta nas capitais do sul foi obtido a partir dos dados mensais fornecidos pelo DIEESE.

Como último ponto de discussão buscou-se verificar o volume monetário capaz de garantir o previsto nos já referidos decretos leis e para tanto utilizou-se novamente dos textos de lei já citados, que demarcam: a alimentação deve corresponder a 35% do valor da renda mínima a ser recebida pelo trabalhador. Quanto deveria ser ela então nas 03 capitais do Sul, ao longo do período considerado? Para obter tal resposta tomou-se o valor médio da cesta básica de alimentação no ano, multiplicou-se por 3 e dividiu-se tal resultado por 0,35, chegando-se assim ao SMNec anual para o período analisado. Por fim, a conclusão e as referências.

### **3. O SALÁRIO DO TRABALHO: UM *TOUR* PELAS PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO**

Neste tópico buscou-se, a partir da leitura das principais escolas econômicas, identificar o que nelas se discute sobre a determinação do salário, bem como, o que deveria ele garantir. Partiu-se da escola clássica para na sequência abordar a perspectiva marginalista/neoclássica. As ideias atribuídas a tais autores são de amplo conhecimento no âmbito da ciência econômica e nesse sentido ao expô-las utilizou-se quase tão somente de citações indiretas.

#### **3.1 A PERSPECTIVA CLÁSSICA**

Smith (1983, p.117) e os clássicos em geral ressaltaram em seus escritos que o salário do trabalho deveria ser estabelecido via contrato firmado entre trabalhadores e empregadores. Enfatizaram no entanto, que ele deveria assegurar o necessário à subsistência do trabalhador e de sua família – inclusive a fim de garantir a manutenção de um estoque adequado do fator de produção em questão. Tal contrato seria, no entanto – como reconheciam -, a expressão

formal de interesses opostos. No momento em que Smith escreveu a respeito, seu entendimento era de que os empregadores detinham vantagens na formatação dos referidos contratos, por possuírem condições mais propícias de organização enquanto classe. Ricardo (1983) destacou que o trabalho possui um preço natural e um preço de mercado. O primeiro seria (ou deveria ser) expressão do *quantum* monetário necessário à subsistência do trabalhador e de sua família. Assim, o preço natural em tese seria definido a partir do preço dos alimentos, dos gêneros de primeira necessidade e das demais coisas necessárias à satisfação do trabalhador e de sua família.

É necessário que um homem viva sempre do seu trabalho, e que seu salário seja o mínimo suficiente para mantê-lo; é necessário mesmo algo mais na maioria das circunstâncias, ou do contrário seria impossível ao trabalhador sustentar uma família, e então a descendência desse trabalhador não poderia persistir por mais de uma geração. (SMITH, 1983, p.85).

No entanto, Smith não determinou um valor mínimo para a subsistência da família do trabalhador, acreditando que essa determinação deveria ser feita socialmente, daí sua menção, “Eis algo que não tomarei a meu encargo determinar” (SMITH, 1983, p. 85).

De fato, o preço natural da força de trabalho transforma-se, na prática, no que Ricardo (1983) chama de Preço de Mercado da Força de Trabalho, que nada mais é que o *quantum* monetário que se paga pela aquisição da força de trabalho por um dado período de tempo. Sendo assim, o preço de mercado da força de trabalho deveria, a qualquer tempo, ser a expressão fiel do preço natural, ou seja, deveria ser capaz de adquirir o conjunto dos bens essenciais necessários à subsistência do trabalhador e de sua família. No entanto, como os autores clássicos admitem, o preço de mercado por sofrer as interações entre a oferta e a demanda por trabalho, não necessariamente seria, no curto prazo, a expressão fiel do preço natural da força de trabalho, ainda que, acreditassem eles, no longo prazo, a ação da concorrência promovesse a sua igualdade.

### 3.2 AS PERSPECTIVAS MARGINALISTA-NEOCLÁSSICA

A segunda metade do século XIX e, mais especialmente seu último quartel, foi um marco na história do capitalismo. Ao contrário do descrito pelos economistas da escola clássica, era visível que a concorrência perfeita traduzida num quantitativo de pequenas empresas não traduzia a realidade então vigente. Empresas gigantescas sob a forma de sociedades anônimas começavam a marcar seu domínio no mercado. Tal contexto, somado à obra de Marx (1867), que se tornara pública, conformou a necessidade de uma "revisão" na teoria clássica, mais especificamente, na teoria do valor trabalho. Foi assim que veio à tona a teoria do valor amparada no princípio da utilidade marginal decrescente. Desde então, o valor de todas as coisas – bens e serviços -, inclusive o valor do trabalho, passou a ser definido por tal perspectiva.

No que diz respeito especificamente ao salário do trabalho, na ótica marginalista ele é dado pelo valor do produto do trabalho que, por sua vez, é dado por sua utilidade marginal - definida pelo mercado. Essa forma de quantificação do valor do trabalho foi chamada de teoria da imputação – desenvolvida inicialmente por Menger (1883), que define: o valor do fator de produção é dado pelo valor do bem que ele produziu/ou participou parcialmente da produção. Sob tais termos, o trabalho ao atuar na produção de uma dada mercadoria está produzindo utilidade, materializada na mercadoria. Assim, a sociedade, a partir da demanda de cada bem, estabeleceria, por meio da utilidade marginal, o valor daquele bem, e, por seu turno o do

trabalho nele empregado. Sendo assim, o trabalhador seria remunerado a partir da sua contribuição para o processo de produção da utilidade demandada pela sociedade. Em tais termos, o trabalhador ao produzir utilidade a *outrém*, a obteria automaticamente para si e seria capaz de, enquanto agente racional, maximizar a sua satisfação pelo consumo.

Dado o exposto, pode-se dizer que, para os marginalistas e neoclássicos, o ponto determinante para a fixação do salário do trabalho seria o mercado. A relação estabelecida entre a oferta e a demanda de trabalho na sociedade repercutiria assim na esfera da produção. Seguindo seus pressupostos teóricos, o domínio do mercado garantiria, em tese, o ambiente de equilíbrio que asseguraria a maximização da utilidade/satisfação das necessidades do conjunto social.

Portanto, quanto maior a utilidade representada pelo produto do trabalho em cada tempo, maior seria o valor pago pela força de trabalho, daí a aversão neoclássica à intervenção do Estado no sentido de regular o seu valor. O mercado atuaria, portanto, como regulador fiel do valor (utilidade) de cada mercadoria, serviço ou fator de produção e promoveria o equilíbrio. Sendo assim, situações anormais como excesso de oferta em qualquer mercado evidenciaria, por exemplo, a prática de um valor maior que o valor efetivo da mercadoria, bem ou agente de produção - dado por sua utilidade - e a conseqüente necessidade de ajuste.

Para os autores de base marginalista/neoclássica a utilidade não pode ser mensurada, somente estimada a partir da observação das preferências dos indivíduos, caracterizados como maximizadores racionais e calculistas, que buscam obter, por meio do consumo, utilidade/satisfação. Poder-se ia exemplificar tal maximização da seguinte forma: um indivíduo maximizaria sua/utilidade quando, a partir da sua renda, ao acessar uma cesta de bens, se sentisse plenamente satisfeito a ponto de o consumo de uma unidade a mais de cada bem nela constante ser descartado. Em tal caso, sua renda estaria assegurando sua satisfação.

#### **4. RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E MAXIMIZAÇÃO DA UTILIDADE FAMILIAR: O CASO DOS TRABALHADORES RESIDENTES NAS CAPITAIS DO SUL**

O exposto anteriormente poderia ser assim resumido: na perspectiva marginalista-neoclássica, que serviu de base para a construção da teoria microeconômica, a utilidade é o determinante último dos preços e sendo assim, cada fator de produção recebe remuneração igual ao valor de seu produto marginal (HUNT, 2013). Isso significa que o salário do trabalhador deve(ria) refletir sua contribuição para a geração de utilidade. Nesse sentido, o SMNac, em tese, seria tradutor médio dessa contribuição e, enquanto tal, promoveria (ou deveria promover) a maximização da sua satisfação. Ou seja, entende-se o SMNac representaria ao menos o que é fundamental à manutenção das necessidades familiares mais básicas.

Na prática, no Brasil, tal afirmativa corresponderia ao seguinte: o trabalhador, a partir do emprego do seu SMNac, obteria a maximização da satisfação na medida em que o último real gasto com a última unidade de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte (conforme Lei nº185, 1936), lhe trouxesse o mesmo grau de utilidade marginal e este, por sua vez, revelaria a saciedade. O referido se aplica efetivamente para o trabalhador brasileiro, mais especificamente para o trabalhador cuja restrição orçamentária é o SMNac e que reside nas capitais da região sul – Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre? O referido se aplica quando se leva em conta apenas o quesito alimentação?

Para responder à mencionada questão tomou-se inicialmente por consideração o valor do SMNac e o valor médio anual da cesta básica de alimentação no período de 2010 a 2016, para as três referidas localidades. Na sequência, procedeu-se a relação entre o salário mínimo nacional vigente e o valor da cesta básica de alimentação individual, por meio da qual se

respondeu à seguinte questão: quantas cestas básicas de alimentação o salário mínimo pôde comprar a cada ano? Os resultados obtidos estão expressos no Gráfico 01 e sua visualização evidenciou:

- Nas 03 capitais o valor do SMNac vigente em cada ano ao longo de todo o período se mostrou insuficiente para adquirir a cesta básica de alimentação familiar;
- Porto Alegre aparece, ao longo de praticamente todo o período, como a capital onde o SMNac teve a menor capacidade de aquisição de cestas de alimentação básica – à exceção de 2014, quando Florianópolis assumiu tal posto;
- Curitiba foi a capital cujo SMNac comprou, ao longo de todo o período, a maior quantidade de cestas básicas de alimentação, ainda que tenha persistido nela a incapacidade do mesmo em atender a necessidade familiar;
- O ano de 2012 aparece como aquele no qual o salário mínimo nacional comprou a maior quantidade de cestas básicas de alimentação, 2,3, em Curitiba;
- De 2013 a 2016 o que se verifica ano a ano, para as 03 capitais, é uma redução na quantidade de cestas básicas compradas pelo SMNac. Vale ressaltar que esse movimento descendente tinha se manifestado já em 2011 frente a 2010, mas havia se revertido em 2012. No entanto, a partir de 2013 o referido movimento voltou a se impor e a perda do poder de compra do SMNac frente à cesta básica de alimentação fez-se novamente presente, assumindo em Porto Alegre, no ano de 2016 o limite mínimo de 1,95 cestas.

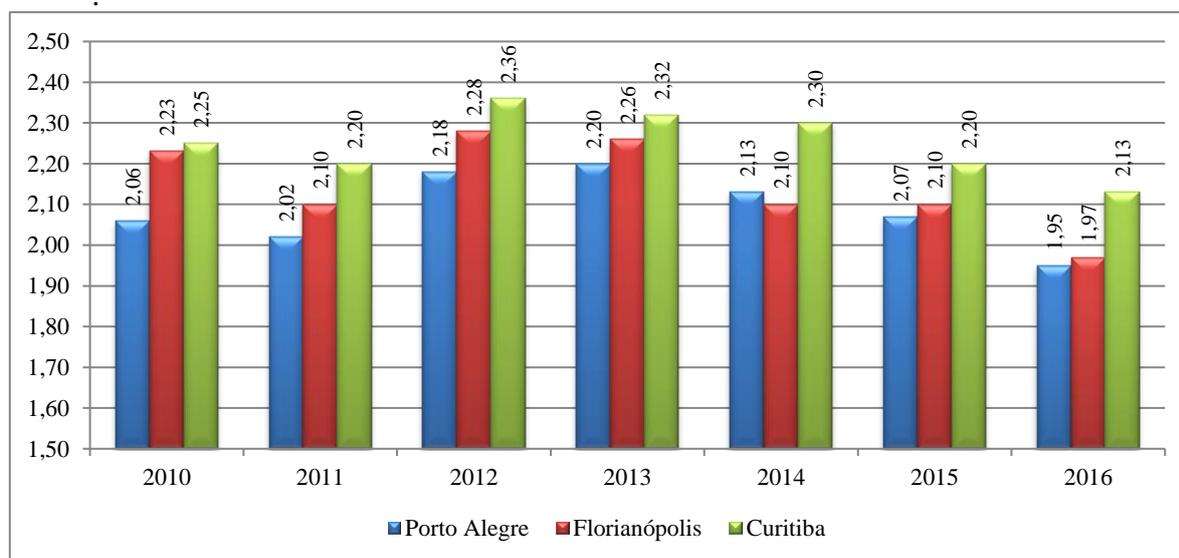


Gráfico 1 - Relação entre o valor da cesta básica e o SMNac em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba 2010-2016

Fonte Dados: DIEESE (2017), Gráfico elaborado pelos autores.

Portanto, o constante da última constituição, quanto ao que deveria garantir o SMNac não se efetiva para nenhuma das três capitais, de onde se pode igualmente deduzir que, se ele não consegue atender a necessidade básica de alimentação familiar, o trabalhador que o auferir não consegue maximizar a satisfação familiar, já que tal significaria permitir atender necessidades outras que não apenas a referente à alimentação. Vale reforçar que a alimentação básica corresponde, ou deveria corresponder, a 35% do valor do salário mínimo. Nesse sentido, o trabalhador, de quaisquer umas das 03 capitais citadas deveria ocupar apenas 35% do SMNac para fazer jus à alimentação familiar – atualmente esse valor corresponderia a R\$327,95

multiplicado por três, e o valor sobranteria garantiria, ou deveria garantir, o atendimento das demais necessidades. Pelo Gráfico 01, ficou explícita a incapacidade do SMNac em atender meramente a alimentação familiar, quanto mais, os outros componentes que em tese deveria garantir.

Como mencionado pela escola marginalista/neoclássica, o fator trabalho ao desempenhar sua atividade estaria ao mesmo tempo produzindo utilidade para a sociedade e, portanto, para si mesmo, na medida em que o salário por ele recebido lhe daria condições de garantir a maximização pelo consumo. Em outros termos, seu salário lhe permitiria a aquisição de todos os bens que conformam a subsistência familiar. Por sua vez, em face do revelado pelos dados, é difícil aceitar que a contribuição do trabalhador para o processo de produção de utilidade seja tão precário a ponto de não lhe garantir, bem como à sua família, o necessário à alimentação básica.

Na discussão aqui apresentada, o que se percebeu é que o SMNac está muito distante de garantir de fato a maximização da satisfação do trabalhador e de sua família. Essa maximização exigiria, como se pode ver no Gráfico 02, SMNec bastante distintos do SMNac praticado ao longo de todo o período analisado. Apenas como exemplo, basta citar que em 2016, a diferença entre o SMNac vigente e o SMNec em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre deveria ter sido R\$ 2.659,40, R\$ 2.960,09, R\$ 2.999,94 respectivamente.

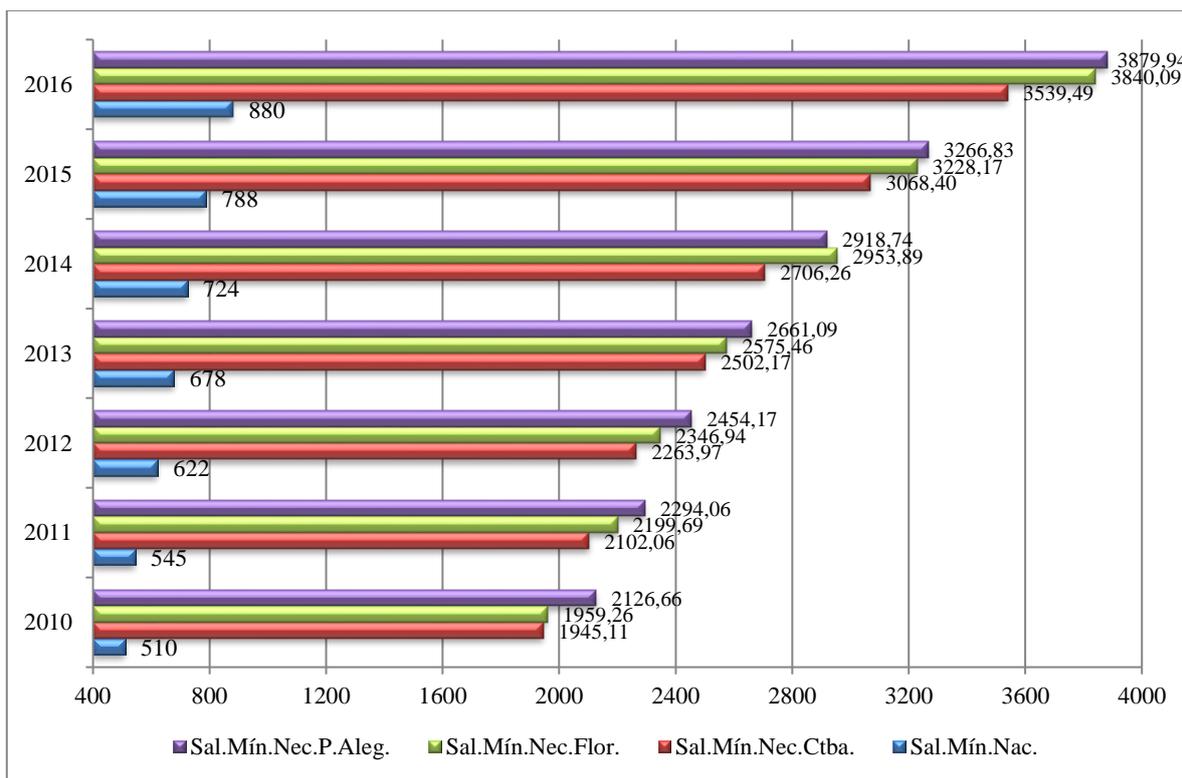


Gráfico 2 - SMNac versus SMNec em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba 2010-2016

Fonte Dados: DIEESE (2017), Gráfico elaborado pelos autores.

É nesse sentido que, ao se confrontar o empírico com o teórico, considera-se que a teoria, deve ser tomada como um parâmetro, mas não como verdade absoluta, na medida em que no plano real, as imperfeições existentes no mercado, na produção e na distribuição da riqueza incapacitam ou pelo menos dificultam a sua plena aplicabilidade. Assim, o que se pretende, não é negar o que é inquestionável, a validade da(s) teoria(s) econômicas enquanto norteadoras do

comportamento dos agentes econômicos, mas apenas evidenciar que elas possuem seus limites, e sendo assim, devem ser consideradas como parâmetros e não como doutrinas, dogmas.

Por fim, vale ressaltar que é nesse contexto de precariedade sob o qual vive o trabalhador e apesar dele, que tem ganhado força o discurso da necessidade das reformas trabalhista e previdenciária, as quais têm tramitado em caráter de urgência nas instâncias que ao menos em tese dizem ser representativas do povo. É neste contexto e sem a necessária participação da sociedade (povo) que se pretende impor sobre um coletivo que representa a grande maioria da população brasileira (a classe trabalhadora), o que parece ser uma precariedade ainda maior – e que dado o exposto anteriormente já por si só parece inimaginável. É neste contexto que o Brasil segue se autodenominando e se permitindo ser denominado como país em desenvolvimento. No entanto, será que de fato, é admissível que uma nação que não garante à sua população trabalhadora condições mínimas para se alimentar, portanto, para viver, como bem destaca Amartya Sen, siga utilizando tal qualificativo? Esta é uma questão que merece maiores estudos certamente?

## **5. CONCLUSÃO**

O presente artigo permitiu evidenciar que os trabalhadores que residiram nas capitais do sul e que tinham por restrição orçamentária o SMNac de 2010 a 2016, não somente não conseguiram atender a satisfação familiar básica no que tange aos itens previstos na constituição, como também não conseguiram atender a satisfação familiar referente apenas ao item alimentação básica. Nesse sentido, dentre as 03 capitais dos Estados do Sul, Porto Alegre figura como a capital onde o SMNac, ao longo de todo o período, adquiriu a menor quantidade de cestas básicas de alimentação, seguida por Florianópolis e depois Curitiba.

Evidenciou-se ainda, a partir de um diálogo entre a teoria econômica e a realidade empírica, expressa nos valores da alimentação básica e no valor do SMNac, que de fato, a retribuição dada ao trabalhador por seu salário em tais espaços não segue a recomendação feita pelos clássicos desde o século XVIII. De outra forma, por meio de tal diálogo percebeu-se ainda que é extremamente difícil, quando se pensa em termos de maximização da satisfação a partir da restrição orçamentária do trabalhador que ganha o SMNac, aceitar que ele não produza, por meio do seu trabalho, um montante tal de utilidade social que lhe capacite a garantir minimamente a alimentação familiar básica.

O presente artigo vale ressaltar, não pretendeu questionar a essencialidade das teorias econômicas ou seu papel no sentido de entender o comportamento dos agentes econômicos e/ou do próprio Estado, este último, em seu exercício obrigatório de nortear o processo de crescimento e de desenvolvimento econômico. Ao contrário, o que se pretendeu e acredita-se ter evidenciado foi que elas têm suas limitações, dadas inclusive pelo próprio tempo histórico no qual foram escritas. Nesse sentido, ao se pensar contemporaneidade elas devem ser vistas como parâmetros orientadores, mas não como doutrinas, não de forma teológica, portanto.

Por fim, evidenciou-se ainda que a precariedade do trabalhador contemporâneo por si só é uma prova da necessária participação da sociedade no que tange às discussões sobre as reformas trabalhista e previdenciária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 2162, de 01 de Maio de 1940. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, seção 1, p. 8009. 04 de Maio. 1940.

BRASIL. Lei n. 399, de 30 de Abril de 1938. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, seção 1, p. 9957. 24 de Maio. 1938 (Retificação).

BRASIL. Lei n. 185, de 14 de Janeiro de 1936. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, seção 1, pg.1602. 14 de jan. 1936.

DIEESE. Custo da Cesta Básica. **Pesquisa Mensal**. Disponível em:<  
<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201612cestabasica.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2017, 16:30.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, Livro 01. Difel, São Paulo, 1986.

MENGER, Karl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

NEUMARK, David.; WASCHER, William. L. **Minimum Wages**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2008.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

## **A “nova classe média” em tempos de crise: trabalho, vulnerabilidade e empobrecimento**

*Jana Martins Leal*

UERJ-IESP

[leal.jana@gmail.com](mailto:leal.jana@gmail.com)

### **1) Introdução**

O Brasil tem passado por significativas transformações sociais ao longo dos últimos quarenta anos. Pelo menos desde a década de 1970, constataram-se expressivas mudanças que fizeram as desigualdades sociais, em suas múltiplas dimensões, diminuir no Brasil (ARRETCHE, 2015). A década de 2000 se caracterizou por ter intensificado esse movimento em prol da diminuição das desigualdades no país (CARVALHAES et al., 2014). Houve, nesse período, houve o aumento sistemático do salário mínimo e a diminuição do desemprego que promoveram a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, permitindo uma considerável parcela da população ultrapassar a condição de pobreza (POCHMANN, 2012).

Não é à toa que tenha surgido, nesse período, o debate em torno da “nova classe média” brasileira. A intensificação das mudanças econômico-sociais desse período teria possibilitado, segundo Neri (2011) a mobilidade ascensional das classes mais pobres e, dessa forma, forjado o aumento da “Classe C” ou da Nova Classe Média (NCM) no país<sup>1</sup>. A hipótese da classe C simbolizava então o resultado da diminuição da desigualdade de renda e da redução da pobreza. No entanto, diversas foram as críticas dirigidas ao conceito. A definição da Nova Classe Média ou “Classe C” não dialogava com as definições sociológicas da noção de classe (SCALON; SALATA, 2012) e acabava por trazer uma noção empobrecida da realidade social (SOUZA, 2010, POCHMANN, 2012),

---

<sup>1</sup> É importante lembrar que essa definição de nova classe média não é uma invenção exclusiva do economista brasileiro Marcelo Neri. Ela é uma ideia utilizada por diversos economistas ao redor do mundo e endossada pelos bancos e organismos internacionais para provar o sucesso dos países emergentes.

uma vez que o modelo de estratificação sobre o qual se baseava tinha sido formulado, em grande medida, com base na renda e no potencial de consumo das famílias brasileiras e não, com base na ocupação (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012). Além disso, o modelo de estratificação no qual estava fundamentada essa hipótese não levava em consideração as barreiras sociais e o padrão de mobilidade intergeracional entre as classes (RIBEIRO, 2014).

No entanto, desde 2014 a economia brasileira parou de crescer e, paralelamente, a política brasileira entrou numa rota de desestabilização. O país se encontrou, então, numa crise político-econômica. Quais seriam, portanto, os impactos dessa crise sobre a ocupação, educação, nível de renda e de consumo das pessoas que se encontram nessa “classe C”? Teria, de fato, a crise político-econômica colocado “um ponto final” à tese da mobilidade social que se atribuía a esta população e tornado-a mais empobrecida? Esta é, portanto, a questão central e o tema sobre o qual se desenvolve este trabalho.

Assim, esta pesquisa, por meio de uma estatística descritiva, apresenta parte dos resultados do *survey* realizado entre julho e agosto de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito do projeto “*Entendendo mobilidade e precariedade: formas de vida, subjetividades políticas emergentes e a ‘nova classe média’*”<sup>2</sup>. Ele, portanto, realiza uma análise de diferentes indicadores sociais, como o perfil ocupacional, educacional e de acesso a bens e serviços da “classe C” carioca, pretendendo, assim, demonstrar como esse segmento se encontra diante da conjuntura atual de crise.

## 2) Ocupação

A categoria “nova classe média” brasileira, semelhantemente a muitas pesquisas econômicas ao redor do mundo, foi construída pelo economista Marcelo Neri a partir da renda e do potencial de consumo da população. Neri calculou a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressou em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes do domicílio. Assim, baseado no “Critério Brasil”, construiu um modelo

---

<sup>2</sup> Este projeto está sendo desenvolvido nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife e é coordenado respectivamente pelos professores: Sean T. Mitchell (Rutgers University, Newark), e Charles Klein (Portland State University). Benjamin Junge (SUNY-New Paltz) e é financiado pela National Science Foundation. Atuei como coordenadora da cidade do Rio de Janeiro entre 2016 e 2017, coordenando a equipe de campo no *survey* aplicado nessa cidade. Nesse sentido, agradeço aos professores pela oportunidade de participar desse projeto e poder expor parte desses resultados aqui neste trabalho.

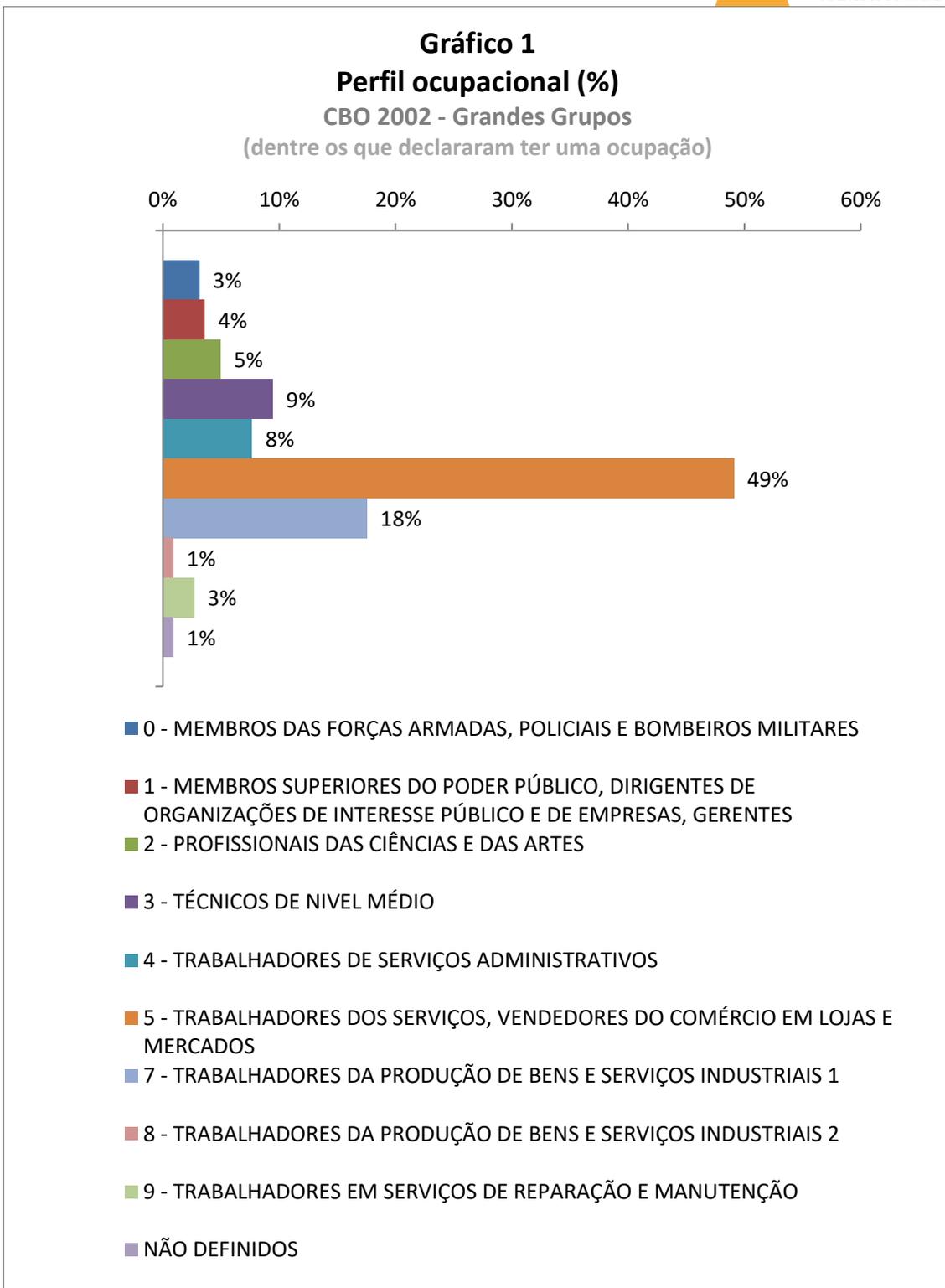
fundamentado no potencial de consumo das famílias e que dividiu a população em 5 classes econômicas distintas. Nesse modelo de estratificação, a classe C foi calculada a partir da renda mediana da população e, por isso, chamada de “nova classe média”.

Assim, a classe C era formada por famílias que antes dos anos 2000 se encontravam na linha da pobreza e que, com o crescimento real de renda e do potencial de consumo nos anos seguintes, teriam ingressado no novo patamar de classe. Então, dado o crescimento da classe C e a diminuição das classes D e E durante este período, o Brasil, teria se tornado um país majoritariamente de classe média. Nesse sentido, a pertinência do conceito da NCM se baseava numa pressuposta mobilidade social.

No entanto, a tese da classe C gerou muitas polêmicas e críticas entre os intelectuais. Uma das críticas mais fortes ao conceito é de que ele não levava em conta o perfil ocupacional das pessoas inseridas nessa camada. Nesse sentido, para muitos estudiosos, o termo “nova classe média” era uma forma diferente de se dirigir às classes trabalhadoras e, portanto, não significava uma real mobilidade ocupacional e/ou de classe.

A pesquisa realizada entre julho e agosto de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, permite verificar que, dentre os que declararam ter uma ocupação, quase metade dos trabalhadores (49%) se encontra na área dos serviços e do comércio. Em segundo lugar, quase um quinto dos trabalhadores (18%) realizam atividades voltadas para os bens e serviços industriais; em terceiro lugar, (9% dos casos) são de trabalhadores técnicos de nível médio e, em quarto (8%), são trabalhadores dos serviços administrativos, como pode ser observado no gráfico 1.

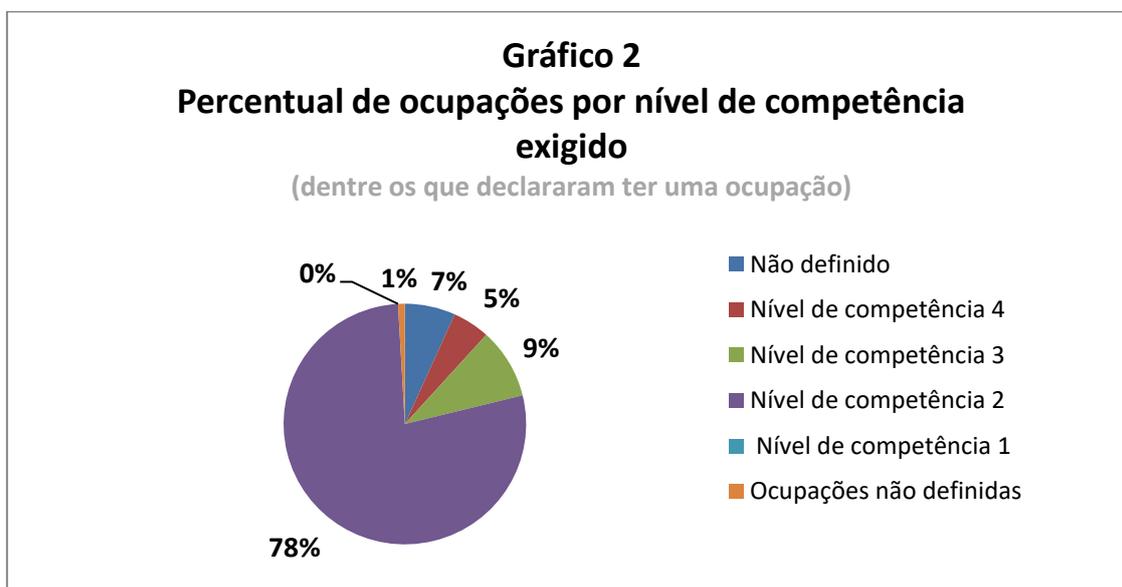
Esses dados do perfil ocupacional da amostra indicam, assim, que existe uma heterogeneidade ocupacional, ainda que a maior tendência das ocupações esteja situada entre o meio e a base da pirâmide de trabalho. 84% dos trabalhadores dessa amostra situa-se entre técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e trabalhadores da produção de bens e serviços industriais 1. Formam, portanto, uma pirâmide dentro da pirâmide ocupacional.



E dentro dessa pirâmide de trabalho formada pelos grupos 3, 4, 5 e 7 de trabalho, a maioria são de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (grupo 5) e da produção de bens e serviços industriais 1 (grupo 7). Juntos esses dois grupos chegam a somar quase 70% dos trabalhadores dessa amostra.

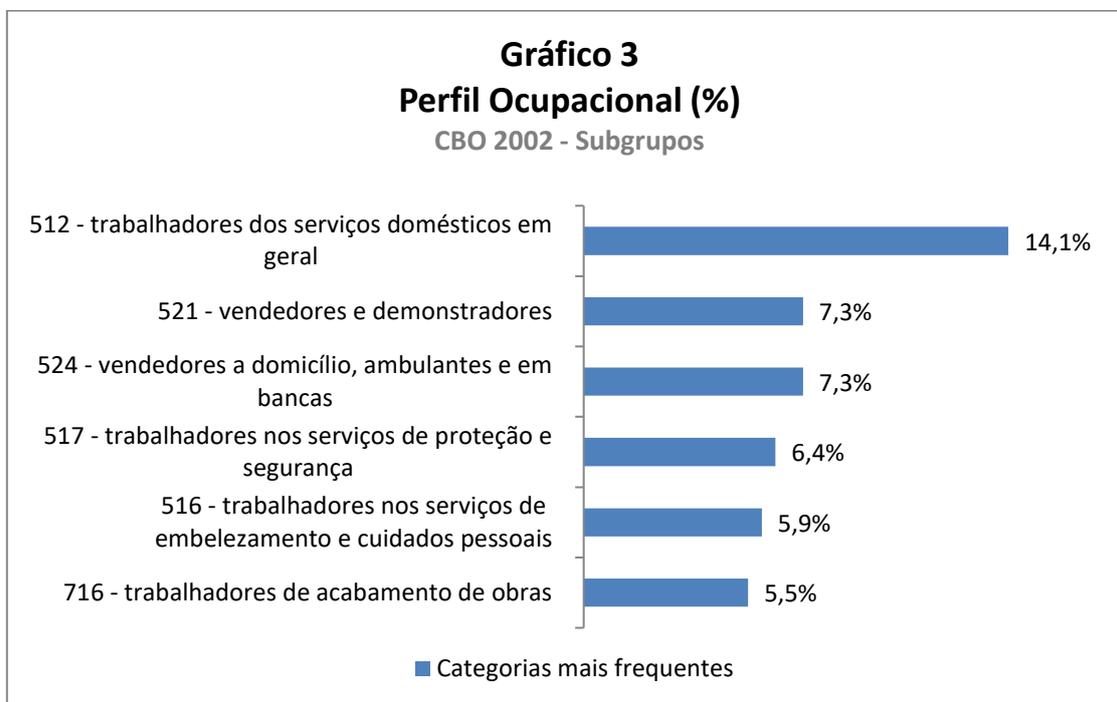
É interessante perceber que apenas 9% dos trabalhadores se encontram entre os membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes e profissionais das ciências e das artes (grupos 1 e 2). Há, portanto, uma nítida divisão entre esses dois grupos e a maioria dos trabalhadores. A maioria dos trabalhos dessa amostra se situa, portanto, entre o meio e a base da pirâmide social. Logo, tendem a ter remunerações e prestígio mais baixos e nível de competência menor quando comparados aos profissionais das ciências e das artes e dos membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes.

É relevante também notar o nível de competência exigido dentro desse perfil ocupacional. Como demonstra o gráfico 2, a maioria (78% das ocupações) exige o nível 2, isto é, um nível mínimo de escolaridade, correspondendo, em geral, ao nível fundamental de ensino. Ao passo que apenas 9% exige nível de competência 3, ou seja, necessitam de um nível médio ou técnico para ser exercido e 5%, nível de competência 4, ou seja, o ensino superior. 7% não tem nível de competência definido. A maioria, portanto, exige nível de competência baixo.



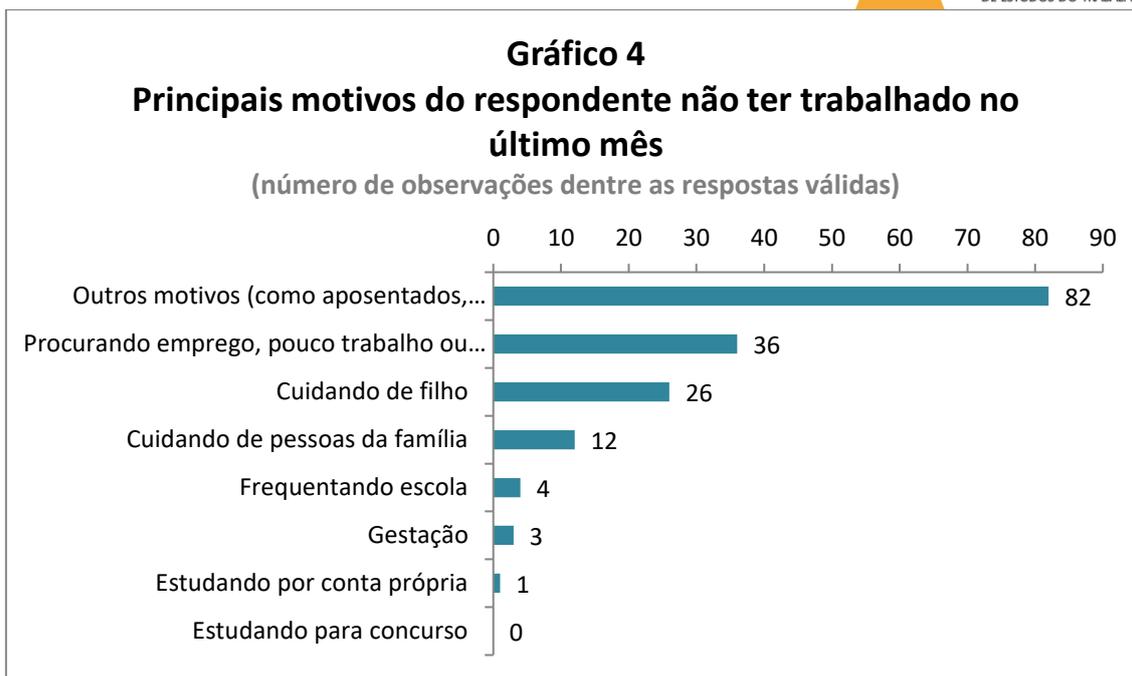
Em termos mais específicos, os subgrupos ocupacionais mais frequentes na amostra são: 1)trabalhadores dos serviços domésticos em geral (512); 2)vendedores e demonstradores (521); 3)vendedores a domicílio, ambulantes e em bancas (524); 4)trabalhadores nos serviços de proteção e segurança (517); 5)trabalhadores nos serviços

de embelezamento e cuidados pessoais (516) e 6) trabalhadores de acabamento de obras (716).



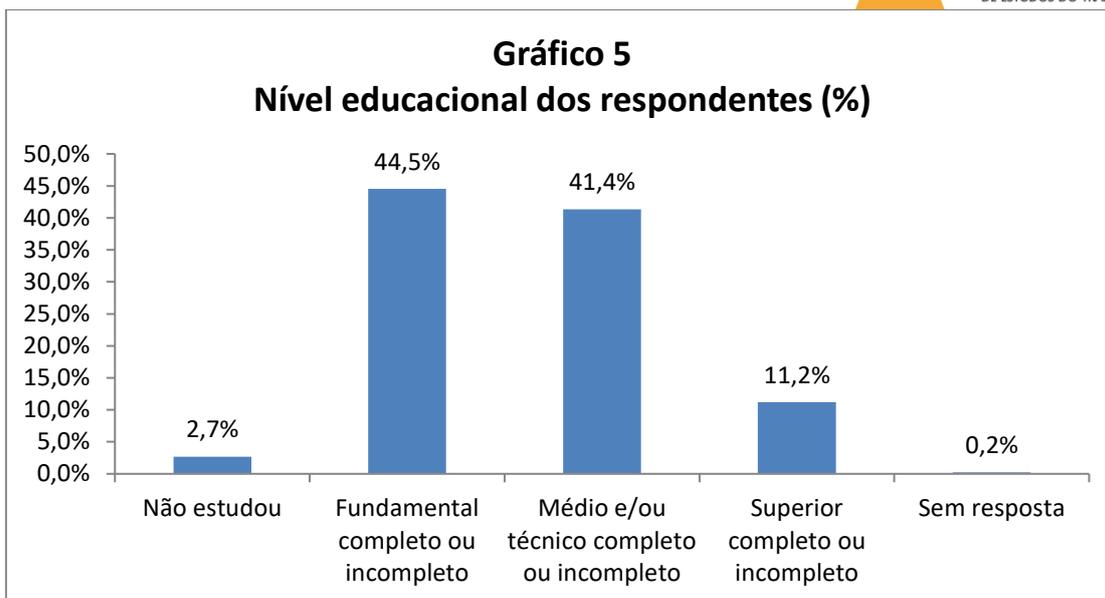
Esses dados confirmam, portanto, que a maioria dessa amostra da “nova classe média” é composta por trabalhadores da base da pirâmide social. São majoritariamente, empregadas domésticas, vendedores de lojas, ambulantes, cabeleireiros, manicures, atendentes de lanchonetes, pintores, pedreiros que constituem a maioria nesse grupo. É possível perceber que a informalidade é uma constante, assim como baixos salários e prestígio ocupacional. A maioria, de fato, está na base da pirâmide ocupacional.

Outro aspecto relevante observado na amostra é que, de todos os respondentes que declararam não ter trabalhado ou realizado atividade remunerada no último mês, o segundo motivo mais apontado foi o de estar procurando emprego, pouca oferta de trabalho disponível ou estar desempregado (aproximadamente 36 observações). Isso indica que, na amostra coletada, 9% das residências tinha, pelo menos, uma pessoa desempregada entre julho e agosto de 2016. O que pode demonstrar parte dos efeitos da crise econômica atual sobre essa camada da população.

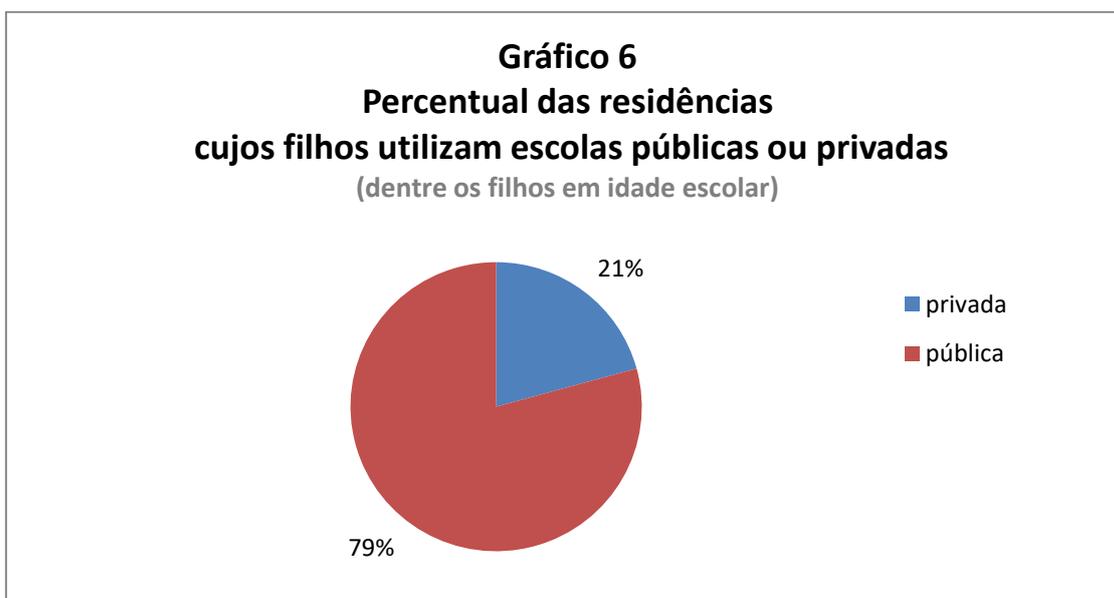


### 3) Nível educacional

Em termos educacionais, os dados na cidade do Rio demonstram que o perfil dos respondentes da amostra é composto por 45% de pessoas que estudaram até o nível fundamental do ensino. Outros 41% são de pessoas que chegaram ao ensino médio. Apenas 11% chegaram ao nível superior. Assim, os dados mostram que quase metade das pessoas só chegou até o ensino básico. Os outros 41% até o ensino médio. Disso, conclui-se que, além da divisão clara entre pessoas de nível educacional básico e médio, o ensino superior ainda é um elemento inalcançável para quase 90% da amostra. O nível superior continua a ser um horizonte distante para a maior parte dessas pessoas.



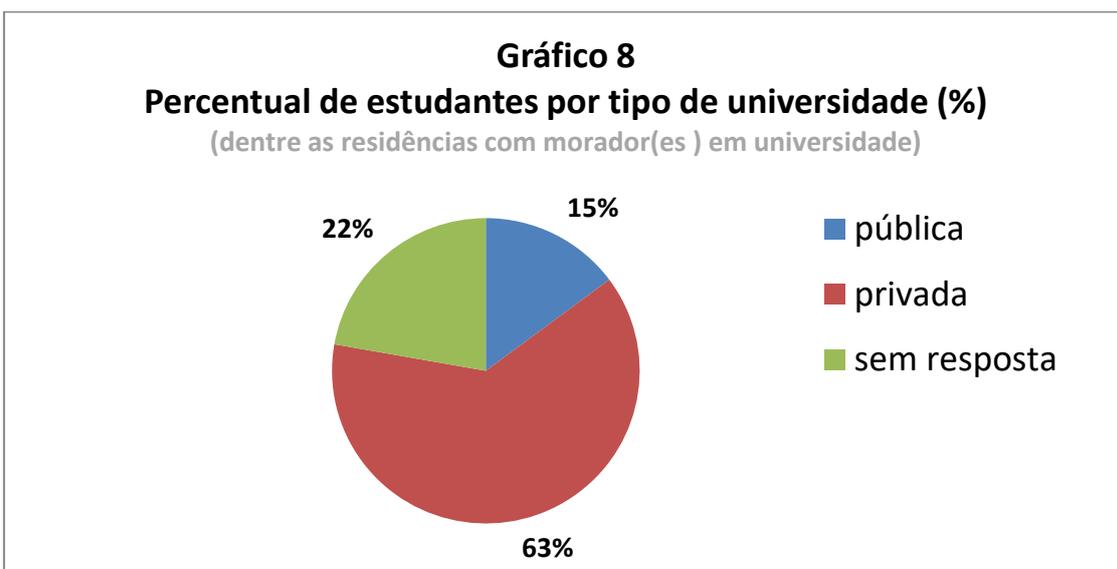
Dentre as pessoas que declararam ter filhos em idade escolar, quase 79% dos seus filhos frequenta atualmente escola pública, enquanto 21% frequenta escola privada, como pode ser observado a seguir no gráfico 6.



Esses dados dos gráficos 5 e 6 retratam famílias com nível educacional básico a médio e cujos filhos frequentam majoritariamente a escola pública. Este não parece ser o retrato de uma camada que ascendeu socialmente, mas, ao contrário, em estado de imobilidade. Ainda assim, uma das perguntas do questionário arguia acerca de outros residentes que poderiam estar cursando o ensino universitário e que, portanto, possibilitariam a mobilidade de classe. A análise dos dados permitiu revelar que apenas 13% das residências possuem atualmente moradores que estão na universidade.



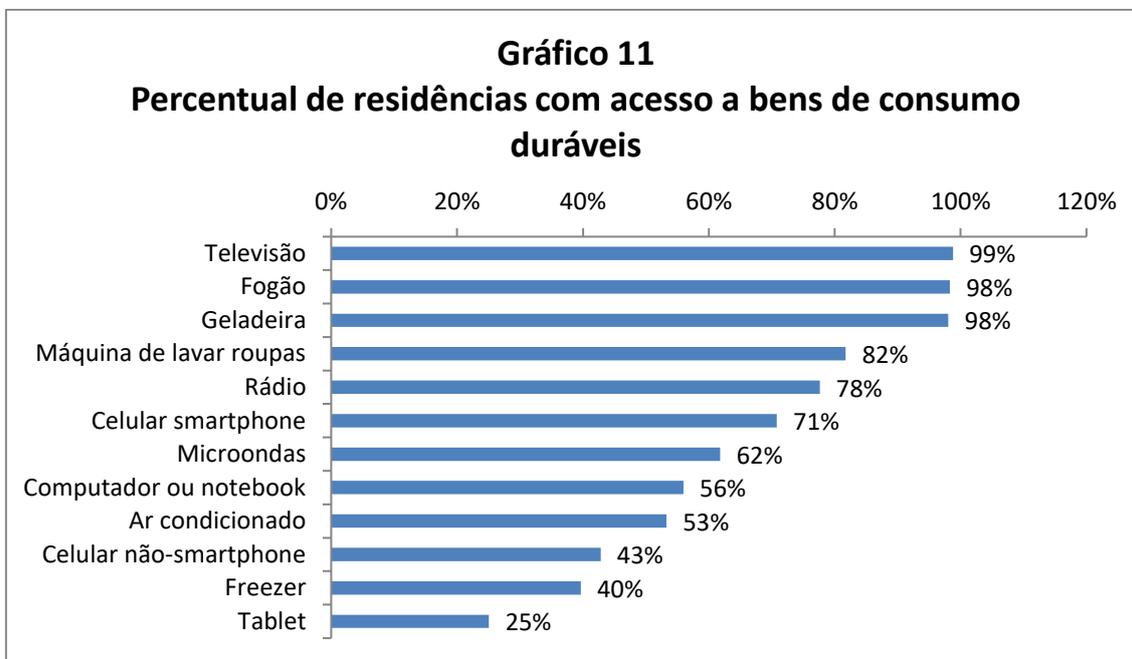
No entanto, vale lembrar que, dentre aqueles que declararam ter alguém na residência que está cursando a universidade, a maioria (63%) encontra-se em universidades privadas e a minoria em universidades públicas (15%).



#### 4) Acesso a bens e serviços

Um dos aspectos centrais presentes na definição da NCM é o seu potencial de consumo e de renda. O que os dados da pesquisa mostram é que, em termos de consumo, a maioria dessas pessoas continua tendo acesso a bens de consumo duráveis. Mais de 50% das residências tem televisão, fogão, geladeira, máquina de lavar roupas, rádio, celular smartphone, microondas, computador ou notebook e ar-condicionado. Chama atenção a quase universalidade de bens de consumo como televisão (99%), fogão (99%) e geladeira

(98%) e o alto percentual de residências que possuem máquina de lavar roupa (82%), rádio (78%) e celular smartphone (71%), como pode ser observado no gráfico abaixo.

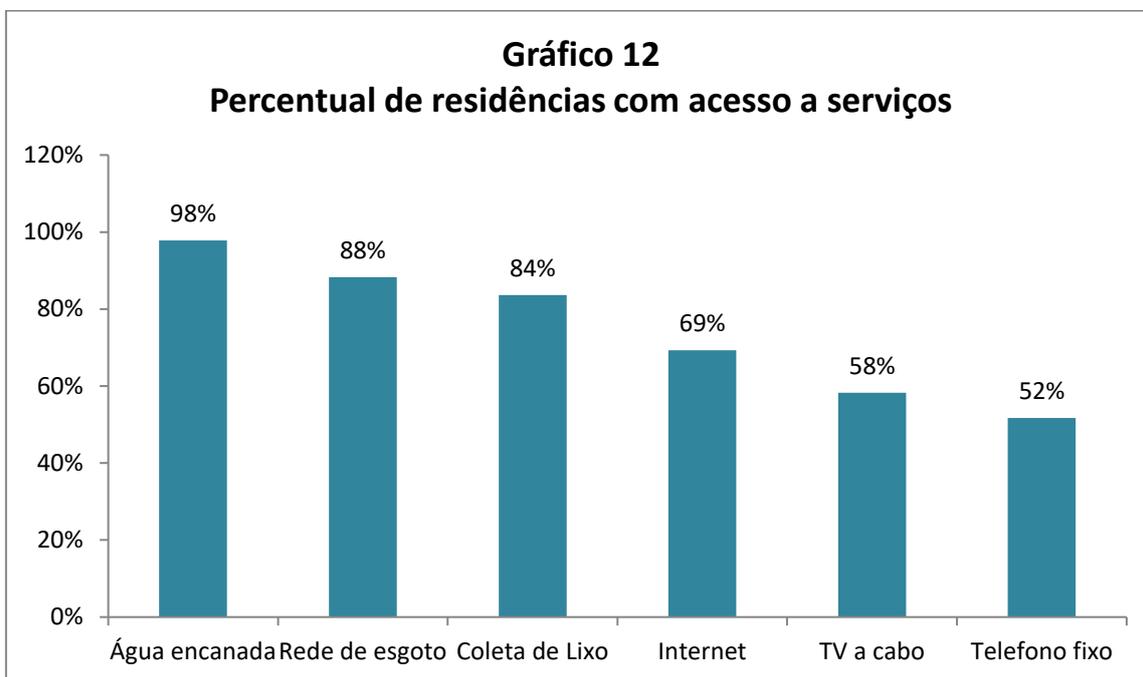


É interessante também perceber a taxa relativamente alta de residências com acesso a microondas (62%) e computadores ou notebooks (56%), mas que ainda assim, dividem as pessoas entre os que possuem ou não esse tipo de bem, já que 38% não tem microondas e 44% não tem computador.

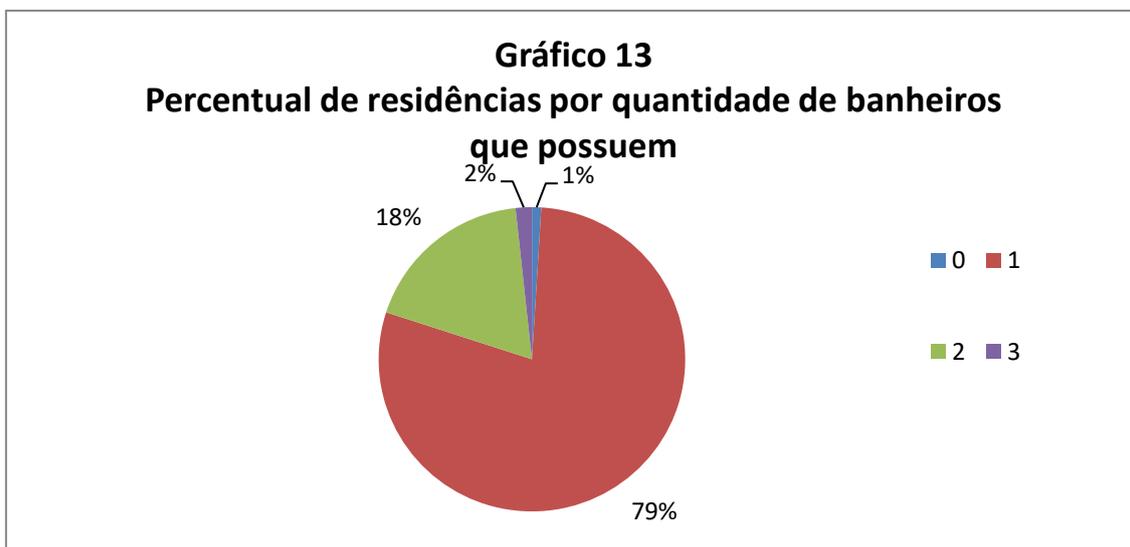
Em relação ao acesso a serviços nas residências, o gráfico 12 indica que uma proporção muito alta de residências tem acesso a serviços básicos como água encanada (98%), rede de esgoto (88%) e coleta de lixo (84%). Ainda assim, dentre esses três serviços, apenas o abastecimento de água é aparentemente universal<sup>3</sup>. Rede de esgoto e coleta de lixo apesar de já serem ofertados para a maioria das residências da mostra, ainda não o são. Por outro lado, é relevante notar as altas taxas de acesso à internet e à TV a cabo. Quase 60% das residências têm acesso à TV a cabo e cerca de 70%, acesso à internet. O acesso a esta última está provavelmente relacionado ao amplo uso do smartphone, já que a taxa de residências com acesso a esse tipo de celular é alta e semelhante: 71%. Interessante destacar ainda que pouco mais da metade (52%) tem

<sup>3</sup> É importante frisar que esse dado não captura a regularidade do abastecimento de água.

telefone fixo. Provavelmente isso está também relacionado ao grande número de residências que têm acesso a celular (seja smartphone ou não).

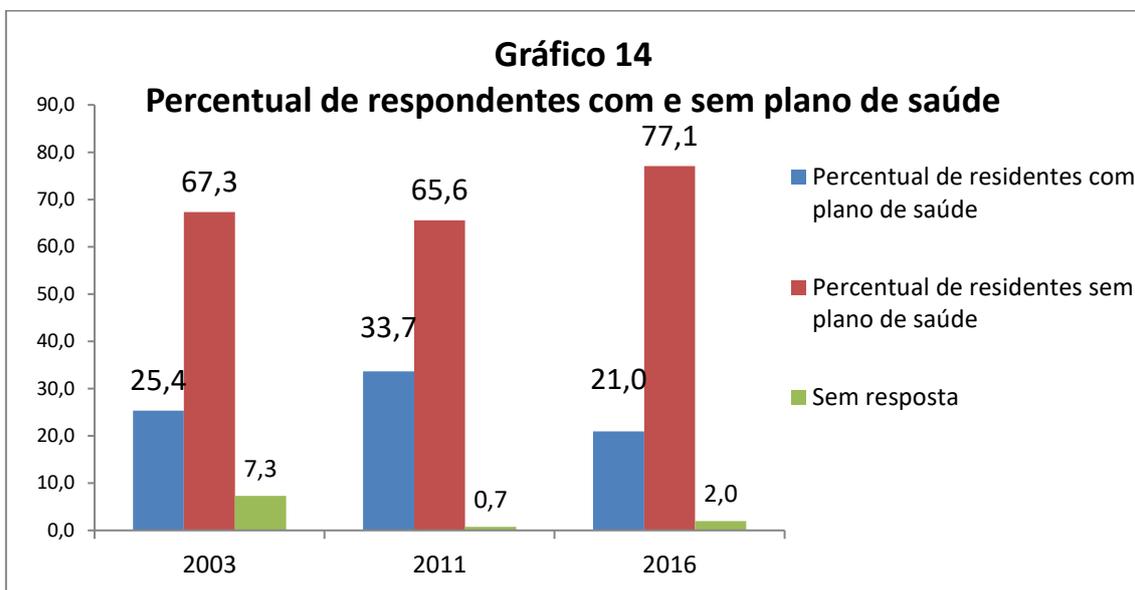


É interessante destacar que, em termos de estruturas básicas, na amostra coletada, quase 80% das residências apresenta apenas 1 banheiro. Apenas 20% apresentam 2 ou mais banheiros, como apresentado no gráfico abaixo.



No que diz respeito aos serviços de saúde, foi indagado aos respondentes se eles tinham plano de saúde e se tiveram em 2011 e 2003. O que a pesquisa revelou foi que, dentre os respondentes, aparentemente houve uma curva de crescimento de usuários desse tipo de serviço entre 2003 e 2011 e uma queda entre 2011 e 2016. Se, em 2003, 25%

tinham plano de saúde, em 2011, esse percentual chegou a 34 e em 2016 a 21. Isso pode ser observado no gráfico a seguir.

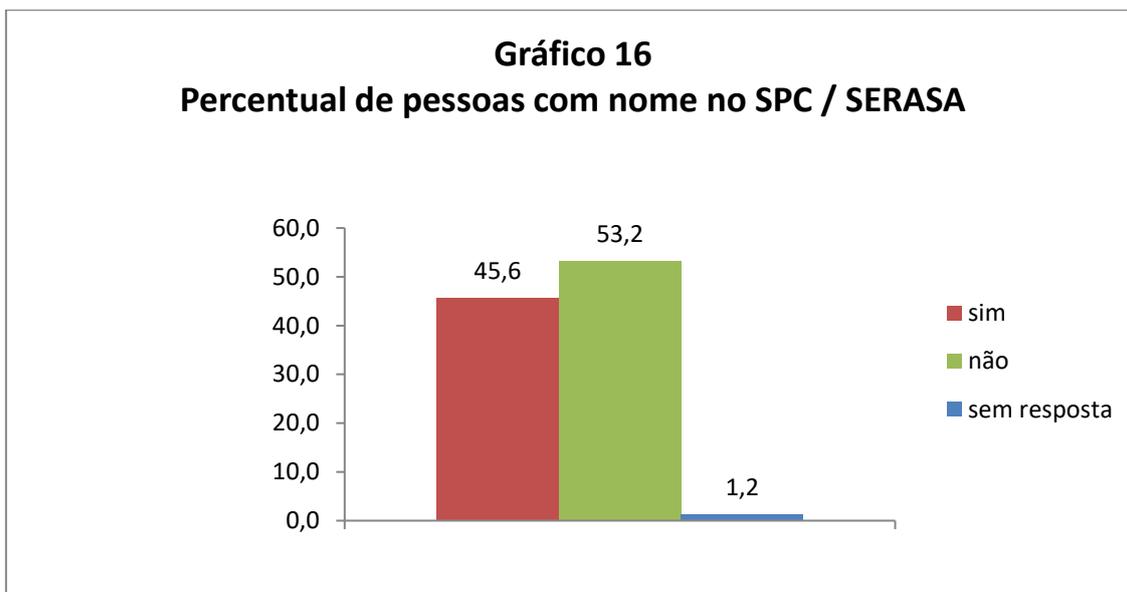


Assim, é possível observar que: 1) apesar do período de crescimento e/ou de estagnação econômica, a maioria da classe C dessa amostra continuou a depender do sistema público de saúde entre 2003 e 2016; 2) ainda que não seja possível afirmar sobre o crescimento do número de usuários de 2003 para 2011, em função do grande número de casos sem resposta em 2003, é possível perceber que houve uma queda de 2011 para 2016 de quase 13% de usuários. Estes dados coincidem com o período de diminuição do crescimento da economia e início de crise do país. Esta queda no número de usuários de planos de saúde atual pode, portanto, ser um dos reflexos da crise econômica sobre essa camada da população na cidade do Rio de Janeiro.

## 5) Endividamento

Os cientistas políticos Souza e Lamounier (2010) questionaram a sustentabilidade da NCM. Segundo os autores, o aumento da renda e do consumo da classe C iria ser acompanhado de um endividamento a longo prazo. Assim, dado o aumento do endividamento, os crescimentos da renda e do consumo não seriam suficientes para a sustentação do seu novo status econômico. Assim, o novo padrão de vida da classe C não seria autossustentado. Qualquer crise econômica internacional poderia abalar a renda e o potencial de consumo deste grupo e, portanto, seu novo estilo de vida.

Em relação ao endividamento das famílias da “classe C”, 46% dos entrevistados declararam que estão com nome no SPC/SERASA. Estão, portanto, endividados e limitados para receber crédito ou fazer transações comerciais. Outros 53% declararam não estar com o nome no SPC/SERASA. O que novamente indica haver uma divisão entre os que estão com problemas de dívida e os que não estão.



Ainda que haja uma nítida divisão entre os que têm alguma dificuldade e os que não têm nenhuma dificuldade no pagamento das contas ao final do mês, bem como entre pessoas que estejam ou não com nome no SPC/SERASA, é significativa a taxa de pessoas que declararam estar endividadas – aproximadamente 46%. Essa realidade, de fato, é preocupante, já que a renda e poder de compra de quase metade dessas pessoas está comprometido. O que, em outros termos, representa o comprometimento da qualidade material de vida que possam ter adquiridos nos últimos anos e o consequente empobrecimento dessa população.

## 6) Considerações finais

Pode-se notar, em termos de ocupação, que, após o período de crescimento econômico, a realidade de trabalho das pessoas da chamada “Classe C” no Rio de Janeiro permanece majoritariamente composta por ocupações de baixo prestígio social e/ou de baixa remuneração. Ainda assim, vale lembrar que esse grupo tem certa heterogeneidade, já que 9% das pessoas são trabalhadores de nível médio, 8% são trabalhadores de serviços administrativos e outros 9% é composto por profissionais das ciências e das artes e

membros superiores do poder público, de organizações e empresas e gerentes e que, portanto, não se encontram necessariamente na base da pirâmide do trabalho. Isso corrobora a hipótese da heterogeneidade desse grupo presente no trabalho de Kerstenetzky e Uchôa (2013), mas, ao mesmo tempo, não exclui o fato da maioria das ocupações estar situada na base da pirâmide social como apontou Pochmann (2012), já que os tipos de ocupação mais frequentes na amostra são aquelas que geralmente possuem baixos salários e prestígio. O que indica que a maioria dessas pessoas, em termos de trabalho, faz parte do grupo mais vulnerável. Diante de uma crise econômica, como a atual, são os trabalhadores que tendem a perder seus empregos mais facilmente e, portanto, mais suscetíveis ao empobrecimento. Assim, não é à toa que 9% das residências da amostra tinha, entre julho e agosto de 2016, pelo menos uma pessoa desempregada. Apresenta-se, assim, atualmente uma realidade econômica mais árdua para a concretização de uma possível ascensão social.

Em termos educacionais, é possível verificar que os respondentes da amostra da “classe C” carioca possuem um nível educacional que se situa entre básico a médio - aproximadamente metade apenas alcançou o ensino fundamental ou não estudou e a outra apenas conseguiu alcançar o ensino médio - e que quase 90% não conseguiu chegar à universidade. Seus filhos, em idade escolar, frequentam majoritariamente as escolas públicas (quase 80%). Estas apresentam, em geral, dificuldades estruturais e de qualidade de ensino, quando comparadas às escolas privadas de elite. Assim, essa realidade tende a deixar as gerações mais jovens dessa camada em desvantagem em relação às outras que frequentam as escolas privada, já que, conforme Ribeiro (2011) indica, as desigualdades da estrutura educacional brasileira podem influenciar nas chances de mobilidade dos alunos. Em geral, são exatamente esses estudantes que enfrentam maiores dificuldades para acessar a universidade.

Não é à toa que apenas 13% das residências tenha alguém cursando o ensino superior. O acesso à universidade, por outro lado, pode, de fato, representar, a possibilidade de mobilidade para as gerações futuras. No entanto, vale ressaltar que a estratificação horizontal que se apresenta no nível superior, como indicam Carvalhaes e Ribeiro (2016) e se expressa nas diferenças qualitativas entre as universidades públicas e

privadas é mais um degrau na escalada da ascensão social que se apresenta para essa camada social (informação verbal).<sup>4</sup>

Em relação ao acesso a bens, a pesquisa permitiu perceber que a maioria dessas pessoas atualmente continua tendo acesso a bens de consumo duráveis como televisão, fogão e geladeira e tendo acesso a smartphone, a microondas, televisão e computador. Como são bens duráveis, eles podem ter sido adquiridos em momentos anteriores, no qual o poder de compra era maior. Atualmente, a dificuldade para pagar as contas ao final do mês e o endividamento é uma constante para quase metade delas (47%). Isso demonstra que, em meio à crise econômica na qual o país se encontra, quase metade dessas pessoas enfrenta dificuldades financeiras de alguma ordem, dificultando a manutenção do status financeiro contraído e o nível material que se expressa pelos bens de consumo e serviços adquiridos nos últimos anos. Realidade que acaba sendo expressa pela queda no número de pessoas com plano de saúde privado entre 2011 e 2016.

Quanto aos serviços que as residências têm acesso, é possível concluir que essa camada majoritariamente usufrui de serviços como água encanada (98%), rede de esgoto (88%) e coleta de lixo (84%), TV a cabo (60%) e Internet (70%), mas, em sua grande maioria (aproximadamente 80%) possuem apenas um banheiro. São, em geral, casas pequenas que apesar de terem acesso a infra-estruturas básicas e serviços que antes eram exclusivos das camadas mais ricas (como no caso da internet e da TV a cabo), podem ter adensamento populacional e tendem a estar localizadas em regiões periféricas da cidade, como as favelas.

A partir disso, é possível concluir que a tese da nova classe média, como formulada por Neri, parece ter sido uma hipótese pouco fundamentada quando observamos o perfil ocupacional da maioria dessa população, como já apontado por outros autores. Ao mesmo tempo, ela pode encobrir uma parte da real possibilidade de mobilidade social que perpassa aos universitários presentes nessa camada (13%), como indica Prêteceille (2015) (informação verbal).<sup>5</sup> Por outro lado, essa possibilidade de

---

<sup>4</sup>Informação fornecida por Carvalhaes e Ribeiro na conferência “Horizontal Stratification of Higher Education in Brazil: Class, Gender and Race Differences, and Labor Market Outcomes”, Congresso *Social Mobility Summit 2016: Sharing knowledge and experiences for stronger impact*, organizado pela Fundacion ESRU, cidade do México, 17 e 18 de novembro de 2016.

<sup>5</sup> Informação fornecida por Prêteceille na conferência “Descobrimo as verdadeiras classes médias brasileiras, IESP-UERJ”, 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/iesp/videos/search:pr%C3%A9teceille/sort:date>

mobilidade social se torna cada vez mais difícil dentro de uma conjuntura política-econômica de crise – 63% dos universitários estão em escolas privadas e precisam pagar ou ter uma bolsa para manter sua condição de estudante.

Nesse contexto, não é só a possibilidade de manutenção do ensino universitário o que está em jogo, mas, o emprego, o nível de renda e o potencial de consumo adquirido por essas famílias. O que, em outros termos, significa o aumento da vulnerabilidade e da pobreza para essas pessoas. Nesse sentido, é a valorização das rendas do trabalho conquistadas ao longo da década de 2000, como apontado por Pochmann (2012) - que se traduziu mais em acesso a bens e serviços para a classe trabalhadora do que propriamente em mobilidade de classe – que está se revertendo na conjuntura de crise atual.

## Referências

- ARRETCHE, M. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- CARDOSO, A. M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- CARVALHAES, F. A. O. et al. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 79-98, 2014.
- KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: D. D. BARTELT (Ed.) **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 16-31.
- NERI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2011.
- POCHMANN, M. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, 2014.



SCALON, M. C; SALATA, A. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, Maio/Agosto, 2012.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# TERRITÓRIOS DE POBREZA, EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO PRODUTIVA

Márcia Leite e Ramón Gomes<sup>1</sup>

marciadasilvapereiraite@gmail.com

ramonchaves2@hotmail.com

“All forms of social solidarity were to be dissolved in favor of individualism, private property, personal responsibility and family values. The ideological assault along those lines that flowed from Thatcher’s rhetoric was relentless and eventually broadly successful. ‘Economics are the method’, she said, ‘but the object is to change the soul.’ (HARVEY, 2005: 12-13, grifos nossos)<sup>2</sup>

## 1. Introdução

Recentemente, o tema das relações entre periferias, trabalho e valores ganhou projeção com a publicação dos resultados da pesquisa “*Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*”<sup>3</sup>, da Fundação Perseu Abramo (FPA). Seus resultados, que indicam a existência, nessas periferias, de um “liberalismo das classes populares”, suscitaram um grande debate<sup>4</sup>. Não nos aprofundaremos nessas discussões, que envolvem uma crítica política (a relação da esquerda com os pobres), mas não podemos nos furtar a apontar que o estudo reitera uma essencialização das periferias, frequentemente

---

<sup>1</sup> Professora/UERJ e pesquisadora/CNPq; sociólogo/UERJ. Desenvolvem a pesquisa qualitativa “Territorialidades, Estado e Mercado” (FAPERJ, 2015) e integram o Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade/CEVIS, CNPq/IESP/UERJ.

<sup>2</sup> Agradecemos a Gabriel Camargo (PPCIS/UERJ) a lembrança do artigo. Harvey analisa a entrevista de Margaret Thatcher ao *Sunday Times*, em 3/5/81. Fonte: <http://www.margaretthatcher.org/document/104475>, acesso em 27/5/17.

<sup>3</sup> A FPA é ligada ao Partido dos Trabalhadores. A pesquisa, motivada pelos resultados eleitorais no pleito de 2016, teve como questão estruturante compreender por que os moradores das periferias paulistas não votam mais no PT. Fonte: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>. Acesso em 30/3/17.

<sup>4</sup> Feltran (2017), Dutra (2017), Pochmann (2017) e Moraes *et al.* (2017). Registramos o produtivo debate sobre suas conclusões no CEVIS, que nos ajudou a elaborar nosso ponto inicial.

concebidas como à parte da cidade e tematizadas a partir de uma incompreensão de que seus moradores, como os de outras localidades, são polarizados por seus muitos pertencimentos, limites, trajetórias e escolhas; além de desconsiderar analiticamente a relação que o Estado, em suas variadas esferas e dimensões, desenvolve com as populações configuradas como suas “margens” (Das; Poole, 2004).

Para o que nos interessa neste *paper*, destacaremos alguns resultados da pesquisa que, segundo a FPA, traduziriam as percepções de grande parte dos moradores entrevistados (e que vários dos comentadores discutem se seriam também válidos para as periferias de outras grandes cidades brasileiras):

(a) há uma “sobrevalorização do mercado em detrimento do Estado” e “pouca valorização do público... quando podem acessar [o mercado], querem colocar filho na escola particular ou pagar convênio médico. A política pública ... pode ser lida como uma desvalorização individual (p. ex. cotas)”. A lógica mercantil orienta a interpretação dos direitos trabalhistas e benefícios sociais: “as pessoas confiam mais nos programas que ofertam imediatamente recursos financeiros (Bolsa Família/Passage Livre) do que nas leis que orientam direitos”;

(b) valorizam o mérito como meio de ascensão social (trabalho árduo/esforço individual para superar as barreiras postas pela desigualdade de oportunidades e “chegar lá”<sup>5</sup>) e seus “valores prioritários são o sucesso, a concorrência, o utilitarismo e a mercantilização da vida”;

(c) valorizam o empreendedorismo (como “ser patrão” e/ou “produzir algo de forma autônoma”), ressignificando o trabalho informal.

Dos muitos fios que podem ser puxados deste novelo, abordaremos um aspecto em particular que, compondo com outras dimensões, conforma o problema em tela: a produção governamental de territórios de “margem” como “territórios de negócios” (Leite, 2015), em que se combinam agenciamentos estatais de “administração das urgências” (Telles; Cabanes, 2006) com outros, estatais ou não, de produção de indivíduos para o mercado. Nisso reside o nosso esforço: refletir sobre a influência dos dispositivos forjados nos últimos anos (vinculados à implosão do mundo do trabalho regulado e relativamente protegido) na percepção dos moradores de periferias sobre as

---

<sup>5</sup> Melhoria das condições de vida e de consumo e “deixar patrimônio e herança para a família”.

relações sociais, as estratégias redistributivas e os horizontes de expectativas em relação ao Estado e ao mercado.

Nas sessões seguintes, abordamos as novas formas de trabalho estimuladas e/ou agenciadas pelo Estado e pelo mercado em territórios de pobreza, discutindo antes sua transmutação - no plano analítico, mas com significativas consequências políticas -, de “trabalho informal” em “empreendedorismo”, e apontando algumas de suas consequências políticas em termos de integração social. Em seguida, examinamos os dispositivos governamentais que, articulando agenciamentos do Estado e do mercado, buscam estimular o empreendedorismo em favelas cariocas com Unidades de Polícia Pacificadora/UPPs. Na conclusão, retornando à citação em epígrafe e à pesquisa da FPA, destacamos alguns elementos das práticas estatais voltadas para “mudar a alma” das populações moradoras de favelas e periferias e ajustá-las aos “novos tempos” governados pelos ditames do mercado, e não mais pelo ideário da cidadania e pelas políticas públicas que historicamente lhe corresponderam (Marshall, 1967; Ivo, 2013).

## **2. Da integração social à *inclusão produtiva***

As categorias de nomeação sobre processos vividos participam não apenas da disputa de significados, mas têm agência decisiva na produção de políticas públicas, influenciando nas disputas acerca de seu sentido e escopo. Mapeando a influência da metamorfose do mundo do trabalho na força analítica da noção de informalidade, Machado da Silva (2002: 83) sustenta que este “quase-conceito” sofreu, nos últimos anos, um “rebaixamento de status cognitivo”: um esvaziamento que o transformou em um recurso corrente para descrever processos de desregulamentação e flexibilização do trabalho. Mais recentemente, essa noção foi substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo que “adquire um sentido de mecanismo de convencimento ideológico no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança” (idem, 101).

A noção de informalidade, afirma o autor, emerge, nos anos 60, nas discussões sobre o problema da integração à estrutura social de um conjunto crescente de trabalhadores que, em boa parte dos países de capitalismo periférico, migrava para as cidades à procura de trabalho. O informal era, pois, o avesso de um horizonte ancorado na urbanização, na industrialização e no assalariamento. Na medida em que a relação

salarial perde o lugar de pressuposto, face às transformações no modo de acumulação e no padrão de regulação dos conflitos sociais, a noção de informalidade, que buscava dar conta da ausência da norma, adquire uma extensão que, ao mesmo tempo, a populariza e a dissolve. Esse processo, ao qual se associa o enfraquecimento de sentido da noção de informalidade, diz respeito ao próprio caráter da integração social nas sociedades capitalistas, sobretudo naquelas que ocupam uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho. A ideia de integração social mediante trabalho formal e acesso a direitos está em declínio em vários países, com repercussões na estrutura social proporcionais ao seu peso no contexto mundial. Como alternativa, vem se configurando o entendimento de “inclusão social” como produto do esforço individual de se constituir, ao mesmo tempo, consumidor e mercadoria desprotegida dos reguladores sociais do trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que a questão da informalidade, própria das formações sociais de capitalismo periférico, adquire protagonismo com as novas formas de trabalho e, mais especificamente, deixa de ser percebida como ausência a ser superada, tornando-se um dado intransponível e positivo do real. O informal passa de condição represada e transformável para o principal aspecto das novas relações de trabalho, com um sentido de adesão (aos) e justificativa dos processos em curso, legitimando mais do que analisando o novo cenário social, simbólico e econômico de reprodução do trabalho.

Caso paradigmático desse processo é o forte estímulo ao empreendedorismo em favelas com UPPs, através de políticas geridas pelo Estado, que pretendem, entre outros aspectos, criar capacidades e oportunidades de trabalho que garantam formas atuais de “inclusão social” – as possíveis em tempos de capitalismo flexível e inadiáveis em situação definida como de crise econômica – através da *inclusão produtiva*.

A proposta de *inclusão produtiva* alude à integração social, mas pelo viés da “inclusão social” (Castel, 1998), sem explicitar suas diferenças. Essa ideia consagrou-se, no Brasil, nas práticas e discursos de organizações governamentais e não-governamentais, desde que o governo federal lançou (em 2011) o "Plano Brasil Sem Miséria" com o objetivo de "superar a extrema pobreza até o final de 2014". A *inclusão produtiva*, um dos eixos do programa (os outros são garantia de renda e acesso aos serviços públicos) foi apresentada como a via "para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo

e das cidades".

Na linha do empreendedorismo, os objetivos são estimular a ampliação e o fortalecimento dos pequenos negócios e apoiar o microempreendedor individual (MEI), com prioridade para aqueles que são beneficiários do Bolsa Família. São desenvolvidas ações para trazer o MEI para a formalidade e prestar assistência técnica a esses empreendedores, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A inclusão produtiva urbana articula, ainda, com os bancos públicos iniciativas que visam a ampliar o microcrédito produtivo e orientado, com a redução da taxa de juros, aumento da oferta de linhas de crédito e ampliação do apoio técnico"<sup>6</sup>.

Nesta direção, Paes de Barros, então Sub-secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sustentava:

... a contribuição primordial das políticas públicas para a inclusão produtiva [deve] ser a garantia de pleno acesso dos trabalhadores mais pobres às oportunidades produtivas localmente disponíveis. (...) É também imprescindível que, com seu esforço e tenacidade, as famílias pobres aproveitem plenamente essas oportunidades ...<sup>7</sup>.

### 3. Estado, mercado e empreendedorismo nas favelas cariocas

Em nossas pesquisas identificamos fortes agenciamentos no campo da *inclusão produtiva* em favelas *pacificadas*. Um dos principais vetores da atuação das UPPs<sup>8</sup> foi buscar reconfigurar essas localidades como "territórios seguros para a cidade" que oferecem, para "dentro" e para "fora", "oportunidades de negócios". Sua condição de possibilidade foi a militarização do território, que viabilizou ali estabelecer práticas de controle social coercitivo dos moradores e de suas organizações de base, bem como práticas de normalização e agenciamentos (do Estado, do mercado e de organizações não-governamentais) na direção da *inclusão produtiva* de parte de seus moradores<sup>9</sup>, aproveitando as "oportunidades" abertas por sua ação nas favelas.

---

<sup>6</sup> Cf. <http://www.brasilsemisera.gov.br/inclusao-produtiva/inclusao-produtiva-urbana>, acesso em 21/8/12.

<sup>7</sup> "Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil", *working paper*. Fonte: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Portas-de-erradicação-da-extrema-pobreza.pdf>, acesso em 17/8/12, p. 9.

<sup>8</sup> O eixo central da política de *pacificação* de favelas foi definido como o controle do crime violento e o rebaixamento da violência na cidade. Pouco depois da implementação das primeiras UPPs foi lançado o programa UPP Social, para o "resgate da dívida social da cidade para com os favelados". Cfr Leite (2015, 2014), entre outros. O Rio de Janeiro tem, conforme o Censo de 2010, 1071 favelas e 38 UPPs. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cada UPP produziria efeitos de *pacificação* no complexo de favelas em que está situada, sendo atingidas por este dispositivo 264 localidades (cerca de 25% do total de favelas).

<sup>9</sup> Para detalhar a análise da militarização desses territórios e das práticas de coerção e produção de consentimento e de estímulo ao empreendedorismo, ver Leite (2015, 2014); Gomes (2016).

Muitas atividades de encontro e negociação com atores diversos de mercado foram patrocinadas pela UPP Social, tanto nas localidades como através de fóruns diversos. Os agenciamentos neste sentido têm forte apoio do SEBRAE, que migrou do campo da economia solidária (apoio às iniciativas de geração de trabalho e renda) para o do empreendedorismo (Lima, 2008), com vistas a estimular: (a) desburocratização de credenciamento; (b) redução de tributos (para o microempreendedor individual, com faturamento até R\$ 60.000,00/ano e até um empregado contratado por salário mínimo ou piso salarial da categoria profissional); (c) cursos de formação (identificação das potencialidades e vocações locais e gestão competente dos negócios); e (d) acesso a microcrédito<sup>10</sup>. É intensa sua agenda nas favelas *pacificadas*, oferecendo cursos de empreendedorismo para criar oportunidades de negócios para a população favelada, especialmente para

“... o eletricitista, a costureira, o barbeiro, a manicure, o pedreiro, o artesão, a professora que dá aulas de música em casa, enfim, autônomos e ambulantes que normalmente não pagam tributos, mas também não têm direitos previdenciários ou os mesmos benefícios de quem é um trabalhador ou empreendedor formal.”<sup>11</sup>

Muitos moradores aderiram a essa proposta, especialmente nas áreas de turismo, lazer e artesanato, e no campo da cultura (DE TOMMAZI, no prelo). Depois, reclamavam falta de acesso ao microcrédito e não oferta dos cursos prometidos. Outros a descartaram, sobretudo os donos de pequenos empreendimentos informais de alimentação e de serviços tradicionais. Reivindicando tratamento diferenciado, na qualidade de moradores de favela *abandonados* pelo Estado, argumentavam não ter como manter empregados permanentes e regularizados, pois muitas vezes não “faziam” o suficiente para cobrir custos e quem “ajudava” o fazia eventualmente.

Não menos importantes foram outras possibilidades de transformação desses territórios em *commodities*, também fortemente estimuladas pelo Estado<sup>12</sup>: a organização

---

<sup>10</sup> “A primeira grande dificuldade para o empreendedor é o acesso ao crédito. Por isso, dentro do programa das UPPs foi criado o Fundo UPP Empreendedor, administrado pela AgeRio, a agência de fomento do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS). Por meio dele são concedidos financiamentos entre R\$ 300 e R\$ 15 mil, com juros de 0,25% (3% ao ano) e prazo de pagamento de até 24 meses, com até três meses de carência. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/a5475572-bd40-439b-a99f-0c8a89cb973b>, acesso em 1/12/16.

<sup>11</sup> Texto de divulgação do SEBRAE. Fonte: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/quer-regularizar-o-seu-negocio-a-gente-ensina-20091009.html>, acesso em 18/11/16.

<sup>12</sup> “Se antes era o dinheiro do tráfico e dos bailes funk que movimentava o mercado local, hoje é a ascensão dos consumidores de baixa renda. (...). Por ser um ambiente ‘exótico’ para muitos europeus ... as favelas passaram a fazer parte de seus roteiros turísticos quando vêm ao Rio de Janeiro. Bom para a comunidade e

de eventos e do turismo nas favelas por empresas e a inauguração de *hostels* e pousadas de pessoas de fora das localidades, utilizando-se da favela como *trade mark* que conferia a essas atividades um charme a mais (Freire, 2013). Neste caso, naquelas com uma marca distintiva a ser apropriada como valor pelo mercado: a natureza (orla marítima), alguma manifestação cultural específica, ou ainda a proposta de desenvolvimento sustentável no campo ambiental.

Os moradores esperavam ser tratados pelo Estado a partir do discurso e da justificativa oficiais: “as UPPs recuperariam a dívida social para com as favelas”. Esperavam não só a implementação de equipamentos urbanos e bens de cidadania, há muito reivindicados, mas também taxas diferenciadas na concessão (ágil) de microcrédito, estímulo e apoio do SEBRAE para que pudessem gerir sua sobrevivência e se integrar de forma melhor situada ao mercado de trabalho e de consumo. O que o “mercado” visualizava e apresentava como uma “janela de oportunidades” foi apropriado com certa desconfiança, mas também com a esperança de garantirem uma forma de sobrevivência. Já as *lideranças* de seus movimentos e organizações de base criticavam a substituição do repertório da cidadania pelo do empreendedorismo. Mesmo assim, buscaram ajustar suas trajetórias individuais e coletivas aos “novos tempos e oportunidades”. Dessa angulação, seja no território, seja em relação aos fóruns e encontros em que se engajaram, responderam aos agenciamentos no campo do empreendedorismo, participando de feiras e de treinamentos, envolvendo-se em levantamentos e elaborando projetos que não obtiveram as respostas esperadas.<sup>13</sup>

#### **4. Conquistando corações e mentes em favelas e periferias para o mercado?**

Estaríamos vivendo, nas favelas *pacificadas*, assim como nas periferias paulistas, já nos tempos preconizados por Margaret Thatcher? A crise do fordismo e nossa mais breve experiência de capitalismo flexível já mostrariam seus efeitos em termos de “mudar a alma” de suas populações pobres, que teriam aderido a um “liberalismo popular”?

Parece-nos que a resposta não é simples assim. Pelo que pudemos observar em

---

bom para os microempreendedores que investiram em seus negócios.” “Pequenos negócios precisam se reinventar nas comunidades pacificadas”. Fonte: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pequenos-negocios-precisam-se-reinventar-nas-comunidades-pacificadas,4d5ddb1717fb6410VgnVCM1000003b74010aRCRD>, acesso em 15/12/16.

<sup>13</sup> Notar que, com a crise das UPPs, o cenário é de desilusão com essas promessas de integração urbana e de *inclusão produtiva*.

nossas pesquisas, no Rio de Janeiro, há de fato adesão ao empreendedorismo. Mas ela não se faz sem críticas ao Estado que, com o programa de *pacificação* desses territórios, terminou por renovar a secular desconfiança dos pobres urbanos em relação a suas promessas, quase sempre descumpridas ou rebaixadas, exceto (e exatamente) no caso de programas que, através do aporte de recursos financeiros, lhes permitem gerir as urgências de seu cotidiano. Mas, então, é menos o Estado e mais quem os implementou que é objeto de reconhecimento. Se há esperança em agenciar a si próprio para o mercado, como o estímulo ao empreendedorismo e a mercantilização de seus territórios de moradia lhes acenam, podemos, de um lado, considerar que se trata de um certo ajustamento ao “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 1999). De outro, parece-nos que o impulso nesta direção relaciona-se menos com uma adesão ideológica às vantagens da informalidade, e mais com uma “saída de emergência” (Telles; Cabanes, 2006): uma “viração” para seguir vivendo e gerindo sua sobrevivência. Por fim, ressaltamos, uma outra dimensão crítica que recolhemos nos depoimentos. A valorização da informalidade no trabalho vem em paralelo com o estímulo e/ou a obrigatoriedade da formalização dos pequenos negócios, das casas, da energia elétrica, etc., envolvendo aumento significativo nos custos de viver e trabalhar em favelas *pacificadas*.

Com efeito, se, antes, a noção de informalidade, com valor negativo, recobria a vida nesses territórios, remetendo o trabalho informal, a moradia, as atividades econômicas, o consumo de energia elétrica, TV a cabo, etc., ao campo da precariedade, mas também da ilegalidade e mesmo do crime, atualmente essa requalificação da informalidade envolve formalização/legalização de toda a atividade e de todos os bens econômicos, que se tornam assim disponíveis para o mercado mais amplo (Rolnik, 2015), bem como dispositivos de controle da vida nas favelas.

Se, como sabemos, a expansão da criminalidade urbana no Rio de Janeiro ecoou nas interpretações e na administração dos conflitos sociais nas favelas, subsumindo o horizonte da cidadania e da integração social à abordagem pela lente da segurança pública (Machado da Silva, 2010), podemos considerar que a política de *pacificação*, com seu estímulo ao empreendedorismo, representa também nesse aspecto uma nova inflexão no tratamento ao “problema favela”. Tal curvatura nas políticas de integração social para moradores de favela está inserida, em nosso entendimento, no amplo e contraditório processo de transformação econômica, política e social que dinamiza, desde os anos 1980,

o regime de acumulação financeira. Para nós, os múltiplos agenciamentos dos moradores de favelas *pacificadas* pelo/para o mercado são expressões, ao mesmo tempo, da metamorfose do mundo do trabalho, da reestruturação urbana e da reconfiguração das políticas sociais, cuja unidade provisória parece ser uma nova ética capitalista de (des)regulação social.

### Referências bibliográficas

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

CASTEL, R. *A metamorfose da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAS, V.; POOLE, D. (Org.). *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: James Currey, 2004.

DE TOMMAZI, L. Empreendedores da cultura: jovens produtores culturais de *favela* entre trabalho, ativismo e criatividade. In: LEITE, M. P. *et al.* (Org.) *A militarização da vida urbana*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, no prelo.

DUTRA, R. A disputa pelo liberalismo popular das periferias. Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584\\_898223.html?id\\_externo\\_rsoc=whatsapp](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584_898223.html?id_externo_rsoc=whatsapp), acesso em 02/05/17.

FELTRAN, G. “As esquerdas perderam votos nas periferias quando deixaram de ser esquerdas”, diz pesquisador. Entrevista a Marina Amaral, em 17/04/2017. Disponível em <http://apublica.org/2017/04/as-esquerdas-perderam-votos-na-periferia-quando-deixaram-de-ser-esquerdas-diz-pesquisador/>, acesso em 17/04/17.

FREIRE-MEDEIROS, B. *Tourism Poverty*. Nova York: Routledge, 2013.

GOMES, R. C. *Gestão da sobrevivência e empreendedorismo como projeto: o “problema favela” no regime de acumulação financeira*. 2016. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

HARVEY, D. Neo-liberalism and the restoration of class power. In: HARVEY, D. *Spaces of Neoliberalization: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. Munique: Franz Steiner Verlag, 2005. p. 7-54.

IVO, A. B. L. *et al.* (Org.). *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*. São Paulo: Annablume/Brasília: CNPq, 2013.

LEITE, M. P. De territórios de pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contexto de ‘pacificação’. In: BIRMAN, P. *et al.* (Org.). *Dispositivos*



*Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 377-401.

\_\_\_\_\_. Entre a 'guerra' e a 'paz': UPPs e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.7, p. 625-642, 2014.

LIMA, J. L. de S. 2008. *Empreendedorismo social: uma perspectiva de cidadania social e alternativa de trabalho e renda nos espaços populares*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da Informalidade à Empregabilidade (Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho). *Caderno CRH*, Salvador/UFBA, v. 37, n. 37, p. 81-109, 2002.

\_\_\_\_\_. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador/UFBA, v. 23, p. 283-300, 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MORAES, A. *et al.* A periferia contra o Estado? Para escapar das ciências tristes. Criemos outras realidades. Disponível em <https://urucum.milharal.org/2017/04/24/a-periferia-contra-o-estado/>, acesso em 14/04/17.

POCHMAN, M. Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo. Entrevista a Patricia Fachin, em 17/04/2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/566647-valores-da-periferia-estao-mais-proximos-do-anarquismo-do-que-do-liberalismo-entrevista-especial-com-marcio-pochmann>, acesso em 18/04/17.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

TELLES, V.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus personagens*. São Paulo: Humanitas, 2006.

## **Pobreza no Brasil de 1992 a 2014: evidências empíricas para análise do papel de políticas sociais inclusivas**

Paulo de Martino Jannuzzi

Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE

### **Resumo**

Este texto sistematiza um conjunto de indicadores de renda, desigualdade e pobreza de 1992 a 2014, e busca interpretar suas tendências como efeitos conjugados de uma combinação virtuosa de decisões políticas no campo econômico, social e institucional, especialmente após 2004 e, em particular, na vigência do Plano Brasil Sem Miséria, estratégia de política social inclusiva entre 2011 e 2014.

A hipótese de trabalho em que esse trabalho se alicerça é de que os avanços sociais entre 2004 e 2014, muito longe de serem resultado natural das forças do mercado ou do *boom* das *commodities* no comércio internacional nos anos 2000, foram consequência de um deliberado esforço de políticas públicas desenhadas e ajustadas ao longo de vários anos. A criação de um mecanismo de redistribuição dos ganhos do crescimento do PIB na valorização real do salário mínimo, a dinamização na criação do emprego e formalização da mão de obra, o fortalecimento das políticas sociais universais, a criação e rápida expansão de políticas redistributivas, compensatórias e afirmativas e, por fim, os avanços em termos de gestão, articulação interssetorial e coordenação federativa de políticas públicas configuraram as forças motrizes que aceleraram mudanças sociais em várias dimensões no período.

O texto está estruturado em três seções, além da Introdução e Considerações Finais. Apresenta-se, em seções sucessivas as tendências da renda, desigualdade e da pobreza monetária ao longo do período mencionado.

## **Introdução<sup>1</sup>**

O Brasil passou por mudanças sociais significativas ao longo dos últimos vinte cinco anos, em particular no período de 2004 a 2014, com diminuição sistemática da pobreza, da insegurança alimentar e da desigualdade social. Publicações nacionais e internacionais têm apontado esses avanços sociais, atribuindo-os com maior ou menor ênfase, de um lado, aos efeitos do crescimento induzido pela exportação das *commodities* nos anos 2000, e de outro, aos impactos do fortalecimento de políticas sociais. Alinham-se na explicação economicista, em geral, os bancos internacionais, órgãos multilaterais de fomento e centros de pesquisa de inspiração liberal; no outro lado, com interpretações mais complexas e articuladas, respeitadas as nuances, várias organizações vinculadas ao Sistema das Nações Unidas, além de instituições e unidades de investigação social mais plurais e/ou mais identificadas com teses mais intervencionistas para promoção do Bem-Estar Social<sup>2</sup>.

É representativo da interpretação mais ortodoxa-liberal acerca do progresso social no Brasil, o Relatório *Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability*, em que a recuperação das exportações brasileiras nos anos 2000, sobretudo para China, deve-se papel determinante para dinamização do mercado de trabalho e ampliação da capacidade de investimento do governo federal (Banco Mundial 2016). O acesso à crédito ao consumidor e a expansão do emprego em setores de baixa qualificação – na Construção Civil, especialmente – teriam reduzido o desemprego e ampliado a massa salarial, com desdobramentos sobre toda a economia. A política de valorização do salário mínimo também é citada como fator dinamizador, mas sem deixar de se registrar seu potencial efeito sobre a diminuição da produtividade do trabalho. Política Social destacada no relatório é, de um lado, o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria, como exemplos de efetividade na redução da pobreza e focalização de gastos públicos; de outro, a Previdência, como caso de gasto social mal direcionado, na perspectiva dos analistas do Banco.

---

<sup>1</sup> Este trabalho se vale de discussão apresentada em Jannuzzi et al (2016) e Jannuzzi (2016), com atualizações de indicadores de pobreza monetária, desigualdade e pobreza multidimensional computados posteriormente ao artigos citados.

<sup>2</sup> Nesse texto privilegia-se referências de publicações internacionais em detrimento de autores e instituições brasileiras. Essas publicações estão mais amplamente disponíveis para consulta e fazerem análises comparativas de modelos de políticas públicas e de seus efeitos, contrapondo experiências de diversos países.

Análises mais densas e abrangentes sobre a mudança social e sobre o papel das políticas públicas no país estão registradas em publicações da Cepal, PNUD e FAO. Na publicação *Desarrollo social inclusivo*, da Cepal, lançado no final de 2015 por ocasião da I Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe, reconhece-se que os avanços sociais mais significativos de alguns países da região devem-se, para além da recuperação econômica e de políticas ativas de emprego, à existência de políticas universais de educação e saúde, de um sistema estruturado de Previdência Social e de ações de cunho redistributivo e/ou focalizado, como programas de transferência de renda, políticas de igualdade racial e de gênero (Cepal 2015). Também em outra publicação da instituição, *Panorama Social da América Latina e Caribe* de 2015, apresentam-se dados sobre gasto social, medido como proporção do produto interno bruto (PIB) ou como recurso gasto por habitante, que revelam a importância do sistema de políticas sociais no país. Enquanto em 2013-2014 a média regional do gasto social situava-se em torno de 19,5% do PIB e 1.800 dólares *per capita*, no Brasil o gasto social já atingia quase 26% do PIB e mais de 3 mil dólares *per capita* (CEPAL, 2016). Somente Uruguai, Cuba e Costa Rica teriam cifras próximas ao Brasil, ficando Peru, Chile e México significativamente afastados, com inversão social não superior a 15% do PIB.

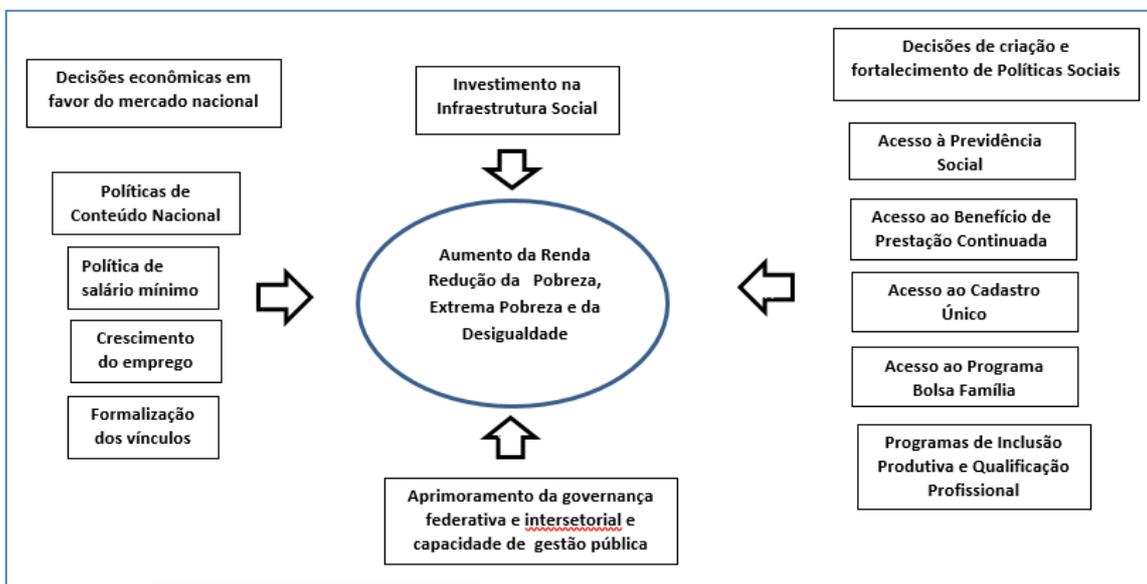
Nas últimas edições do *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD, o Brasil e seu conjunto de políticas sociais tem sido destacados como referências para outros países. No relatório de 2011, o Brasil é citado como um dos países que conseguiu combinar crescimento econômico, políticas de desenvolvimento social e estratégias de mitigação de danos ambientais (JANNUZZI 2016). No relatório de 2012/2013, o Brasil é destacado como país em que o progresso material e acesso às políticas públicas se deram em contexto de consolidação de instituições democráticas. O relatório de 2014, em que, de forma um tanto surpreendente, há uma defesa enfática do PNUD da necessidade de estruturação de um sistema de proteção social forte e universal para a promoção do desenvolvimento humano, destaca-se o Brasil pelo desenho, cobertura e escopo das políticas sociais aqui implementadas (PNUD 2014). O relatório regional para América Latina, lançado em junho de 2016 pelo PNUD também aponta nesse sentido, ao apresentar o perfil multidimensional do progresso social em diversos países da região: de 27 indicadores sociais e ambientais analisados, o Brasil apresentava desempenho superior ao esperado pelo seu PIB per capita em 19 deles, melhor que a média latino-americana (16 em 27) (PNUD, 2016).

O Relatório *Food Insecurity in the World* de 2014, publicado pela FAO, também destaca o Brasil – e suas políticas públicas – como referência para superação da fome e pobreza (FAO, 2014). Para a instituição, não foi só a ampliação da produção de alimentos que garantiu o acesso aos alimentos para população na região. A universalização do acesso aos alimentos teria sido viabilizada pela estruturação de sistemas de proteção social. Sem isso, os avanços com relação à segurança alimentar não teriam sido tão significativos. O Fome Zero, o Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o fortalecimento da agricultura familiar são elencados como experiências inovadoras nesse contexto, e que efetivamente contribuíram para a redução, no país, da desnutrição crônica, da pobreza monetária e da subalimentação. A Prevalência da Subalimentação teria caído de 10,7%, em 1990, para menos de 5% da população em 2012-2014 e a insegurança alimentar severa estaria abaixo de 2% (FAO 2016).

Procurando contribuir para essa vertente explicativa mais abrangente da mudança social no Brasil, este texto sistematiza um conjunto de indicadores sociais de 1992 a 2014, e busca interpretar suas tendências como efeitos conjugados de uma combinação virtuosa de decisões políticas no campo econômico, social e institucional, especialmente após 2004 e, em particular, na vigência do Plano Brasil Sem Miséria, estratégia de política social inclusiva entre 2011 e 2014 (Figura 1). A hipótese de trabalho em que esse trabalho se alicerça é de que os avanços sociais entre 2004 e 2014, muito longe de serem resultado natural das forças do mercado ou do *boom* das *commodities* no comércio internacional nos anos 2000, foram consequência de um deliberado esforço de políticas públicas desenhadas e ajustadas ao longo de vários anos. A criação de um mecanismo de redistribuição dos ganhos do crescimento do PIB na valorização real do salário mínimo, a dinamização na criação do emprego e formalização da mão de obra, o fortalecimento das políticas sociais universais, a criação e rápida expansão de políticas redistributivas, compensatórias e afirmativas e, por fim, os avanços em termos de gestão, articulação interssetorial e coordenação federativa de políticas públicas configuraram as forças motrizes que aceleraram mudanças sociais em várias dimensões no período, como discutido em textos da coletânea organizada por Jannuzzi et al (2016).

O texto está estruturado em três seções, além da Introdução e Considerações Finais. Apresenta-se, em seções sucessivas as tendências da renda, desigualdade e da pobreza monetária ao longo do período mencionado.

**Figura 1** – Os vetores determinantes e catalizadores da mudança social no Brasil



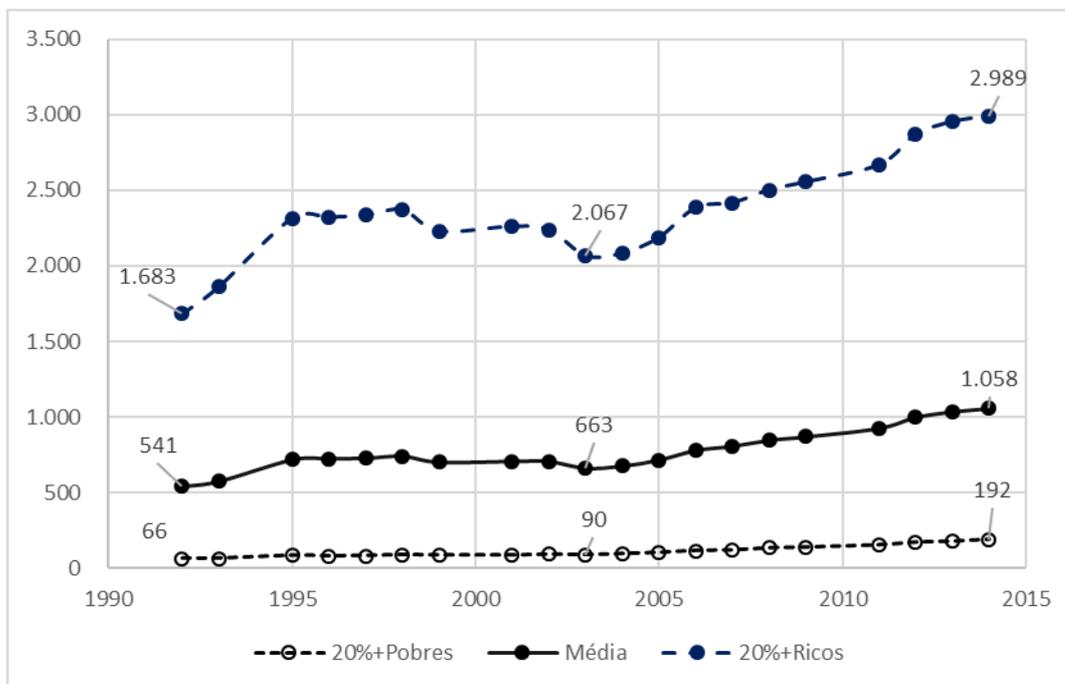
Fonte: Jannuzzi (2016)

## Evolução da Renda

Para entender a evolução das taxas de pobreza e extrema pobreza de 1992 a 2014 é importante apresentar, antes, a trajetória da renda domiciliar e sua distribuição ao longo do período (Gráfico 1). A renda média domiciliar per capita da população brasileira partiu de um patamar bastante baixo em 1992, de 542 reais, consequência do elevado desemprego e recessão econômica no país, motivado entre outros fatores pela instabilidade política que culminou com o impedimento do então presidente naquele ano. A partir de então, nos anos seguintes, com a recuperação da economia e a estabilidade de preços, a renda domiciliar apresentou uma recuperação significativa até 1998. Com a conjuntura internacional menos favorável, as dificuldades fiscais do governo federal e crise de oferta de energia elétrica, a economia brasileira passou a crescer mais lentamente, levando a estagnação e até mesmo queda da renda média em 2003 (para 663 reais).

### Gráfico 1 – Evolução da Renda domiciliar per capita (em valores de setembro de 2014)

Brasil, 1992 a 2014



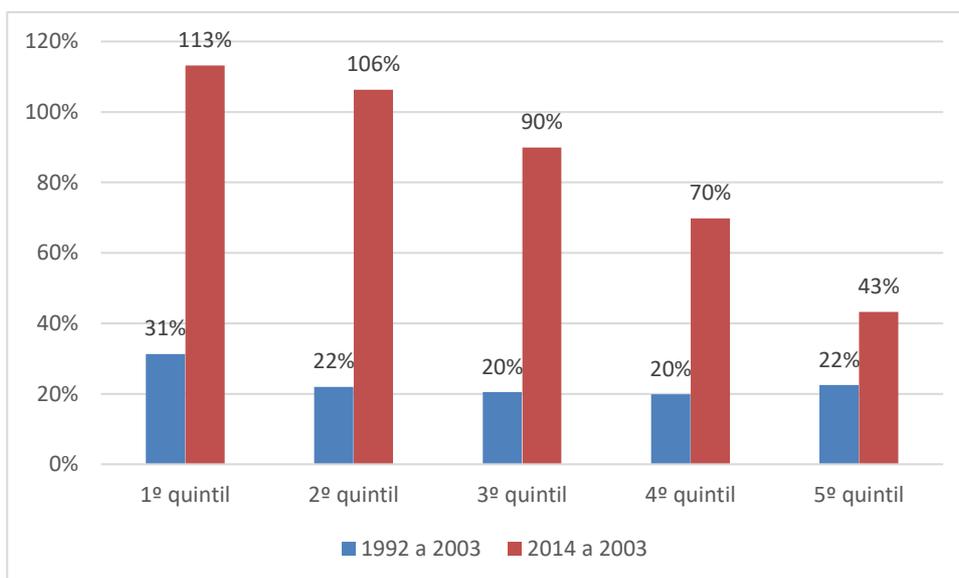
**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: SAGI/MDS. Observações relativas a esse e demais gráficos: 1. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2014, deflacionados pelo INPC. O indicador não inclui moradores na condição de pensionistas, empregados domésticos e filhos de empregados domésticos. 2. O rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios sem rendimentos ou sem declaração de rendimentos foi imputado conforme metodologias de reclassificação e imputação descritas nos Estudos Técnicos SAGI n. 5 e 6 de 2016. 3. Os pesos amostrais das PNAD de 1992 a 1999 foram harmonizados com a revisão das projeções populacionais de 2013 do IBGE conforme descrito no Estudo Técnico SAGI n. 4/2016.

Com um conjuntura internacional mais favorável, com a recuperação do emprego decorrente de decisões econômicas em favor do mercado interno – política de aumento real do salário mínimo, requerimentos de conteúdo nacional em equipamentos comprados pelo governo, recuperação dos investimentos em infraestrutura-, e com gastos crescentes em políticas sociais – na forma de oferta mais ampla de serviços e de transferências governamentais- a renda domiciliar passa a crescer de forma sistemática, escapando inclusive da Crise de 2008/09, chegando a 1.058 reais em 2014, quase o dobro (95%) do patamar inicial da série.

A renda domiciliar entre os 20% mais pobres aumentou ainda mais que a média, chegando a quase triplicar entre o início e final do período (Gráfico 2). Esse forte aumento se

deu, sobretudo, entre 2003 e 2014: enquanto que no período de 1992 a 2003 a renda domiciliar teve um aumento real de 31%, nos onze anos seguintes, a expansão foi de 113%. Embora também tivessem tido aumento real expressivo no último período, a ampliação real da renda entre os 20% mais ricos, de 2003 e 2014, foi de 43%, menos da metade do que os domicílios mais pobres.

**Gráfico 2** – Variação real da renda domiciliar per capita segundo quintis de renda por períodos Brasil, 1992 a 2014



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: SAGI/MDS. Observações: exclusive moradores na condição de pensionistas, empregados domésticos e filhos de empregados domésticos. O rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios sem rendimentos ou sem declaração de rendimentos foi imputado conforme metodologias de reclassificação e imputação descritas nos Estudos Técnicos SAGI n. 5 e 6 de 2016. Os pesos amostrais das PNAD de 1992 a 1999 foram harmonizados com a revisão das projeções populacionais de 2013 do IBGE conforme descrito no Estudo Técnico SAGI n. 4/2016. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2014, deflacionados pelo INPC.

## Evolução da Desigualdade de Renda

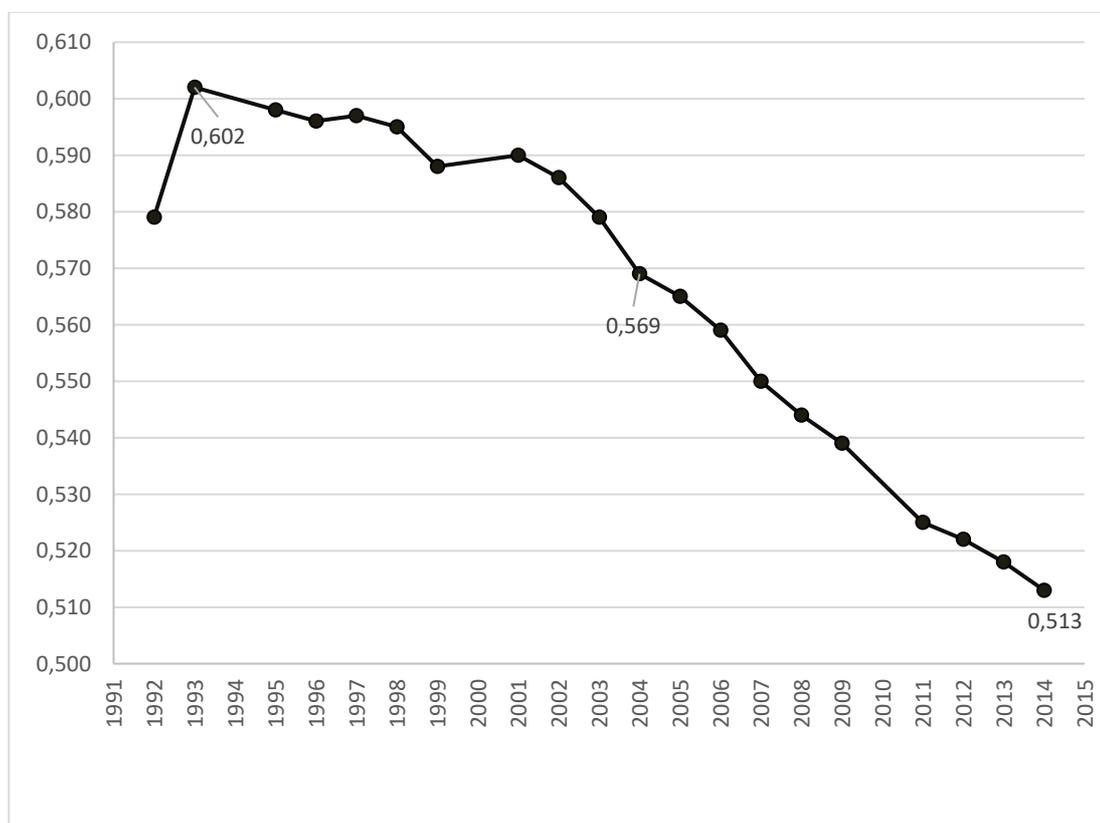
O aumento real mais expressivo e sistemático da renda entre os domicílios mais pobres refletiu-se na melhora do perfil distributivo, sobretudo a partir de 2001 (Gráfico 3). O Índice de Gini, da renda domiciliar per capita saiu de 0,60 em 1993 para 0,57 em 2003 e para 0,51 em 2014. Um indicador mais sensível a mudanças nos extremos da pirâmide socioeconômica, como a Razão do rendimento domiciliar entre os 5% mais ricos e os 5% mais pobres, revela queda mais expressiva: em 1992, a renda domiciliar *per capita* dos 5% mais ricos era 141 vezes maior que a dos 5% mais pobres; em 2004, essa razão já era 25% menor (106 vezes); em 2014, com a persistente elevação da renda entre os mais pobres, essa razão caiu ainda mais, quase

30%, chegando a 76 vezes. Se fosse usado um indicador de desigualdade em que fossem considerados os efeitos redistributivos da tributação e, principalmente, os impactos do acesso aos serviços públicos universais de educação e saúde (por imputação de valores médios dos serviços), o quadro distributivo certamente apresentaria uma melhoria mais significativa, como sugerem os resultados de Silveira (2011).

Mas, em termos comparativos internacionais, qualquer que seja o indicador usado, o quadro distributivo no país ainda é muito preocupante. Retrata, para além de diferenciais de escolaridade e de qualidade de inserção no mercado de trabalho entre mais pobres e mais ricos, a desigualdade de patrimônio e ativos, tema não tratado nesse texto. Vale destacar, contudo, que em termos históricos a tendência observada nos anos 2000 representa um fato inédito, pois como mostra Pochmann (2013), os indicadores de desigualdade mantiveram-se estáveis por toda a década de 1980 e 1990.

### Gráfico 3– Evolução do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*

Brasil, 1992 a 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: SAGI/MDS.

## **Evolução da Pobreza e Extrema Pobreza**

O aumento significativo do rendimento domiciliar da população mais pobre nos últimos anos, impactou, naturalmente, na diminuição da extrema pobreza e pobreza no país a partir de 2003, como já apontado anteriormente em Campello e Falcão (2014), analisando a série histórica de 2001 a 2013 no país. Tomando como referência as linhas adotadas para monitoramento dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria, de R\$ 70 *per capita* em junho de 2011, e adotando-se os procedimentos de tratamento dos dados de rendimento da PNAD entre 1992 a 2014 descritos em Jannuzzi et al (2014) e Fonseca e Gonçalves (2015), a extrema pobreza saiu de 13% da população brasileira em 1992 para 6,2% em 2003, chegando ao patamar de 2,3% em 2014 (Gráfico 4). A pobreza, dimensionada como a parcela da população com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 140, teve comportamento similar: saiu de um nível alto de 31% em 1992 para 21,3% em 2003, alcançando 6,7% ao final do período. Vale registrar que, ao longo de 2004 a 2014, as variações anuais das taxas quase sempre superaram o erro-amostral a que estavam sujeitas<sup>3</sup>. Fossem outras as linhas de pobreza, como as empregadas no estudo da Cepal (2015), nos bancos de dados do IPEA (Ipeadata) ou Banco Mundial (projeto Povcal), as tendências seriam semelhantes, ainda que com taxas mais altas<sup>4</sup>.

A evolução da pobreza no país seguiu, em boa medida, o comportamento do mercado de trabalho e decisivamente, a partir, de 2004, a evolução real do salário mínimo, a redução do desemprego e aumento das ocupações formais. É a combinação destes três vetores explica a intensificação da queda no período mais recente em relação ao observado nos anos 1990. Naturalmente, não se pode deixar de registrar que para redução sistemática da pobreza e extrema pobreza ao longo de todo o período também contribuíram o acesso crescente aos benefícios da Aposentadoria pela população com idade mais avançada e aos do Benefício de Prestação Continuada, por pessoas com deficiências e idosos de baixa renda. Com um número maior de pessoas recebendo rendimentos do trabalho formal ou benefícios governamentais –

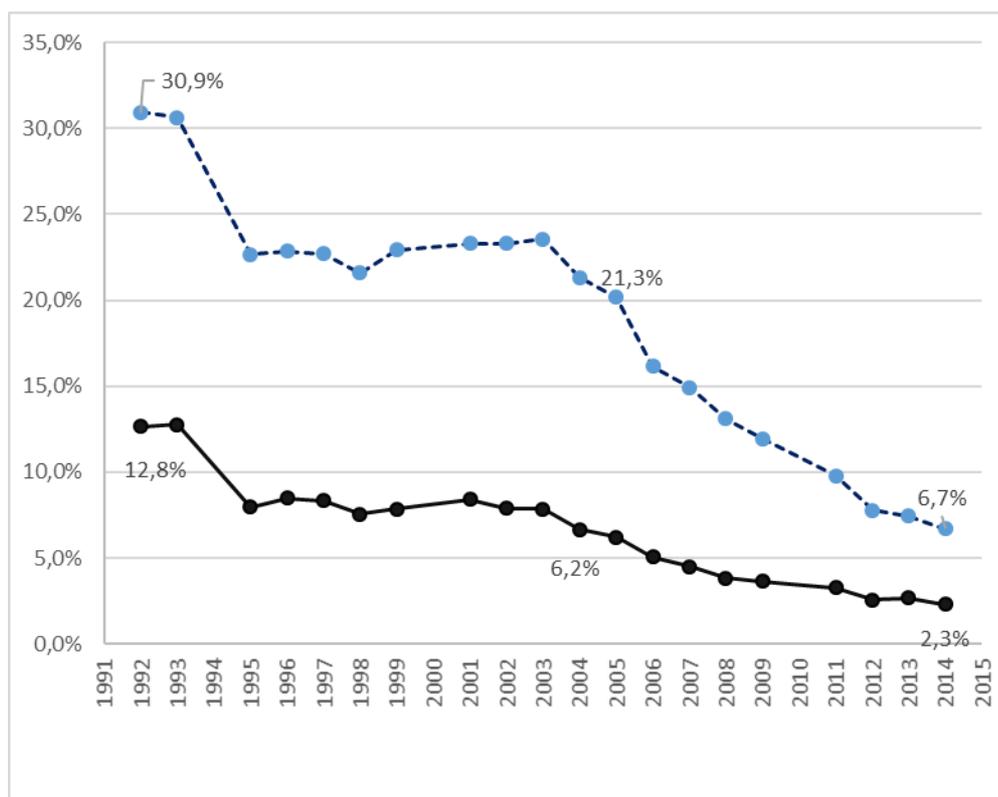
---

<sup>3</sup> Vide cálculo do erro-amostral das taxas de pobreza e extrema pobreza considerando o desenho amostral da PNAD no Estudo Técnico SAGI 24/2014, disponível no portal da SAGI (em [www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi) - Publicações - Estudos Técnicos).

<sup>4</sup> Veja nesse sentido as séries históricas de pobreza para o Brasil no [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) e <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx>. Para discussão sobre os problemas de definição e atualização das várias linhas de pobreza vide Estudo Técnico SAGI 08/2014, sumarizadas em Jannuzzi et al (2014).

de pelo menos um salário mínimo – era de se esperar que a incidência de pobreza entre os 20% mais pobres viesse a cair.

**Gráfico 4** – Evolução da extrema pobreza e pobreza (%)  
 Brasil, 1992 a 2014



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos microdados: SAGI/MDS.

Mas se o desempenho do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da queda da pobreza em diversos países, no Brasil, os programas sociais, pelo seu desenho e focalização, tiveram contribuição significativa para diminuição da extrema pobreza, como sugere o estudo de Azevedo et al. (2013). A busca ativa e a ampliação de beneficiários no Bolsa Família retiraram contingentes expressivos de população da condição de pobreza e extrema pobreza. Em um primeiro momento, com o esforço de busca ativa de população em situação mais vulnerável pelos rincões mais distantes do país e pelas periferias das grandes cidades, identificaram-se famílias para inscrição no Cadastro Único e, portanto, elegíveis para o Programa Bolsa Família. Em um segundo momento, uma vez inseridos como beneficiários do programa, essas famílias passaram a receber benefícios previstos no programa. Essas famílias inseridas, como todas as demais, passaram a dispor de um benefício médio maior, pela mudança

da estrutura de benefícios e a criação do Benefício de Superação da Pobreza, que complementou a renda até a linha de extrema pobreza, inovações trazidas no bojo do Plano Brasil Sem Miséria.

Por fim, ainda que com um papel menos abrangente, também não se pode deixar de mencionar o acesso a outros serviços e programas públicos como o fomento à produção agrícola e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. Quanto a esse último programa, a sua oferta em mais de quatro mil municípios garantiu a mais de 2,4 milhões de pessoas a oportunidade de realizar – na sua maioria, pela primeira vez – cursos de qualificação profissional que tiveram impacto significativo nas chances de inserção no mercado formal de trabalho (SOUSA *et al.*, 2015).

### **Considerações finais**

Os indicadores sociais apresentados nas seções anteriores ilustram tendências muito alvissareiras, na direção da sociedade mais inclusiva preconizada pela Constituição de 1988, com forte conexão com as políticas sociais implementadas nas últimas duas décadas. É bem verdade que essas mudanças estão ainda pouco distantes na perspectiva histórica para que se reconheça sua intensidade e ainda muito “quentes” para que as paixões políticas do presente não as tomem, de um lado, de forma muito enaltecidas ou, de outro, de modo muito crítico, deslegitimando seus efeitos concretos.

Mas ainda que o papel das políticas sociais precise ser mais investigado, não parece haver dúvidas de que a conexão delas com os avanços sociais é bastante evidente. A mudança social relevada por diversos indicadores e concretamente vivenciado por milhões de brasileiros certamente seria diferente se não houvesse tido uma clara aposta e determinação política de assegurar aumento real do salário mínimo; de aportar volume crescente de recursos para ampliação da cobertura de políticas sociais; de criar e rapidamente expandir programas voltados à superação de situações de fome e pobreza pelo país; de resgatar a capacidade de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas no país.

Infelizmente, depois de quedas sistemáticas, por mais de dez anos, dos níveis de pobreza- monetária ou multidimensional- da fome e insegurança alimentar e da desigualdade – de renda ou de acesso a bens e serviços- é muito provável que esse quadro, a partir de 2016, comece a se inverter, pela desestruturação do arranjo virtuoso de decisões de política

econômica, da evolução do mercado de trabalho e de políticas sociais que estiveram por trás dos avanços sociais nesse período. O aumento do desemprego para 12% ao final do ano, a reversão das tendências da pobreza e extrema pobreza, com elevação para mais de 8% e 3% em 2015, respectivamente, e os textos reunidos em dossiê recente sobre Política Social na América Latina, organizados por Jaccoud (2016), prenunciam que as rupturas no ambiente político-institucional terão efeitos negativos em vários aspectos da realidade social brasileira.

### **Bibliografia**

- AZEVEDO, J. P. et al. Is Labor Income Responsible for Poverty Reduction? A Decomposition Approach. **Policy Research Working Paper** n. 6414, New York: World Bank, 2013.
- BANCO MUNDIAL. **Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability**. Brasília, 2016.
- CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. **Brasil Sem Miséria**. Brasília, MDS, 2014.
- CAMPELLO, T.; FALCÃO, T. Fim da miséria é só o começo In: Tereza Campello; Tiago Falcao Silva; Patricia Vieira da Costa. (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p.793-822.
- CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2014.
- CEPAL. **Desarrollo Social Inclusivo**. Santiago, 2015.
- CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2016.
- COSTA, P. V.; FALCÃO, T. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: Tereza Campello; Tiago Falcao Silva; Patricia Vieira da Costa. (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p.237-259.
- FAO. **State of Food Insecurity in the World**. Rome, 2014.
- FAO. **Voices of Hungry: methods for estimating comparable prevalence rates of food insecurity experienced by adults throughout the world**. Roma, 2016.
- FERES, J. C.; VILATOROS, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, 15, 2013.
- FONSECA, J. C. G.; GONÇALVES, C. N.; FONSECA, M. L. S. **Metodologia de cômputo das taxas de pobreza e extrema pobreza nas PNADs 1992 a 2014**. Estudo Técnico SAGI n. 05/2016. Brasília: SAGI, 2016.
- FONSECA, J. C. G.; GONÇALVES, C. N. **Abordagens para imputação de rendimento na PNAD: método e resultados**. Estudo Técnico SAGI n. 06/2016. Brasília: SAGI, 2016.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Brasília, 2015.
- IPEA. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, 2014.
- JACCOUD, L. Apresentação do Dossiê de Políticas Sociais na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, 10(3):1-10, 2016.
- JANNUZZI, P. M. et al. Brasil Sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, 25, 2016.
- JANNUZZI, P. M. Pobreza, Desigualdade e Mudança Social: trajetória no Brasil recente (1992 a 2014). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, 10(3):30-58, 2016.
- JANNUZZI, P. M. ; SOUSA, M. F. ; VAZ, A. N. C. ; FONSECA, J. C. G. ; BARBOSA, M. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In: Tereza Campello; Tiago Falcao Silva; Patricia Vieira da Costa. (Org.). **O Brasil**

- Sem Miséria.** 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p. 763-791.
- JANNUZZI, P.M.; SOUSA, M.F. Contribuição para a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicador de Pobreza Multidimensional para América Latina inspirada em proposta preliminar da Cepal. **Estudo Técnico SAGI**, 13/2016.
- NERI, M. CAMPELLO, T. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, IPEA, 2013.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano.** Lisboa, 2014.
- PNUD. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe.** Nova York, 2016.
- POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- SILVEIRA, F. G. *et al.* Qual é o impacto da tributação e dos gastos públicos sociais na distribuição de renda do Brasil? Observando os dois lados da moeda. In: **Progressividade da tributação e desoneração da folha de pagamentos: elementos para reflexão.** Brasília: Ipea; Sindifisco: DIEESE, 2011.
- SOUSA, M.F., SILVA, Y.C., JANNUZZI, P.M. Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Bolsa Formação para formalização do emprego dos microempreendedores individuais: análise dos participantes beneficiários do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** Brasília, Brasília, 24, p. 156-179, 2015.

### **Anexo Estatístico**

Nesse anexo estatístico apresentam-se as séries históricas dos principais indicadores ilustrados, de pobreza e desigualdade, calculados a partir dos microdados originais disponibilizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, segundo dois procedimentos de tratamento de renda domiciliar - “Análise Discriminante” e “Vizinho Mais Próximo”- descritas em detalhes em Fonseca *et al* (2016) e Fonseca e Gonçalves (2016), respectivamente.

Tais procedimentos se justificam pela parcela significativa de pessoas em domicílios com rendimentos nulos ou sem rendimento declarado na PNAD – da ordem de 2,4 milhões e 10,8 milhões de pessoas na PNAD 2013, respectivamente. Como discutido em Jannuzzi *et al* (2014), pela dimensão quantitativa e perfil socioeconômico típico desses segmentos, incorre-se em uma superestimação das taxas de extrema pobreza e pobreza se não se realizar procedimentos metodológicos de tratamento da renda domiciliar. A superestimação das taxas decorreria pelo acréscimo de pessoas com renda zero, sem perfil de baixa renda, no numerador, e não consideração, no denominador, dos domicílios sem rendimento declarado, cujo perfil médio também não é de baixa renda.

Nesse texto as estimativas apresentadas baseiam-se na série histórica calculada pelo a técnica de imputação “Vizinho Mais Próximo”. Embora já se dispusesse, por ocasião da divulgação dos resultados da PNAD 2014 em dezembro de 2015, das estimativas de renda, pobreza e desigualdade segundo a metodologia “Vizinho mais Próximo”, avaliada tecnicamente como mais completa que a até então adotada – “Análise Discriminante”, desenvolvida em 2013-2014- pela possibilidade de imputação de rendimentos, optou-se por divulgar aquelas que guardavam compatibilidade histórica com as divulgadas no livro do Plano Brasil Sem Miséria (CAMPELLO, FALCÃO e COSTA 2014).



Com a divulgação dos resultados da PNAD 2015, em final de 2016, obteve-se mais evidências de consistência da nova metodologia desenvolvida e por isso, são apresentadas nesse texto. A divulgação dos resultados de renda domiciliar e taxas de pobreza da PNAD-Contínua, entre 2012 e 2016, a ser realizada em meados de 2017, trará novos subsídios para essa discussão. A expectativa é que seja próxima das aqui apresentadas, já que existem procedimentos de supervisão de campo mais aprimorados e também de imputação na pesquisa.

**Tabela 1: Taxas de Extrema Pobreza (EP), Pobreza (PO) e Índice de Gini da renda domiciliar per capita, segundo diferentes metodologias de tratamento da renda domiciliar (renda original sem tratamento, e dois métodos de imputação, por Análise Discriminante e Vizinho mais Próximo)**

**Brasil 1992 a 2014**

Ano	EP Original	EP imp An Dis	EP imp Viz Prox	PO Original	PO imp An Dis	PO imp Viz Prox	I.Gini Original	I.Gini imp An Dis	I.Gini imp Viz Prox
1992	13,6%	13,5%	12,6%	31,4%	31,1%	30,9%	0,581	0,582	0,579
1993	13,5%	13,4%	12,8%	31,3%	30,8%	30,6%	0,602	0,606	0,602
1995	9,2%	8,6%	8,0%	23,6%	22,9%	22,7%	0,600	0,600	0,598
1996	10,0%	9,3%	8,5%	24,1%	23,3%	22,9%	0,601	0,600	0,596
1997	9,6%	8,8%	8,3%	23,9%	23,0%	22,7%	0,601	0,599	0,597
1998	8,9%	8,1%	7,5%	22,9%	21,9%	21,6%	0,599	0,598	0,595
1999	9,1%	8,4%	7,8%	24,0%	23,2%	22,9%	0,593	0,592	0,588
2001	9,9%	9,0%	8,4%	24,7%	23,5%	23,3%	0,594	0,594	0,590
2002	9,0%	8,3%	7,9%	24,3%	23,4%	23,3%	0,588	0,588	0,586
2003	9,0%	8,2%	7,8%	24,7%	23,6%	23,6%	0,581	0,581	0,579
2004	7,6%	7,1%	6,6%	22,3%	21,5%	21,3%	0,570	0,571	0,569
2005	7,0%	6,5%	6,2%	21,0%	20,3%	20,2%	0,568	0,568	0,565
2006	5,8%	5,3%	5,0%	16,9%	16,3%	16,1%	0,561	0,563	0,559
2007	5,7%	4,9%	4,5%	16,1%	15,1%	14,9%	0,554	0,553	0,550
2008	4,8%	4,2%	3,8%	14,1%	13,3%	13,1%	0,544	0,545	0,544
2009	4,6%	4,0%	3,6%	13,0%	12,2%	12,0%	0,540	0,541	0,539
2011	4,4%	3,7%	3,3%	11,0%	10,2%	9,8%	0,529	0,531	0,525
2012	3,6%	2,9%	2,6%	8,9%	8,0%	7,8%	0,526	0,527	0,522
2013	4,0%	3,1%	2,7%	8,8%	7,8%	7,4%	0,525	0,523	0,518
2014	2,8%	2,5%	2,3%	7,3%	7,0%	6,7%	0,515	0,517	0,513

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos microdados: SAGI/MDS.



## **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**

Rosa Kato

[rosakato@ig.com.br](mailto:rosakato@ig.com.br)

(UFPE-Campus Caruaru)

Danielle Carusi Machado

[daniellecarusi@vm.uff.br](mailto:daniellecarusi@vm.uff.br)

(UFF)

Claudia Satie Hamasaki

[cshamasaki@gmail.com](mailto:cshamasaki@gmail.com)

FACAMP/Mackenzie-SP)

### **1. Introdução**

A Constituição de 1988 é um marco na história das políticas sociais brasileiras, rompeu com a necessidade do vínculo empregatício-contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em seu capítulo dedicado aos direitos sociais, promove uma alteração qualitativa muito importante em termos da concepção de proteção que havia vigorado no país até então, pois inseriu os princípios da Seguridade Social e da Universalização em áreas vitais da reprodução social (IPEA, 2008). Nesse contexto, este artigo se posiciona com a visão de que a previdência rural faz parte da Seguridade Social e é um importante instrumento de combate ao problema estrutural da pobreza e da desigualdade de renda da economia brasileira.

Vale destacar que a maioria dos trabalhos direciona a estudar a pobreza sob o ponto de vista da insuficiência de renda individual ou familiar, justificada pelo argumento de que outros tipos de carência, como alimentar, habitacional, educacional são eliminados

com o aumento da renda (ATKINSON, 1987; 1998; CHAKAVARTY, et.al., 2008; RAVALLION, 2001; ROCHA, 2000; KAGEYAMA & HOFFMANN, 2006; BARROS et al., 2001; etc). No entanto, é importante analisar a qualidade de vida dado que em situações de famílias com o mesmo nível de renda e com acessos diferenciados a serviços públicos, as condições de vida das famílias pobres são modificadas completamente, conforme demonstrado nos trabalhos de Sen (2000; 1997; 1999), Jahan et al. (2015), Kerstenetzky, Vecchio e Carvalho (2011); Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2013), Nussbaum (2000), Stiglitz, Sen e Fitoussi (2008), Thorbecke (2005), Barros, Carvalho e Franco (2006), Alkire (2005; 2009).

O conceito multidimensional da pobreza tem como base a teoria das capacitações de Amartya Sen que é abordagem não-utilitarista da pobreza que observa o desenvolvimento como *um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*. A expansão da liberdade humana depende de fatores econômicos bem como de outros fatores, tais como o acesso à educação, à saúde e aos direitos civis. Portanto, é uma visão ampla do desenvolvimento, diferente da visão de cunho mais ortodoxo (Sen, 2000).

Neste artigo queremos responder a seguinte pergunta: Como a previdência social impacta sobre a pobreza multidimensional na área rural do Brasil? Os objetivos específicos são: a) identificar as dimensões da pobreza que mais apresentam restrições de oportunidades para os dois grupos de domicílios com e sem beneficiários da previdência social, na área rural, no período estudado; b) analisar de que forma a previdência rural atua no sentido de ampliar a liberdade da família e, assim, reduzir a privação de capacidades.

Para responder ao problema de pesquisa comparamos as famílias com e sem o benefício mediante adoção da abordagem de pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster (2009) com base nas informações da POF de 2008/2009. Esta metodologia permite a identificação das famílias pobres bem como das dimensões em que esta pobreza se manifesta mais intensamente. Usamos o Índice de Pobreza Multidimensional (M0), decomposto para os grupos de comparação (domicílios com e sem aposentados) e segmentado por dimensão (necessidades materiais, inclusão econômica e necessidade de crescimento pessoal). Investigou-se, ainda, a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral por grupos de comparação e unidades de federação.

## 2. Aspectos Metodológicos

A base de dados que será usada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 do IBGE, por ser de abrangência nacional e contemplar vários itens importantes para a mensuração da pobreza multidimensional. A partir do banco de dados construído para a região Nordeste, separamos os domicílios em dois grupos: com e sem beneficiários da previdência social. A informação dos benefícios previdenciários é encontrada no registro chamado por outros rendimentos, onde a seguinte pergunta é feita para todos moradores: “Receberam algum tipo de aposentadorias, pensões, auxílios, outros rendimentos habituais e deduções no período de referências de 12 meses?” As opções de respostas são: Aposentadoria do INSS, Pensão do INSS, Aposentadoria (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública, Pensão (Municipal, Estadual e Federal) da previdência pública e Aposentadoria, Suplementação da previdência privada (aberta ou fechada). Na tabela 1 apresentamos o total de observações da nossa amostra.

**Tabela 1 - Número de domicílios da amostra por região e por recebimento do benefício de aposentadoria e ou pensão - amostra**

Região	Número de domicílios com aposentados e/ou pensionista	Número de domicílios sem aposentados e/ou pensionista	Total
Norte	563	842	1.405
Nordeste	1.555	1.731	3.286
Sudeste	922	922	1.844
Sul	723	428	1.151
Centro-Oeste	505	823	1.328
Total	4.268	4.746	9.014

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da POF.

São construídos os indicadores que captam dimensões importantes do bem estar social que vão além da renda monetária. De acordo com Nussbaum (2000), Alkire e Robles (2016), Alkire e Santos (2010) entre outros, são três as principais dimensões de qualidade de vida: necessidades materiais, de crescimento pessoal e de inclusão econômica (ver Quadro 1, no Anexo). Para cada uma, são calculados indicadores por domicílio  $i$  e agrupados numa matriz que chamamos de matriz de funcionamentos  $X = [x_{ij}]$  de ordem  $n \times d$ . Onde  $i$  representa os domicílios ( $i = 1 \dots n$ ) e  $j$  representa a dimensão analisada ( $j = 1 \dots d$ ).

Cada linha desta matriz  $X$  nos dá as realizações dos indicadores para um determinado domicílio  $i$  e a partir destes valores identificamos se um domicílio está ou não em situação de vulnerabilidade.

Esta identificação, segundo o método AK, é feita pela abordagem de *cutoff dual*. O primeiro passo é estabelecer linhas de pobreza ( $z_i$ ) para cada indicador, com base no que é socialmente aceitável. O domicílio  $i$  é privado no indicador da dimensão  $j$  se  $x_{ij} < z_j$ . Se  $x_{ij} \geq z_j$ , o contrário ocorre. A partir deste ponto se constrói a matriz  $g^0$   $n \times d$  denominada por matriz de privações. São identificadas as privações dos domicílios em cada uma das dimensões.

Depois desta etapa, é construído um vetor de pesos  $w = [w_i]$ , onde  $w_j > 0$  e  $\sum_{j=1}^d w_j = 1$ , para cada indicador atribuindo-se ordem de importância às dimensões e balanceando igualmente pesos de indicadores em cada dimensão<sup>1</sup>. De acordo com Alkire e Foster (2011), os pesos podem ser aplicados de três maneiras: entre as dimensões, dentro das dimensões ou entre os domicílios, podendo dar prioridade maior aos desfavorecidos. Iremos seguir Alkire e Seth (2015) e UNDP (2015), dando iguais pesos a cada dimensão, contudo, dentro de cada dimensão, distribuimos os pesos conforme a importância de cada indicador para a qualidade de vida de forma subjetiva e considerando o que tem sido feito na literatura (SANTOS, 2013; ALKIRE e SETH, 2015; UNDP, 2015; BATTISTON, et al. 2009). A distribuição dos pesos está no Quadro 2.

As informações sobre as privações e sobre seu grau de importância são agregadas em um vetor coluna  $c$ , onde cada elemento é igual a  $c_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}$ . O  $c_i$  é computado a partir do status de privação informado por  $g_{ij}$  e o peso relativo dos indicadores dimensionais ( $w_j$ ). Ou seja, a partir da matriz  $g_0$  podemos construir este vetor coluna  $c$  de contagem de privações. A pontuação de privação ponderada conta a quota de privação de cada domicílio  $i$ . Depois do cálculo de  $c_i$ , segue para o segundo corte  $k$  para identificação da pobreza.<sup>2</sup>

Se a contagem de privação  $c_i$  do domicílio for menor que  $k$ , o domicílio não é considerada pobre; se for  $k$  ou acima, o domicílio é identificado como sendo pobre. Essa

<sup>1</sup> Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), Santos (2013), Battiston, et al. (2009), entre outros.

<sup>2</sup> Na abordagem unidimensional requer apenas uma única variável dimensional e um único corte (linha de pobreza) para identificação da pobreza.

abordagem recebe o título de "duplo de corte" pelo uso sequencial de corte para identificar os pobres (ALKIRE e FOSTER, 2009). Seguindo Alkire e Foster (2009, 2011, 2015), usaremos o nível de cortes  $k=0,3$  e  $k=0,6$ .

A partir da identificação dos pobres, iremos calcular as medidas de mensuração da pobreza multidimensional e comparar domicílios beneficiários e não beneficiários nos estados, de modo a visualizar possíveis efeitos da previdência rural sobre a situação de pobreza multidimensional.

Computamos a extensão da pobreza pela proporção de pobres (*Headcount Ratio*), que é a razão do número de domicílios pobres ( $q$ ) identificados pelo duplo corte  $z$  e  $k$  e o total de domicílios analisados ( $n$ ). Representa a extensão da pobreza ao contar o número de domicílios cujos funcionamentos estão abaixo da linha de corte.

Outro indicador calculado é a intensidade da pobreza ( $A$ ), que consiste na pontuação média dos domicílios multidimensionalmente pobres, conforme  $A = \frac{\sum_i^q c_i}{q}$ .

O produto desses dois índices parciais ( $H$  e  $A$ ) resulta no índice de incidência ajustado multidimensional ( $M_0 = H \cdot A$ ) que capta a prevalência e a média de privações entre os pobres. Este índice retrata a informação da proporção de pobres multidimensionalmente, pode ser reescrito pela razão entre o número total de privações experimentadas pelos pobres, ou  $|c(k)| = |g^0(k)|$ , e o número máximo de privações que podem ser experimentadas por todos os domicílios pobres ou n.d.

Também iremos analisar a contribuição de cada indicador da dimensão  $j$  ( $Contrib_j$ ) para a pobreza multidimensional, conforme a equação (1):

$$Contrib_j = \frac{\sum_1^q c_{ij}}{M_0} \cdot Eq(1)$$

### 3. Análises dos indicadores multidimensionais

Nesta seção, calculamos o Índice de Pobreza Multidimensional ( $M_0$ ), cujo objetivo é captar outras formas de privação, além da renda, conforme pode ser visto na tabela 2 para a zona rural do Brasil, segundo os domicílios com beneficiários e que não têm beneficiários da previdência rural. .

Os resultados da Tabela 2 indicam que 84,65% dos domicílios da área rural do Brasil são considerados pobres (H) e a intensidade média de privação destes é 51% (A). A incidência é maior para o grupo de domicílios com benefício em um ponto percentual, mas a intensidade média é menor em 2,4 pontos percentuais. Como M0 representa a proporção de multidimensionalmente pobres ajustada pela intensidade da privação, o seu valor é maior para o grupo de domicílios sem beneficiários.

A região Nordeste destaca-se com valores mais altos dos indicadores de pobreza multidimensional. A incidência do grupo de domicílios com benefício supera em dez pontos percentuais o valor percentual da média nacional e o grupo sem benefício supera em nove pontos percentuais. A intensidade média da pobreza, também, é mais severa no Nordeste, o grupo de domicílio com e sem benefício supera em três e seis pontos percentuais a média nacional, respectivamente. O pior índice de pobreza multidimensional (M0) é o do grupo de domicílio sem benefício, mas isso só acontece na região Nordeste. Nas demais regiões o índice de pobreza multidimensional é menor no grupo de domicílio sem benefício.

Depois do Nordeste, o Norte é a região que segue com indicadores ruins, mas são maiores em no máximo um ponto percentual que a média nacional. Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam índices de pobreza multidimensionais menores. E o que acentua a diferença entre os indicadores multidimensionais é a incidência.

A menor incidência da pobreza é a do grupo de domicílios sem benefícios da região Sudeste e Sul que são inferiores a média nacional em dezoito pontos percentuais.

A figura 1 expõe o mapa do Brasil com informações sobre o índice de pobreza multidimensional para o corte  $k=0,3$ , conforme já descrito na metodologia, segundo o recebimento ou da previdência rural. Quanto mais escuras forem as cores, maiores os valores dos índices multidimensionais. Nos dois mapas, a região Nordeste é a mais escura, ou seja, concentra mais pobreza multidimensional. As áreas mais claras estão no Sul e Sudeste. Nas regiões Norte e Nordeste, na maioria das unidades de federação, as áreas mais escuras no mapa são as que não tem benefício. No Centro-Oeste, ocorre o inverso. A figura 2, por sua vez, expõe a diferença percentual entre os M0\_30 dos domicílios com e sem benefícios da previdência. Os M0\_30\_com são menores que M0\_30\_sem principalmente nas regiões de menor desenvolvimento rural que precisam dos recursos da previdência para atenuar a pobreza.

A análise da contribuição relativa de cada indicador sobre o valor de M0 possibilita entender o porquê que a influencia da previdência rural difere entre as regiões. A Tabela 3 apresenta o Índice de Pobreza Multidimensional para  $k=0,3$  desagregado por indicador de cada dimensão, por regiões.

De modo geral, entre as dimensões, as necessidades materiais ocasionaram menor percentual de privação. Porém, observa-se uma diferença significativa entre os domicílios com e sem beneficiários da previdência. Os primeiros com menores privações que o segundo. No Nordeste, explica 20,31% do índice de pobreza multidimensional dos domicílios com beneficiários e 28,08% do M0 dos sem beneficiários. Na região Sul, a participação dessa dimensão é ainda menor, 18,45% no índice de pobreza com benefício e 12,55% sem benefício.

A necessidade de crescimento pessoal é a dimensão que tem maior contribuição relativa sobre M0, pois explica mais de 50% do valor do indicador. Os indicadores de escolaridade formal (presença de adulto e chefe com escolaridade inferior a nove anos de estudo) somados superam 30%. Lembrando que, no Brasil, para  $k=0,3$ , 84,65% dos domicílios foram considerados pobres e esses considerados multidimensionalmente pobres eram, em média, privados em 51,06% dos indicadores analisados. Ou seja, a educação dos adultos na área rural é escassa, podendo ser vista como um privilégio.

Portanto, pode-se dizer que a educação é a maior privação da zona rural, seja para os domicílios com ou sem aposentados, porém com maior severidade de privação nos domicílios com aposentados. Fahel, Teles e Caminhas (2016) aplicaram o IPM seguindo a metodologia da PNUD, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002, 2007, 2012 e 2013 e os resultados corroboram que a educação é a dimensão de maior contribuição relativa para explicar o valor do IPM, correspondendo a 50%, considerando anos de escolaridade e frequência escolar. O indicador anos de escolaridade respondeu sozinho por 40% do IPM. Nosso resultado vai ao encontro deste estudo.

A informação da precariedade da escolaridade formal dos adultos indica o problema intergeracional de pobreza na área rural. Esses adultos analfabetos não completaram o ensino fundamental ou médio pois fizeram parte de famílias de baixa renda. Quando crianças não tiveram oportunidades de permanecer mais tempo na escola ou nunca foram



à escola por serem obrigadas a contribuir no sustento da sua família. Esse fato repercutiu sobre a formação de hoje, perpetuando a situação original de pobreza.

Como a privação na inclusão econômica é maior nos domicílios com beneficiários, a participação dessa dimensão será maior que nos domicílios sem beneficiários. As variações de comportamento das dimensões com relação aos dois tipos de domicílios diferem entre as regiões. O que diferencia é a proporção em que elas ocorrem nas regiões.

No Nordeste, nos domicílios com beneficiários da previdência, o ganho trazido pela previdência rural à redução das privações das necessidades materiais atenuam as maiores privações que esses domicílios sofrem nas outras duas dimensões. E os domicílios sem beneficiários vivenciam privações de necessidades materiais mais severas apesar de terem indicadores melhores de crescimento pessoal e inclusão econômica. Mas não superam o ganho trazido pela previdência.

#### **4. Considerações Finais**

A análise multidimensional reforça e amplia a visão da desigualdade social presente no país. A região mais massacrada é a região Nordeste. O que se torna uma preocupação, pois só na região Nordeste se concentra, aproximadamente, 50% da população rural do país. Os resultados evidenciaram que, principalmente, as regiões Norte e Nordeste são as mais favorecidas pelo efeito da Previdência Rural sobre a pobreza multidimensional.

Tal fato respalda a importância dessa política de Estado de Bem-Estar Social, pois estas são as mesmas regiões de maiores presenças de incidência e prevalência da pobreza em todas as dimensões, tais como, em necessidades materiais, com maiores privações de renda per capita, condições habitacionais inadequadas, maiores dificuldades de acesso a serviços públicos, maiores privações de bens duráveis, em necessidades de crescimento pessoal, com os maiores números de adultos analfabetos e, aproximadamente, em 90% dos domicílios os adultos não concluíram o ensino fundamental e, por fim, na inclusão econômica, ela ocorre via ocupação no trabalho para autoconsumo, trabalho temporário e menor formalização das relações de trabalho, caracterizando presença da pobreza multifacetada.

Tais privações vivenciadas nessas regiões limitam a capacidade dos indivíduos em sair da pobreza e a previdência atenua o conjunto de privações geradas pelas disfuncionalidades sociais vivenciadas não só pelo beneficiário como para sua família.



Antes da política de austeridade fiscal atual com o desmonte do Estado social, o Estado brasileiro tinha o combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda como um dos principais objetivos de intervenção na economia. A maior parte dessas ações esteve baseada tanto nas políticas sociais (educação, saúde, assistência ao menor) quanto nas transferências monetárias através de programas assistenciais e dos benefícios previdenciários.

A Proposta de Reforma da Previdência são retrocessos dos direitos sociais conquistados pela Constituição de 1988, visto que propõem acabar com a universalização da previdência rural, a qual foi responsável pela criação da modalidade do segurado especial, que incorpora à previdência social o amplo universo de agricultores familiares, autônomos e seus auxiliares familiares.

Lembrando que também a sociedade brasileira decidiu incorporar um contingente enorme de trabalhadores rurais que começaram a trabalhar na década de 1950 sem que tivessem tido direitos trabalhistas e sindicais ao criar o segurado especial. Esses benefícios não poderiam ser financiados por uma contribuição de 2,6% sobre a comercialização da produção rural como é estabelecido.

A estabilidade da proteção social é importante para garantir os direitos de cidadania da população brasileira. Portanto, no momento em que o governo federal não considera as contribuições sociais como fonte de recursos do cálculo da situação financeira da Previdência social, está descumprindo o que rege a Constituição Federal e está enxergando a Previdência como seguro e não como seguridade.

Todas essas propostas foram pensadas apenas no contexto de um objetivo que é a redução do déficit, sem pensar nas consequências e nas diferentes realidades socioeconômicas que existem no país. A Previdência social assumiu um papel importante na reversão do caráter concentrador de distribuição de renda e redução da pobreza no país.

Os resultados desse trabalho apontam que o efeito da Previdência sobre a pobreza multidimensional depende da intensidade da privação, quanto maior a privação, maior será o efeito. A Previdência Social teve efeitos maiores em regiões mais pobres como Nordeste e Norte. Os benefícios previdenciários atenua o conjunto de privações sofridas por essas regiões.

Por um lado, o efeito da Previdência Rural sobre a Pobreza Multidimensional é positivo por o Estado estar amparando aqueles que não têm mais capacidade laborativa e contribuindo, assim, para redução da pobreza e proteção social. Por outro, observa-se que não é suficiente, são necessárias políticas de efeitos permanentes como incentivo a agricultura familiar, reforma agrária, políticas de educação no campo, políticas de atividades produtivas não-agrícolas (novo rural), dentre outras que impactem sobre determinantes estruturais e geradores da pobreza rural.

### **Bibliografia**

- ALKIRE, S. **Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty**. Oxford Poverty & Human Development Initiative Chronic Poverty Research Centre, 2007.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2009.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI, 2011.
- ALKIRE, S.; ROBLES, G. **Global Multidimensional Poverty Index 2016**. Briefing, n.41. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2016.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M.E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. *Work Paper*, n.38. Oxford: University of Oxford, OPHI, 2010.
- ALKIRE, Sabina. **Why the Capability Approach?** *Journal of Human Development*, v. 6, n. 1, p. 155-133, 2005.
- ALKIRE, S.; SETH, S. **Identifying destitution through linked subsets of multidimensionally poor**. United Nations University World Institute for Development Economics Research, 2015.
- ATKINSON, A. **On The Measurement of Poverty**, *Econometrica*, vol. 55, n. 4, pp 749-764, 1987.
- BARROS, R. P. *et al.* **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Texto para discussão nº1227. Ipea: Rio de Janeiro, 2006.



- BATTISTON, D.; CRUCES, G.; CALVA, L.F.L.; LUGO, M.A.; SANTOS, M.E. Income and Beyond: Multidimensional Poverty in six Latin American countries. OPHI, 2009.
- CHAKRAVARTY, S.; MUKHERJEE, D.; RANADE, R. On the Family of Subgroup and Factor Decomposable Measures of Multidimensional Poverty, *Research on Economic Inequality*, vol. 8, pp. 175-194, 1998. *ia do Pensamento Científico sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa. Texto para discussão 1332. IPEA, 2008.*
- ERIKSON, R. Descriptions of Inequality. The Swedish Approach to Welfare Research. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University, 1989.
- FAHEL, M., TELES, L.R. CAMINHAS, D.A. Para além da renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 31. N.32. out, 2016.*
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*, vol. 52, n. 3, pp. 761-766, 1984.
- HAMASAKI, C. S. Programas de garantia de Renda Mínima no Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- JAHAN, S. (et.all) Human Development Report 2015. Publicado pela United Nations Development Programme (UNDP), 2015.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.*
- KATO, R., TARGINO, I., HAMASAKI, C.S. **Impactos Socioeconômicos da Previdência Social na Zona Rural do Nordeste Brasileiro: Análise dos Efeitos sobre a Pobreza e Distribuição de renda em 1991 E 2000.** VI Encontro Regional da ABET, 2007.
- KERSTENETZKY, C.L.; UCHÔA, C. SILVA., N. Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”. *Texto para Discussão n. 80. Cede, 2013*
- KERSTENETZKY, C.L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M.M. Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada as regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008. *Cede, 2011.*
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Previdência redistribui renda e diminui a pobreza no país.** Ano II, n. 04. Brasília, 2012.



NUSSBAUM, M. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RAVALLION, M. *Setting Poverty Lines: Economic Foundations of Current Practices*,

Washington: Development Research Group, World Bank, 2001.

ROCHA, S., **Pobreza e Desigualdade no Brasil**: O esgotamento dos Efeitos

Distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 721).

SANTOS, M.E. *Measuring Multidimensional Poverty in Latin American: Previous*

*Experience and the Way Forward*. OPHI, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras,

2000.

SEN, A. K. *Development as Freedom*. New York: Knopf, 1999.

SEN, A. K. *On Economic Inequality*. New York: Clarendon Oxford Press. 1997.

STIGLITZ, J.E.; SEN, S.; FITOUSSI, J.P. *Report by the Commission on the*

*Measurement of Economic Performance and Social Progress*, 2008.

THORBECKE, E. *Multi-dimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues*. The

*Many Dimensions of Poverty International Conference*, UNDP International Poverty

*Centre*, Brasilia, August 29-31, 2005.

UNPD. *Human Development Report*. Oxford University, 2015.

## Anexo – Quadros, Tabelas e Gráficos

Quadro 1: Dimensões da Pobreza e Linhas de pobreza

Componentes	Indicadores	Linha de pobreza (z)
<b>Necessidades Materiais</b>		
<b>Renda Corrente</b>	<i>Renda familiar per capita</i>	- $x_{ij} \geq 140$ (não-privado) - $x_{ij} < 140$ (privado)
<b>Condições Habitacionais</b>	<i>Ter casa própria (condição de ocupação no domicílio)</i>	- próprio já pago ou pagando (não – privado) - Cedido, alugado, outros (privado)
	<i>Densidade de moradores por dormitório</i>	- até 2 (não-privado) - Maior que 2 (privado)
	<i>Número de banheiros por domicílio</i>	- $\geq 1$ (não - privado) - 0 (privado)
	<i>Material de construção habitacional</i>	- Material Adequado (não-privado) - Material inadequado (privado)
<b>Acesso a serviços públicos</b>	<i>Acesso à água</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Esgoto Sanitário</i>	- Sim (não –privado) - Não (privado)
	<i>Coleta de lixo</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
	<i>Acesso à eletricidade</i>	- Sim (não-privado) - Não (privado)
<b>Posse de Bens Duráveis</b>	<i>Ter geladeira ou freezer</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter fogão</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter máquina de lavar</i>	$x_{ij} \geq 1$ (não-privado) - $x_{ij} = 0$ (privado)
<b>Necessidade de Crescimento Pessoal</b>		
<b>Escolaridade Formal</b>	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Escolaridade &lt; 9 anos de estudo</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
	<i>Escolaridade do chefe &lt; 9 anos de estudos</i>	- $x_{ij} < 9$ (privado) - $x_{ij} \geq 9$ (não-privado)
<b>Veículos de informações</b>	<i>Ter Computador</i>	- $x_{ij} \geq 1$ (não-privado)
	<i>Ter Internet</i>	- $x_{ij} = 0$ (privado)
	<i>Ter telefone</i>	
	<i>Ter TV</i>	
<b>Inclusão Econômica</b>		
<b>Posição da Ocupação</b>	<i>Trabalho para autoconsumo</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Emprego temporário na atividade agrícola</i>	- Sim (privado) - Não (não-privado)
	<i>Ocupação no setor formal</i>	- Não (privado) - Sim (não-privado)

Fonte: elaboração própria a partir de Kerstenetzky; Uchôa; Silva (2013); Barros; Carvalho e Franco (2006).



Necessidades Materiais	<i>Renda familiar per capita;</i>	4,97	1,18	7,15	1,47	2,05	0,41	1,96	0,28	1,54	0,55
	<i>Densidade de moradores de dormitório;</i>	2,76	1,57	1,88	0,86	1,81	0,85	1,63	0,52	1,61	0,73
	<i>Esgoto Sanitário;</i>	4,82	4,43	4,05	4,21	4,92	4,57	3,91	3,94	5,47	5,64
	<i>Acesso à energia elétrica;</i>	1,78	1,62	0,44	0,49	0,12	0,07	0,14	0,06	0,42	0,34
	<i>Acesso à água;</i>	0,58	0,61	0,94	0,83	0,16	0,09	0,02	0,05	0,14	0,11
	<i>Material de construção habitacional;</i>	3,55	3,59	4,41	4,31	3,65	2,97	1,79	1,20	4,82	4,14
	<i>Coleta de lixo;</i>	4,48	4,51	4,07	4,28	3,98	4,10	4,16	4,25	5,13	5,24
	<i>Ter casa própria</i>	1,15	0,77	1,14	0,62	3,53	2,00	3,09	1,16	4,22	2,35
	<i>Número de banheiros no domicílio</i>	0,90	0,88	1,68	1,19	0,20	0,10	0,40	0,12	0,23	0,14
	<i>Ter máquina de lavar, geladeira ou freezer; fogão</i>	2,46	2,12	2,32	2,05	1,78	1,59	1,35	0,97	1,53	1,52
<b>Total</b>		<b>27,45</b>	<b>21,29</b>	<b>28,08</b>	<b>20,31</b>	<b>22,19</b>	<b>16,76</b>	<b>18,45</b>	<b>12,55</b>	<b>25,11</b>	<b>20,75</b>
Necessidade de Crescimento Pessoal	<i>Presença de adulto analfabeto no domicílio</i>	5,69	8,80	8,01	10,62	3,91	7,14	3,36	4,95	4,88	6,23
	<i>Escolaridade &lt; 9 anos de estudo</i>	15,65	15,94	14,20	15,28	19,22	19,08	19,79	19,47	18,88	18,60
	<i>Escolaridade do chefe &lt; 9 anos de estudos</i>	14,84	15,36	13,65	14,90	18,62	18,67	18,81	19,08	18,32	18,01
	<i>Veículos de informações: computador, internet, telefone e televisão.</i>	11,58	11,35	10,24	10,46	13,14	12,75	13,83	12,15	13,84	13,24
<b>Total</b>		<b>47,77</b>	<b>51,44</b>	<b>46,10</b>	<b>51,26</b>	<b>54,88</b>	<b>57,66</b>	<b>55,79</b>	<b>55,64</b>	<b>55,93</b>	<b>56,08</b>
Inclusão Econômica	<i>Trabalho autoconsumo</i>	4,64	6,64	5,54	7,05	1,56	1,91	2,61	5,98	3,00	3,24
	<i>Emprego temporário</i>	1,81	1,76	4,13	2,81	3,32	2,34	2,52	1,47	1,82	0,92
	<i>Ocupação no setor formal</i>	18,34	18,87	16,15	18,56	18,05	21,31	20,62	24,35	14,13	19,00
<b>Total</b>		<b>24,79</b>	<b>27,26</b>	<b>25,81</b>	<b>28,43</b>	<b>22,94</b>	<b>25,57</b>	<b>25,74</b>	<b>31,80</b>	<b>18,95</b>	<b>23,16</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da POF 2008/09.

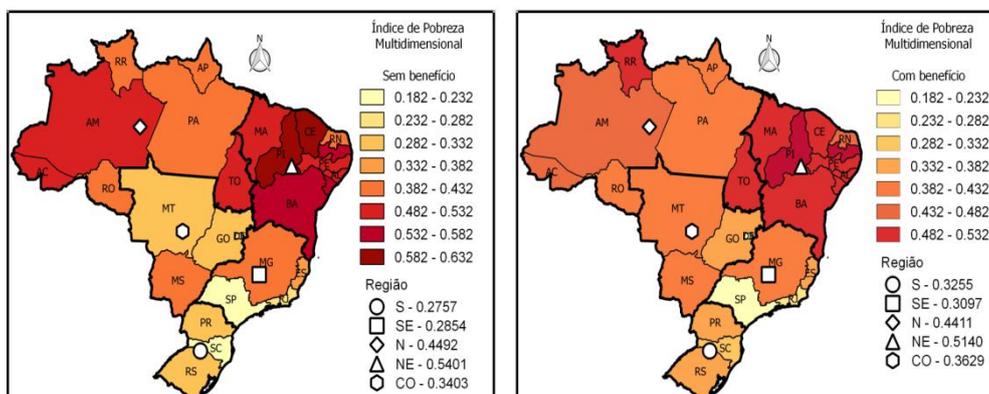


Figura 1: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.

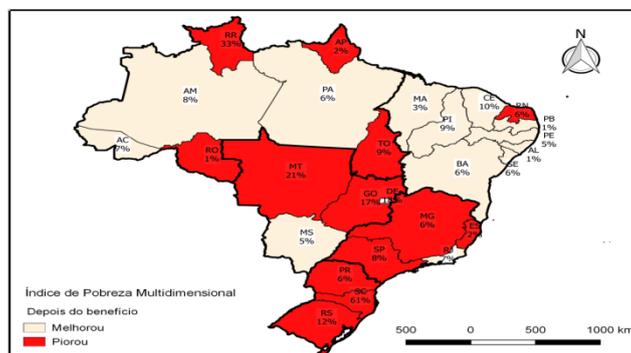


Figura 2: Índice de Pobreza Multidimensional por unidade de federação, segundo o recebimento ou não da previdência rural.



## **Regimes de Crescimento, trabalho e desigualdades<sup>1</sup>**

**Autores:**

**Sebastião Ferreira da Cunha,**

professor e pesquisador da UFRRJ

[sebacunha@yahoo.com.br](mailto:sebacunha@yahoo.com.br)

**Vanessa Petrelli Corrêa,**

professora e pesquisadora do Programa de  
Pós-graduação do IE/UFU

[vanpli2010@gmail.com](mailto:vanpli2010@gmail.com)

O objetivo deste trabalho é confrontar, através de dados empíricos para países selecionados, duas aplicações do que uma parte da teoria econômica denomina de regime de crescimento (AMITRANO, 2013), particularmente sob o aspecto das políticas públicas voltadas para melhorar indicadores de redução de desigualdades econômicas e do mercado de trabalho, e suas relações com componentes da macroeconomia. Serão cotejados, a partir de evidências de diferenças entre políticas públicas adotadas e seus impactos, o desempenho do PIB, o grau de redução da pobreza extrema, o perfil do crescimento econômico e o desempenho do setor formal e informal do mercado de trabalho.

Foram selecionados dois grupos de países por sua representatividade, em termos de participação na economia latinoamericana, quanto por serem exemplos de distinção de políticas públicas. O primeiro deles, composto por Chile, Colômbia e México, denominado de “grupo de maior alinhamento” às práticas de políticas macroeconômicas

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada durante o estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação do IE/UFU.



e institucionais ligadas ao “novo consenso” macroeconômico, destaca-se pela aderência tanto à aversão da intervenção estatal que procura corrigir “desvios” do mercado, quanto à liberalização comercial e financeira e à redução de supostas rigidezes do mercado de trabalho, com postura contrária a políticas sociais universalistas.

O outro grupo, que congrega Argentina, Brasil e Uruguai, denominado “grupo de menor alinhamento” àquelas teses, apesar de manter, cada um a seu modo e período, políticas macroeconômicas indicadas pela ortodoxia econômica, inseriu em suas agendas políticas ações de menor aderência aos cânones do “novo consenso”. Ambos países inseriram, em maior ou menor grau, políticas de transferência de renda, porém, o grupo de maior alinhamento adotou ações menos abrangentes e manteve o rigor no sentido das políticas públicas adotadas nos anos 1990, enquanto o grupo de menor alinhamento inseriu medidas que, sob determinados aspectos, representam hiato à hegemonia neoliberal<sup>2</sup>.

Ao cotejar medidas, compara-se, efetivamente, dois sentidos de teoria econômica. Um, com base nos modelos de crescimento e na monodirecional perspectiva de associação entre políticas fiscal, monetária e cambial; e outra, que compreende que condicionantes estruturais negativos, historicamente construídos, não conseguem ser minorados unicamente pela via da ação espontânea do mercado. Nesta perspectiva, a hierarquia de moedas no sistema monetário internacional, assim como a dinâmica da acumulação, impõem condicionantes para a execução de medidas não monodirecionais (CONTI, PRATES & PLIHON, 2014).

Considerando-se o caso dos chamados países menos alinhados, em confronto com o propósito dos mais alinhados, argumenta-se que iniciativas de estímulo ao crescimento através da ampliação do crédito, do investimento público em infraestrutura e de distribuição de renda pelas vias de aumento dos rendimentos do trabalho e de ampliação de programas sociais, geraram resultados mais positivos que a adesão, em maior grau, à agenda liberalizante entre 2003 e 2012.

Parte-se do pressuposto de que, raras exceções, houve certa fidelidade: (i) à manutenção de superávits primários; (ii) à condução de uma política monetária fortemente associada ao controle inflacionário; (iii) à tentativa de buscar estabilidade da

---

<sup>2</sup> Para compreender os sentidos do neoliberalismo, ver Saad Filho (2015).

taxa de câmbio para, entre outras coisas, evitar desconforto para aplicadores externos e pressões inflacionárias. Ou seja, a “não transformação” no campo das finanças e da dinâmica macroeconômica foi generalizada. Nesse contexto, ao longo do trabalho destaca-se que as políticas públicas adotadas pelos países menos alinhados geraram impactos distributivos importantes, que não devem ser desconsiderados, mas que essas mudanças não foram estruturais e são comprometidas pelas não transformações das estruturas produtivas e financeiras.

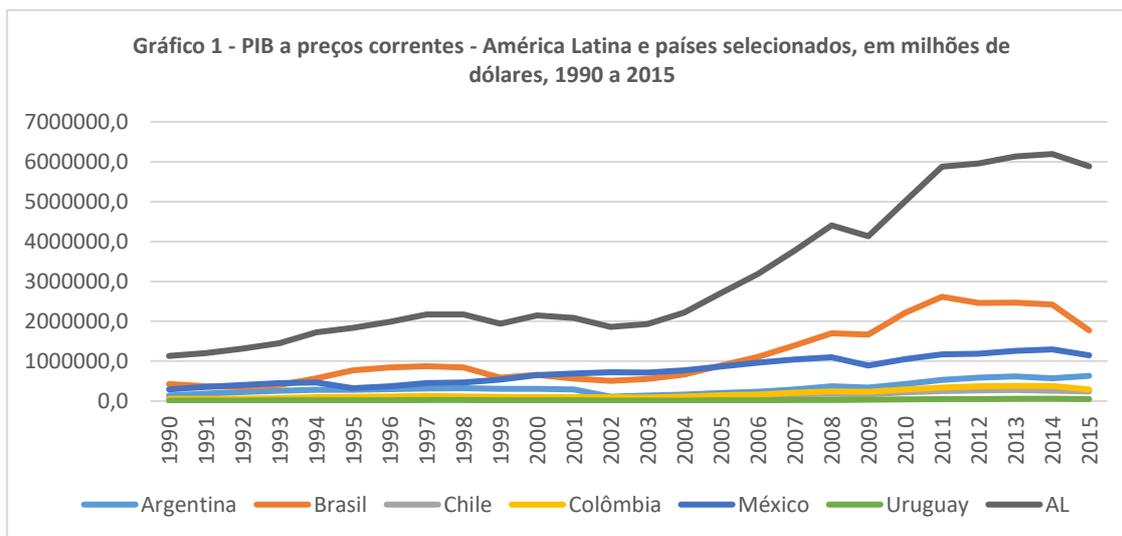
O processo de crescimento generalizado observado no período em todos os países pesquisados está inicialmente ligado à dinâmica de crescimento mundial caracterizada, nessa fase, pelo forte crescimento da China, de sua demanda por *commodities* e de aumento de seus preços. Essa articulação<sup>3</sup>, em conjunto com o crescimento norte americano e europeu (até 2007), gerou uma forte resposta dos países da América Latina na direção do crescimento expressivo das exportações de produtos primários e de manufaturados ligados a recursos naturais. As análises a seguir serão balizadas nos resultados obtidos a partir de dados sobre o crescimento econômico dos países pesquisados e estão amparadas em três blocos: o primeiro, na comparação do crescimento absoluto e relativo e suas relações com alguns aspectos do setor externo; segundo, o desempenho dos programas sociais nos dois conjuntos de países; e, por último, os resultados para os mercados de trabalho.

### **1- Dinâmica do PIB**

O primeiro grupo de dados refere-se à comparações em termos do crescimento do PIB. Como observado no **Gráfico 1**, o ano de 2003 é a referência para demonstrar o início da alteração do sentido e da inclinação da curva e expressa a volta e a intensidade do crescimento econômico, que se estende até 2011, no quesito intensidade, mas que reflete crescimento até 2014. A curva do crescimento do PIB que mais se aproxima do comportamento da América Latina é a brasileira, tendo em vista o peso de sua economia sobre a dos demais.

---

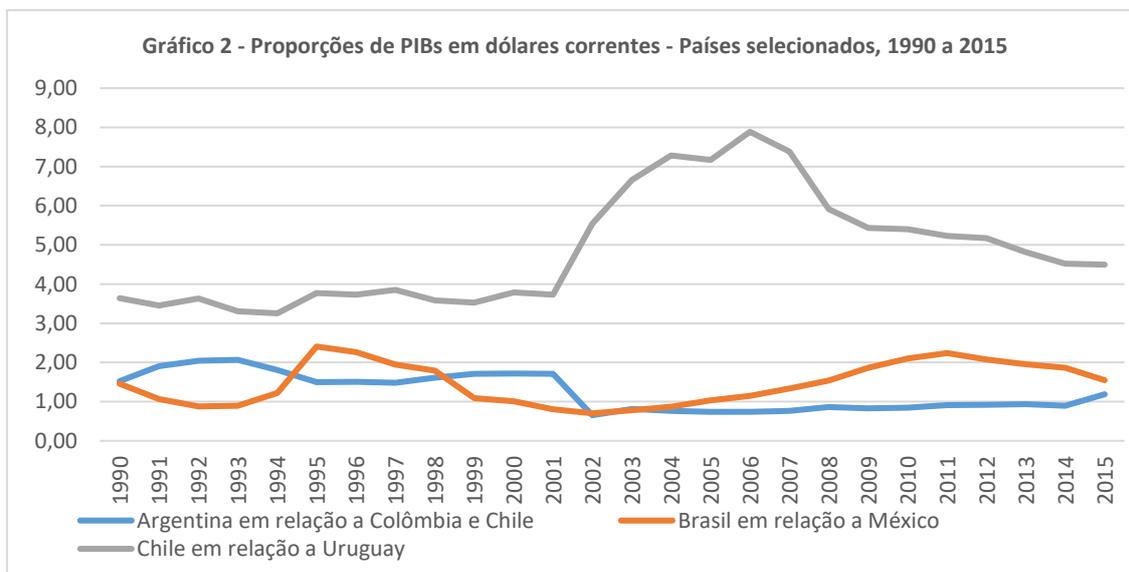
<sup>3</sup> Aqui denominada de crescimento puxado “pela linha de menor resistência”, na medida em que leva a uma aderência ao comércio mundial sem mudanças estruturais e retomando a integração primário exportadora.



Fonte: CEPAL. Estimativas CEPALSTAT com base em dados oficiais dos países selecionados. Elaboração dos autores.

Considerando-se o período 2003-2011, outro país que apresenta trajetória de crescimento mais intenso no período é a Argentina. O México apresentou uma tendência de crescimento continuado, porém, menos intenso que o brasileiro a partir de 2003, e sua adesão à economia americana lhe impôs maior sofrimento com a crise, em 2009<sup>4</sup>. O crescimento continuado foi realidade também no Chile e na Colômbia, porém, o ritmo foi menos acentuado do que na Argentina e no Brasil, em grande parte do período. Esses dados apontam um contraste com as teses de que a bonança dos anos 2000 foi resultado, em grande parte, das reformas liberalizantes da década anterior e que não possuem relação com políticas públicas específicas, particularmente aquelas associadas à regulação do mercado de trabalho, como também as políticas sociais e de incentivo ao consumo, às políticas de gastos públicos com Investimentos adotadas fortemente no Brasil, por exemplo, ou seja, ao papel do Estado na influência da dinâmica do Consumo e do Investimento, fenômeno que ocorreu para o caso dos países do chamado grupo não alinhado.

<sup>4</sup> Pesam muito na economia mexicana a exportação de petróleo, a remessa de dólares de mexicanos que vivem nos EUA (representam a segunda maior entrada bruta de dólares) e as maquiladoras, fábricas instaladas no México e que destinam sua produção para a exportação, resultado da entrada do País no Nafta, em acordo assinado em 1994.



Fonte: CEPAL. Estimativas CEPALSTAT a partir de fontes oficiais dos países selecionados. Elaboração dos autores.

O **Gráfico 2**, também elaborado a partir dos valores em dólares correntes dos PIBs dos países selecionados, é revelador dos desempenhos dos dois blocos de países analisados, principalmente se se compara o que acontece nos anos 1990 com o desempenho a partir de 2003. As linhas representam a proporção do Produto – ou renda – de uma economia em relação a outra(s) ao longo do tempo. Para explicitar a diferente dinâmica dos dois grupos foram relacionados: (i) o Brasil e o México; (ii) o Uruguai e o Chile; (iii) a Argentina com o conjunto de Colômbia e Chile. Seguindo os dados, no início da década de 1990, o PIB brasileiro representava 1,45 vezes o mexicano e apresentava tendência de queda<sup>5</sup>. Paralelamente, entre 2003 e 2011, essa proporção cresceu significativamente, até atingir o auge em 2011 (2,24 vezes).

Note-se que entre 2003 e 2011 ambos os países cresceram, mas os dados mostram que a dinâmica do crescimento brasileiro foi mais vigorosa. Entre 2011 e 2013 a dinâmica de crescimento brasileira se altera e a curva começa a decrescer. No entanto, a queda mais preocupante ocorre depois de 2014, quando o resultado volta a convergir para os dados do início de 2003 (1,55 vezes maior que a mexicana). Se pode inferir que os estímulos

<sup>5</sup> Mudanças bruscas e significativas na taxa de câmbio interferem diretamente no comportamento da curva, como parece ter ocorrido quando do início do Plano Real, já que os valores utilizados para construir as curvas estão em dólares.



ocorridos a partir de 2003 foram mais favoráveis à economia brasileira que à economia mexicana durante a maior parte do período, o contrário se observando entre 1990 e 2002.

O segundo caso de comparação, refere-se à relação entre a Argentina, de um lado, e Colômbia e Chile de outro. A recessão da economia argentina em 2002 foi um marco para a curva que exprime a proporção entre o produto argentino e o somatório dos PIBs das economias chilena e colombiana. Se ela era mais alta antes da recessão e oscilava desde o início da série, o que se nota a partir de 2002 é que o resultado da comparação aponta tendência de crescimento favorável à Argentina em praticamente todos os anos<sup>6</sup>. Não se pode esquecer que entre 2003 e 2007 e no ano de 2010, as taxas de crescimento do PIB argentino foram as mais altas entre os países pesquisados, mesmo com a economia colombiana crescendo à média de 5,5% a.a. entre 2003 e 2008, e que aquele país também seguiu passos do Brasil na inserção de medidas contracíclicas não ortodoxas. Como os dados comparados estão em dólares, é preciso recordar que desde 2002 a Argentina adotou posição de manter certa desvalorização da taxa de câmbio, enquanto a moeda chilena construiu um processo de elevação cambial de 2002 a 2010 da ordem de 34,5%.

A terceira comparação estabelecida foi entre Chile e Uruguai. Dos países selecionados, o Chile é o que apresenta a maior estabilidade em taxas de crescimento desde o ano de 1984, e, na comparação com o desempenho do PIB uruguaio, nota-se que a curva apresenta um salto significativo entre 2002 e 2006, indicando um dinamismo do Chile maior do que o do Uruguai. Porém após este período, as taxas de crescimento mais acentuadas do PIB uruguaio passam a reverter o fenômeno e a projetar tendência de retorno à proporção registrada no início do século, quando o indicador era de 3,73. Destaque-se que o período que vai de 1999 a 2003 foi extremamente desfavorável à economia uruguaia, particularmente em 2002 e 2003, quando o PIB recuou fortemente e cresceu apenas 0,81, nos respectivos anos, segundo informações do Banco Mundial, o que explica, em grande parte, o salto expressivo na curva de proporções entre os dois países. O que permite afirmar, grosso modo, que no período analisado o desempenho do

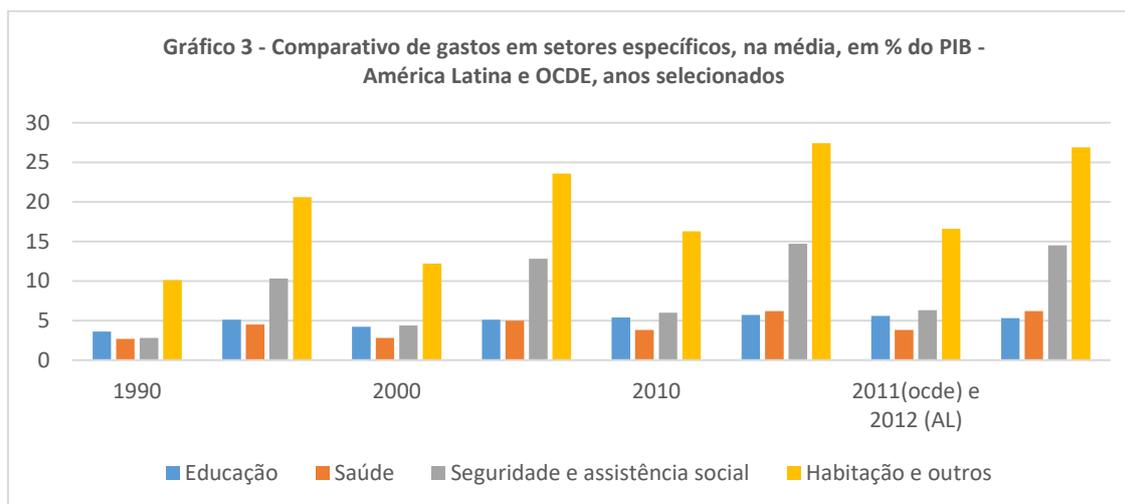
---

<sup>6</sup> Não se pode esquecer que a desvalorização cambial realizada a partir de 2003 e mantida por mais de uma década interferiu significativamente no comportamento da curva. O que significa inferir que a queda brusca inicialmente tem relação com a crise aguda e que a tendência de alta da curva pode estar subestimada.

bloco de países de menor alinhamento pode ser considerado mais satisfatório em termos da dinâmica de crescimento, com poucos pontos fora da curva.

## 2 - Políticas de distribuição de renda

Pelos dados do **Gráfico 3**, em que os primeiros grupos de colunas dizem respeito a dados para a América Latina, percebe-se que, apesar do crescimento do gasto público com saúde, educação, habitação, seguridade e assistência social em porcentagem do PIB, a destinação de recursos públicos para aquelas finalidades ainda fica bem abaixo dos valores encontrados para a OCDE. Isso é especialmente preocupante, principalmente se se leva em consideração que os países latinoamericanos têm uma dependência maior desses recursos, já que a distribuição da renda e o acesso àqueles bens e serviços são piores na região.



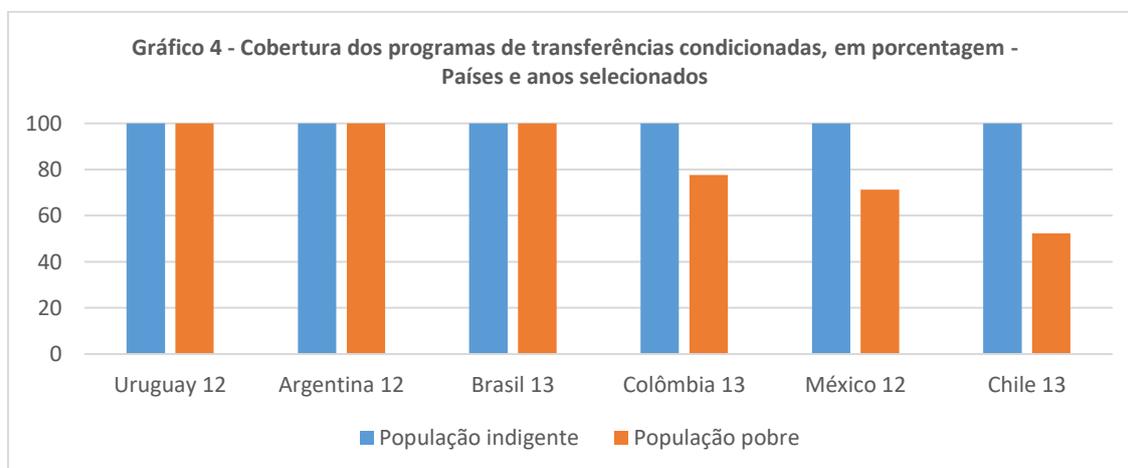
Fonte: CEPAL. Banco Mundial. Elaboração dos autores.

Em 2014, existia algum tipo de programa social, particularmente de transferência condicionada, em vinte países latinoamericanos e em todos aqueles analisados neste trabalho. O primeiro a implantar foi o Brasil, em 1995, no Distrito Federal e nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, seguido pelo México, que implantou, em nível nacional, em 1997. Se em 2000, 5,7% da população da região era coberta pelos programas, em 2013 essa porcentagem era de 21,5%, segundo a CEPAL. Ou seja, por esses dados dir-se-ia que todos os países analisados nas duas amostras consideradas apresentam políticas

de combate à pobreza absoluta. No entanto, cabe uma observação, pois existem diferenças substantivas entre os programas e essas diferenças qualificam o que se quer destacar neste trabalho. Para essa análise, seguimos as indicações realizadas por relatório da CEPAL (2015) no qual são analisadas as características dos programas de combate à pobreza nos países considerados.

Os programas são diferentes no que se refere a parâmetros essenciais, como os apoios que oferecem (monetária ou não); ao perfil do apoio; à existência/ou não de condicionalidades; à presença e severidade de sanções em caso de descumprimento de regras; às vinculações interinstitucionais. Nos programas do México (como Progres a Oportunidades – agora Prospera) e da Colômbia (Más Familias em Acción), o objetivo principal é promover o “desenvolvimento humano” da população pobre. O intento é o de melhorar os indicadores de saúde e educação buscando-se melhorar o acesso a esses serviços.

Nos casos do Chile e da Colômbia, foram montadas estruturas que buscam articular diferentes programas existentes para tentar gerar um piso de inclusão (Chile Solidario e Red Unidos de Colombia). Paralelamente, no Brasil (Bolsa Família) é efetuada uma transferência monetária, entendida como um direito à cidadania, com condicionalidades ligadas à saúde e educação como um reforço do acesso a esses direitos. No caso dos programas vigentes na Argentina e no Uruguai, os programas têm o intuito de gerar para os trabalhadores informais os direitos tradicionalmente dirigidos aos trabalhadores formais.



Fonte: CEPAL (2015, 73).

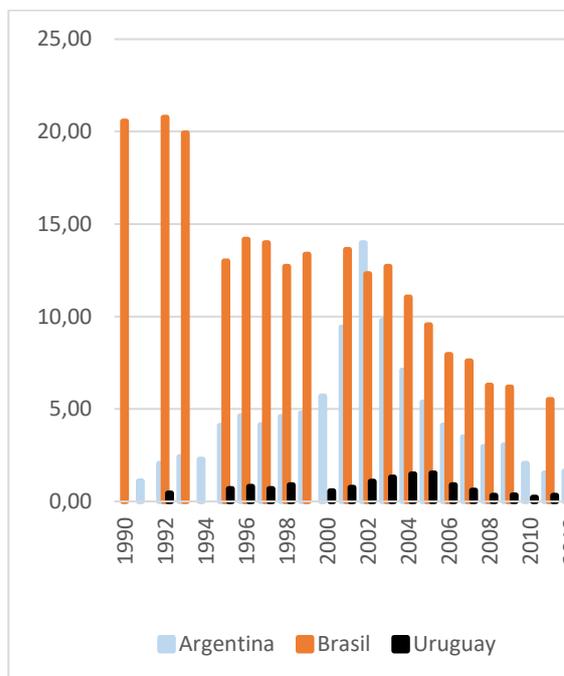
O alcance da cobertura dos programas é muito heterogênea para os países analisados, mas pelos **Gráfico 4** é possível perceber que somente Argentina, Brasil e Uruguai tinham cobertura, nos anos para os quais se dispunha de dados, de 100% para as duas condições. Paralelamente, no que tange à cobertura de “pobres”, o Chile apresenta cobertura de 52,3%, Colômbia 77,6% e México 71,3%. Nesse sentido, os países que aprofundaram a atuação nessas políticas apresentaram impactos importantes de redução da pobreza.

Apesar disso, e com diferenças entre eles, quase todos os países pesquisados mantiveram a tendência de queda da porcentagem de pobres e indigentes em relação à população total durante todo o período analisado. No Brasil, a porcentagem manteve-se em torno dos 34% de 1994 a 2002, para manifestar tendência de queda expressiva a partir de 2003, com redução em todos os anos, e chegando a 15,1% em 2013. O Uruguai é o país que apresenta os melhores números para esse indicador entre os países analisados: em 2006, 32,5% da população era indigente ou pobre e este número caiu para 11,5% em 2013. Desse total, no último ano, apenas 0,5% era indigente, frente a 2,5% em 2006.

No Chile, a tendência também foi de queda, porém, existe informação somente para os anos de 2006, 2009, 2011 e 2013. No primeiro ano, a porcentagem de indigentes e pobres da população total era de 29,1% e reduziu até 14,4% no último ano observado. A pobreza e a indigência também manifestaram queda na Colômbia, porém, os números demonstram que ainda há muito o que se fazer, pois, se em 2002 a proporção era de, aproximadamente, uma pessoa em alguma dessas condições para uma fora delas (49,7% do total), em 2013 era, ainda, de 30,6%. A exceção da trajetória de queda é o México. Em 1996 a população em condição de indigência ou de pobreza representava 69% de todos os mexicanos, sendo que chegou a 47% em 2005.

No entanto, esse número voltou a crescer para alcançar 52,3% em 2012. No que se refere aos dados apenas de indigência, os dados também são esclarecedores. No caso do Uruguai, a população de indigentes caiu de 2,5% em 2006 para 0,5% em 2013 e no Brasil caiu de 15,2% em 2003 para 5,5% em 2013. Paralelamente, a Colômbia também apresentou bons resultados nesse quesito, sendo que em 2013 contava com 9,1% da população em situação de indigência, mas no México esse número mantém-se no nível de 20%, praticamente um ponto percentual, apenas, abaixo do apresentado em 1991.

**Gráfico 5 - População que vive com menos de 1,9 US\$/dia, em PPA de 2011 - Países e anos selecionados**



Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores.

**Gráfico 6 - População que vive com menos de 1,9 US\$/dia, em PPA de 2011 - Países e anos selecionados**



Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores.

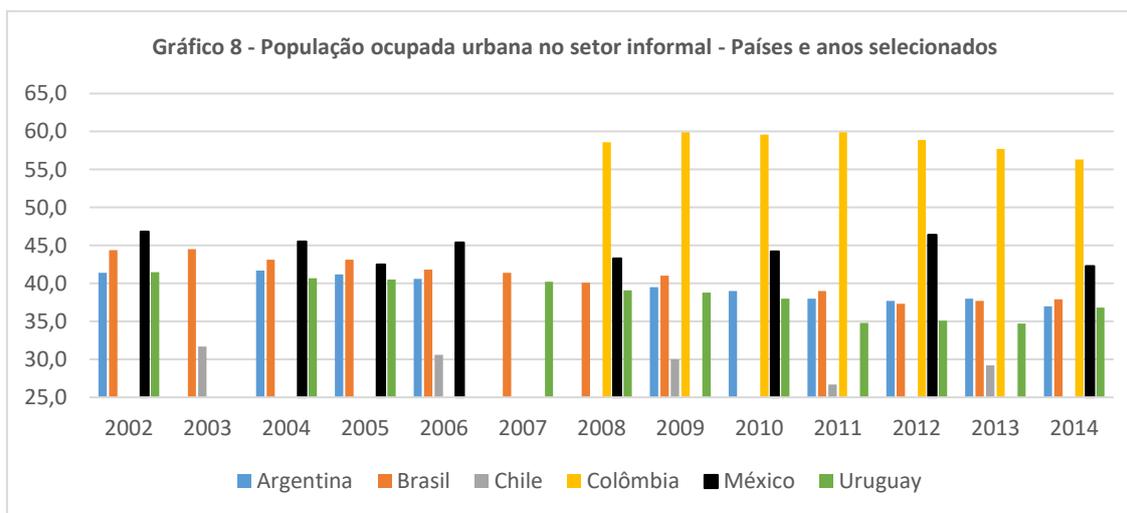
Pode-se perceber que todos os países sob estudo realizaram esforços de redução de pobreza através de políticas focalizadas. Observa-se um resultado muito importante de queda da pobreza, especialmente no Brasil e na Argentina, e também no Uruguai. No outro grupo de países, o Chile já apresentava níveis de pobreza mais baixos e manteve essa tendência. No caso da Colômbia, o nível de pobreza absoluta ainda se encontra em altos patamares e no México não houve efetivamente uma melhora significativa.

### 3 - Mercado de Trabalho

Os mercados de trabalho dos países estudados também apresentam características próprias e diferenças importantes entre si, assim como existem especificidades nas metodologias de cálculo dos indicadores de emprego. Portanto, a comparação deverá ser feita sobre parâmetros mais gerais e sobre dados agregados. Com o crescimento continuado do PIB, todos os países da região apresentaram quedas significativas nas taxas

de desemprego e aumento paulatino na geração de postos de trabalho, particularmente para aqueles que requerem menor qualificação formal, de baixa produtividade e de menor remuneração.

No Uruguai, na Argentina e no Brasil houve queda acentuada das taxas de desemprego. Para a Colômbia e o México a dinâmica é menos virtuosa. No caso do primeiro a queda é menos acentuada e, no do segundo, ocorre uma piora na dinâmica do emprego (CEPAL: 2015). No México, o aumento da produtividade com a chegada das maquiladoras após o NAFTA não gerou aumento de geração de postos de trabalho, e a tradição de permanecer um número grande de empreendimentos sem registro manteve-se, ampliando ainda mais o número de empregos no mercado de trabalho informal. Nesses termos, a análise do grau de informalidade é relevante para analisar a dinâmica do mercado de trabalho.



Fonte: CEPAL. Estimativas CEPALSTAT com base em dados oficiais dos países selecionados. Elaboração dos autores.

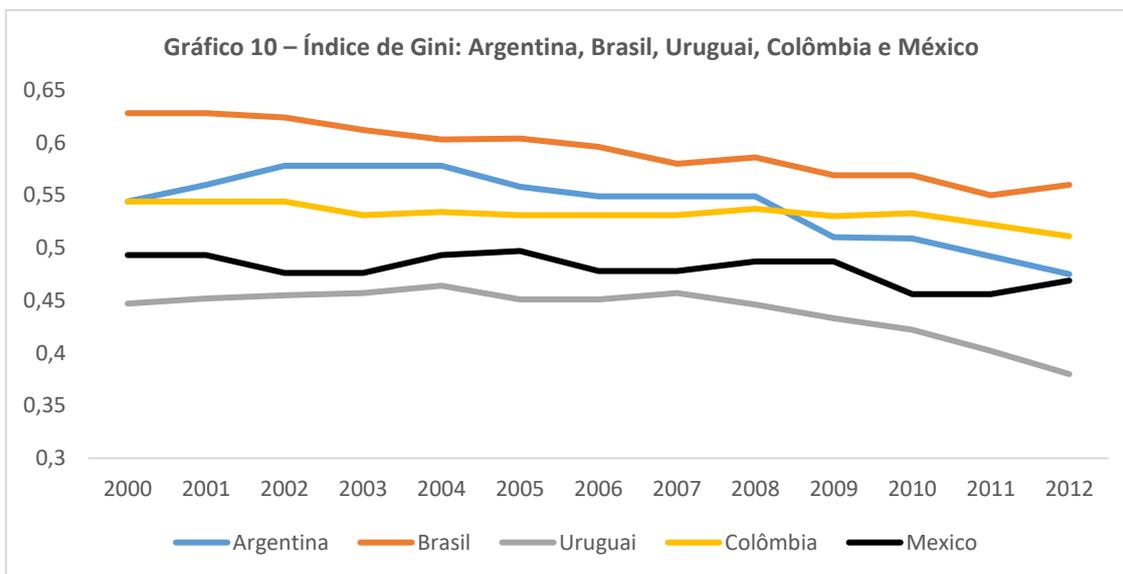
Os países mais alinhados permaneceram na lógica de manter o mercado de trabalho menos regulado e o trabalhador menos protegido. O contrário foi feito por Brasil, Argentina e Uruguai. No **Gráfico 8**, observa-se que para os países mais alinhados não ocorreram grandes mudanças da participação da ocupação informal na população ocupada total. Contrariamente a isso, a tendência de queda dessa participação foi evidente em Argentina, Brasil e Uruguai. Merece destaque o caso colombiano que, apesar de apresentar tendência de queda da participação nos últimos três anos observados no

gráfico, o mercado de trabalho permanece caracterizado por altíssimas taxas de informalidade.

No caso dos países que reduziram a informalidade, observa-se impacto importante para o crescimento da arrecadação de tributos, que cresce quando o país cresce, e aumenta o nível da formalidade. Paralelamente, isso gera aumentos nos acessos a benefícios da seguridade social, além de reverter-se em maior dinamismo da economia, haja vista, entre outras coisas, o aumento dos salários, a elasticidade-renda e o incremento no consumo, e estimular queda na heterogeneidade estrutural (CORRÊA, 2013). A esse respeito, outro destaque importante e divergente em termos do mercado de trabalho refere-se à dinâmica do salário mínimo, que encontrou sistemas de proteção por parte de Brasil, Argentina e Uruguai, conforme dados encontrados em CEPAL (2015). Assim, mais uma vez destaca-se a melhor performance em termos da adoção de políticas distributivas e de proteção do trabalho observada no caso dos chamados países não alinhados.

#### **4 - Perfil do crescimento**

A proteção ao salário mínimo realizada pelos países menos alinhados combinada com a relação entre crescimento do emprego e da renda e em conjunto com as políticas sociais distributivas e a proteção do salário mínimo, geraram condições para melhorar a distribuição de renda. No **Gráfico 10** é possível perceber a queda expressiva observada nos casos do Brasil, Argentina e Uruguai, enquanto que os patamares da Colômbia e do México, ficaram mais estagnados.



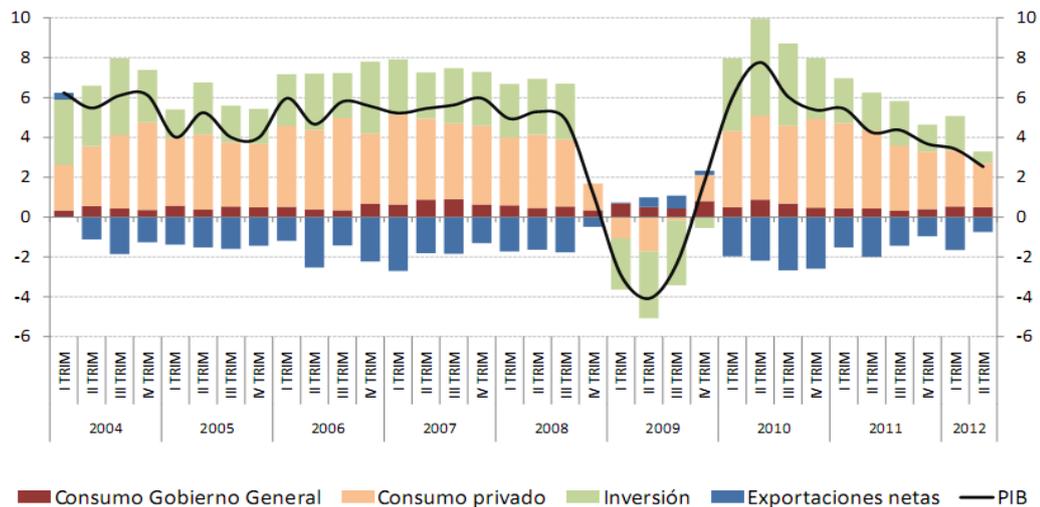
Fonte: CEPALSTAT

Percebe-se que, além do crescimento ter sido mais robusto nos países menos alinhados, também se observou entre eles uma melhora dos indicadores de distribuição de renda, o que afeta os números agregados da América Latina como um todo. De fato, o número de pobres e de indigentes existente em 2002, de 221 milhões e 97 milhões, respectivamente, reduziu-se para 180 milhões de pessoas pobres e 71 milhões de indigentes. Dessa forma, o regime de crescimento desses países foi fortemente influenciado pela ação do Estado sobre a demanda agregada. No caso dos impactos sobre o Consumo, destaca-se que a ação do Estado foi importante, por sua ação sobre o salário mínimo, por sua ação distributiva, e por sua própria ação sobre o crescimento econômico.

No caso dos países considerados menos alinhados, houve uma intervenção direta do Estado na distribuição do crédito e no Investimento Público, que afetaram tanto a dinâmica do Consumo, quanto a do Investimento. No caso do Brasil, é possível destacar o papel dos Bancos Públicos na concessão do crédito às famílias e à construção civil, além do crédito ao Investimento. Quanto ao investimento propriamente dito, pode-se destacar, além da expansão dos créditos do BNDES, as ações de investimento das empresas estatais e do próprio Estado, fatores importantes para incentivar o Investimento privado. Depois de 2009 e até 2011 a política anticíclica observada no Brasil utilizou-se justamente da ação de bancos públicos, em conjunto com a aceleração dos investimentos da estatais e do Governo.

Na crise do *subprime*, provocada pela queda do Investimento, desaceleraram, posteriormente, o Investimento e o Consumo, já que este é função da Renda. Ao seguir o caminho de menor resistência, das exportações de *commodities*, mesmo os países menos alinhados, sofreram com a instabilidade internacional, provocada pela desaceleração do Investimento, e com a mudança da dinâmica mundial após 2009. Os problemas se agravaram pela já referida ausência de mudanças estruturais, pela manutenção da lógica da liberalização financeira agregada a altos diferenciais de juros e pela ausência de política industrial ativa.

**Gráfico 11 – América Latina: Taxa de variação do PIB e contribuição dos componentes de demanda no crescimento (Dólares constantes de 2005, em percentagem e média ponderada)**



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração dos autores.

## Conclusão

O desempenho dos países menos alinhados foi mais favorável para o mercado de trabalho, para a distribuição de renda e para o crescimento econômico, mesmo sem promover mudanças estruturais e manter aspectos da macroeconomia tradicional.



## **Referência bibliográfica**

AMITRANO, C.R. (2013). **Regime de Crescimento, Restrição Externa e Financeirização: uma proposta de conciliação**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 285-316, ago.

CEPAL (2015). **Desarrollo Social Inclusivo: una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad em América Latina y el Caribe**. Conferencia Regional sobre Desarrollo Social de América Latina y el Caribe. Lima, 2 a 4 de novembro.

CONTI, B.M.; PRATES, D.M. & PLIHON, D. (2014). **A Hierarquia Monetária e suas Implicações para as Taxas de Câmbio e de Juros e a Política Econômica dos Países Periféricos**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 23, n. 2 (51), p. 341-372, ago.

CORRÊA, V.P. (org.) (2013). **Padrão de Acumulação e Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: FPA.

SAAD FILHO, A. (2015). **Neoliberalismo: uma análise marxista**. Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun.

## **PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL NO SETOR DE SERVIÇOS PARANAENSE**

**Thais Soares da Cunha Baldissera**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: [thaisnpi@hotmail.com](mailto:thaisnpi@hotmail.com)

**Edicleia Lopes da Cruz Souza**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: [edicleia.souza@unioeste.br](mailto:edicleia.souza@unioeste.br)

**Roselaine Navarro Barrinha**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão  
E-mail: [roselainenbs@gmail.com](mailto:roselainenbs@gmail.com)

### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho infantil foi tratado durante muito tempo como uma consequência da pobreza ou uma forma de amenizá-la. As sociedades concordavam que as crianças e adolescentes das camadas sociais menos favorecidas deveriam aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e evitar a possibilidade de ingresso na marginalidade. Especialmente a partir da década de 1980 essa perspectiva começou a mudar, devido ao surgimento de movimentos sociais em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes. O resultado foi a inclusão do tema do combate ao trabalho infantil na agenda nacional de políticas sociais e econômicas (SCHWARTZMAN, 2001).

Desde então várias medidas foram adotadas em prol das crianças. No Brasil tem-se a própria Constituição Federal, de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas medidas têm contribuído de forma significativa para redução da incidência do trabalho infantil, mas as estimativas da OIT indicam que ainda existem cerca de 168 milhões de crianças, na idade entre 5 e 17 anos, que estão em situação de trabalho infantil no mundo. E aqueles que estão engajados nas piores formas de trabalho infantil, somam 85 milhões de crianças (ILO, 2015). No Brasil,



em 2014, existiam cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes, na mesma faixa etária exercendo alguma atividade laboral (IBGE/PNAD, 2014).

Diante disso, o objetivo deste artigo é verificar a incidência de trabalho infantil em suas piores formas em atividades do setor de serviços, no estado do Paraná. A escolha desse setor deu-se devido a sua participação na geração de emprego, valor adicionado e renda no Estado. Para tanto, utilizou-se dados obtidos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponibilizados pelo Sistema de Informações Sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), no período de janeiro de 2006 a junho de 2016, do qual se selecionou informações referentes à quantidade e características dos menores de 18 anos trabalhadores, bem como a atividade de ocupação e os riscos decorrentes. O estado do Paraná foi selecionado por representar a quarta maior economia do Brasil, sendo que o setor de serviços é responsável por cerca de 51% do valor adicionado estadual (IPARDES, 2016). E, no entanto, o Paraná ocupa também o quarto lugar no ranking de trabalho infantil (IBGE, 2012).

## **2 TRABALHO INFANTIL: DEFINIÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Entre os pesquisadores ainda não há um consenso conceitual para o trabalho infantil, pois há posicionamentos diferentes entre eles e órgãos em relação à idade e tipo de atividades que podem ser assim classificadas. De acordo com o Bureau Internacional do Trabalho (BIT) (2006) há aqueles que consideram qualquer atividade realizada pela criança, que não esteja relacionada a atividades escolares, culturais e de lazer, como trabalho infantil. Enquanto que para outros o trabalho infantil deve incluir apenas as atividades econômicas que comprometam o desenvolvimento físico e emocional da criança, as atividades perigosas.

No Brasil, o ECA é o principal instrumento de proteção à infância. Essa Lei define o trabalho infantil como sendo todo trabalho realizado por menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Proíbe todo o trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, ou ainda aqueles realizados em horários e locais que não permitam a frequência escolar (ECA, 2012).

A OIT (2006) classifica o trabalho infantil, dividindo-o em três categorias: crianças economicamente ativas, trabalho infantil e trabalho perigoso. Na primeira, se enquadram

aquelas crianças que trabalham pelos menos uma hora em qualquer dia, num período de referência de sete dias. Na segunda categoria, excluem-se as crianças com 12 ou mais anos que trabalham apenas algumas horas por semana em trabalhos leves e autorizados e aquelas com 15 ou mais anos cujo trabalho não é classificado como perigoso. O terceiro grupo são os trabalhadores infantis em trabalhos perigosos, em suas piores formas, executados por qualquer indivíduo menor de 18 anos. É este o grupo foco desta discussão.

Especificamente para tratar das piores formas de trabalho infantil, tem-se a Convenção n.º 182, que por sua vez é uma complementação da Convenção n.º 138, ambas da OIT. Tal instrumento determina às nações a imediata erradicação do trabalho infantil em suas piores formas. Essa Convenção é aplicada às pessoas com idade inferior a 18 anos. Por esta Convenção são classificados na categoria piores formas de trabalho infantil as formas de trabalho que expõem as crianças a abusos de ordem física, emocional, ou sexual; que precisam ser realizados embaixo da terra, da água ou em alturas perigosas; que envolvam o manuseio de máquinas, equipamentos e ferramentas perigosas; que sejam em lugares insalubres ou que exponham o indivíduo a substâncias, agentes ou processos perigosos e o trabalho que exigem condições difíceis, como carga horária excessiva, trabalho noturno e impossibilidade de retorno ao lar (BIT, 2006).

Quanto às atividades que serão enquadradas nesta categoria de trabalho, cabe a cada país que adota a Convenção n.º 182 em estabelecê-las. No Brasil, a especificação destas atividades foi instituída por meio do Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008, que lista mais de 90 atividades laborais nocivas ao desenvolvimento e a saúde das crianças. Essa lista é chamada de Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

Entretanto, mesmo existindo um aparato legal contra o trabalho infantil, muitas crianças e adolescentes trabalham, inclusive nas piores formas. Desta forma, há uma busca por compreender os fatores que continuam conduzindo-os ao mercado de trabalho. Segundo Kassouf (2005) a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura das famílias, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência, estão entre os principais fatores que estimulam a entrada precoce no mercado de trabalho. Para a Promenino Fundação Telefônica (2016a) em famílias de baixa renda, há maiores chances de crianças e adolescentes terem que trabalhar para complementar a renda dos pais. Mas, fatores como a falta de perspectivas dadas pela escola e a demanda por mão de obra infantil também são influentes.

Nesse contexto, há muitos argumentos que tentam justificar a continuidade do trabalho infantil, o principal deles é que crianças e adolescentes pobres devem trabalhar para ajudar a

família sobreviver; se tornarem mais espertas e com melhores condições para crescer profissionalmente quando adultas; e a de que o trabalho garante dignidade à criança evitando o ingresso na criminalidade. Esses argumentos, porém, não justificam o trabalho infantil, já que é dever da família amparar as crianças evitando expô-las a danos físicos, intelectuais e emocionais. E é dever do Estado em protegê-las quando a própria família não é capaz (OIT, 2001). Ademais, o trabalho precoce não garante uma vida futura bem-sucedida e não é solução para a criminalidade já que ele próprio marginaliza as crianças pobres, contribuindo para perpetuar um círculo vicioso da pobreza e de baixa instrução (OIT, 2001; PROMENINO FUNDAÇÃO TELEFONICA, 2016b).

Além das causas, os pesquisadores também focam nas consequências do trabalho infantil para as crianças trabalhadoras, especialmente sobre a educação, saúde e a renda. Nicoletta (2006) argumenta que o trabalho infantil potencializa o impacto na saúde desses indivíduos. Paganini (2014) apontou que o trabalho infantil também afeta a educação adequada de crianças e adolescentes, pois aqueles que trabalham apresentam dificuldade de aprendizagem, além de provocar baixa frequência, baixo desempenho, distorção idade-série, evasão e repetência escolar. Em Souza e Pontili (2008) demonstraram-se os efeitos negativos do trabalho precoce sobre a renda e a escolaridade de adultos que foram trabalhadores infantis, e o quanto esse efeito é mais acentuado quanto menor a idade de ingresso na atividade laboral. E Campos e Francischini (2003) reforçam a relação trabalho infantil e perpetuação do círculo vicioso de pobreza.

Considera-se, portanto, que são várias as causas e as consequências do trabalho infantil, mas há certo consenso entre as pesquisas consultadas da sua relação com a pobreza e o quanto ele é prejudicial às crianças trabalhadoras, especialmente se executado nas piores formas de trabalho infantil. Daí a necessidade de intervenção estatal com medidas de erradicação dessa prática, auxiliando as famílias. No Brasil, instrumentos como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Família têm agido positivamente nesse sentido.

### **3 TRABALHO INFANTIL NAS PIORES FORMAS NO SETOR DE SERVIÇOS PARANAENSE**

O setor de serviços constituiu-se de fundamental importância para a expansão das atividades empresariais, influenciando de forma significativa a evolução do PIB brasileiro (BRASIL/MDIC, 2016). No estado do Paraná, esse setor exerce grande participação na

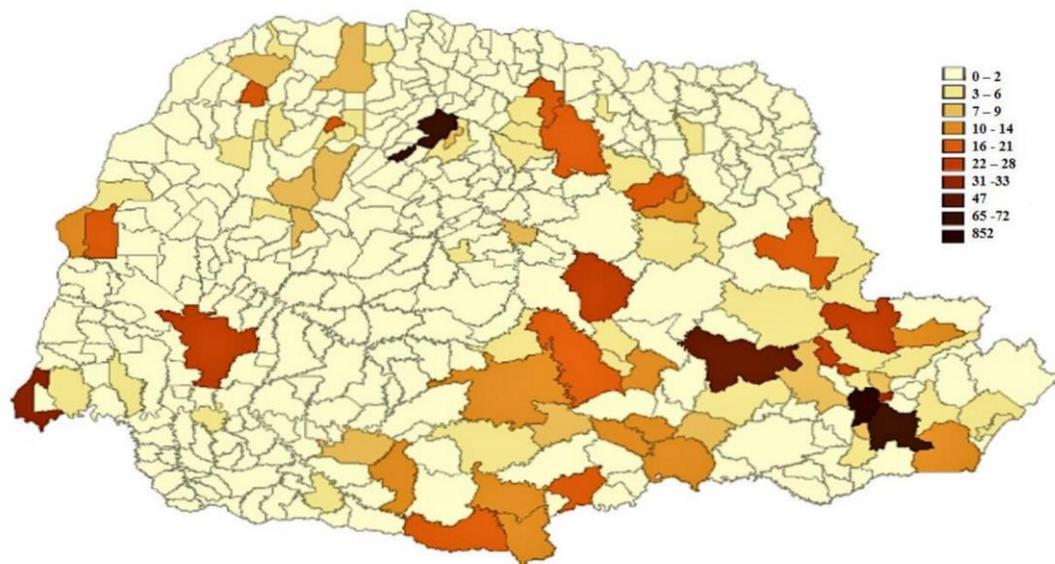
composição do PIB estadual, representando 51% de todos os bens e serviços produzidos (IBGE, 2013).

No entanto, é importante ressaltar que nesse setor são englobadas tanto as atividades que envolvem alto grau de tecnologia (desenvolvimento de *software*, telecomunicações e intermediações financeiras), bem como atividades que requer menor ou nenhuma qualificação (comércio ambulante, guardador de carros, serviços domésticos e tantos outros). Entre essas ocupações há aquelas informais, isto é, sem registro em carteira, e, ainda aquelas que absorvem inadequadamente o trabalho de crianças e adolescentes, que por sua natureza além de informal é ilegal.

Embora o Paraná tenha sua tradição pautada na produção agropecuária, este não é o setor que mais emprega mão de obra infantil. De acordo com dados do IBGE (2010) apenas o grupo de indivíduos na faixa etária de 10 a 13 anos apresentou maior destaque nesse setor, que absorve 44% das crianças trabalhadoras. Entre os jovens trabalhadores de 14 a 15 anos e 16 a 17 anos, os setores do comércio, indústria e serviços são os que têm a maior concentração dessa mão de obra, compreendendo 61% e 74%, respectivamente, do total desses indivíduos. Ressalta-se que dentre as crianças e adolescentes trabalhadores, muitos estão trabalhando em atividades perigosas, insalubres, nocivas ao seu desenvolvimento e por isso são consideradas como piores formas de trabalho infantil.

A Figura 1 mostra os municípios paranaenses onde se detectou o emprego da mão de obra infantil nas piores formas de trabalho. Eles estão presentes em todo o Estado. Observa-se que o município com o maior número de crianças e de adolescentes nessa condição foi Curitiba, com 852 indivíduos identificados. Em seguida estão os municípios de Ivatuba, Maringá e São José dos Pinhais onde foram encontrados 203 trabalhadores infantis. No total, 130 municípios paranaenses apresentaram casos de crianças trabalhadoras nas piores formas de trabalho infantil.

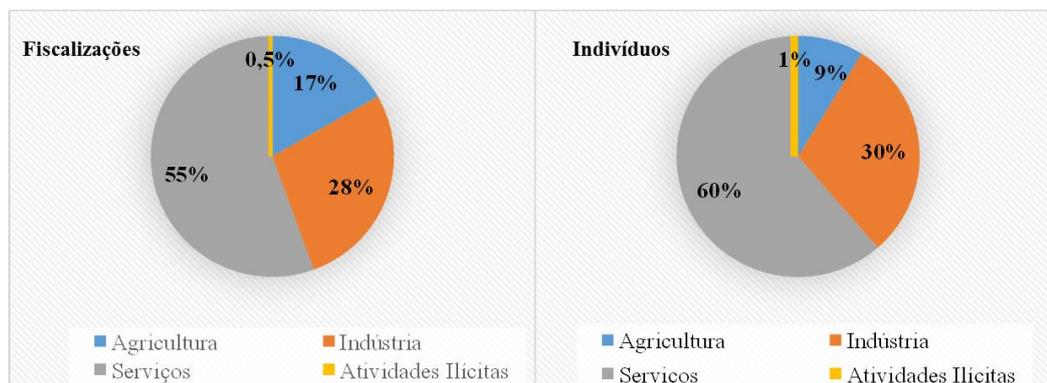
Figura 1 - Municípios paranaenses com focos de trabalho infantil em suas piores formas - 2006 a 2016



FONTE: MTE/SITI, 2016.

Quando verificado por setor de atividade conforme apresentado na Figura 2, tem-se que o setor de serviços foi o que mais recebeu fiscalizações e foi encontrado e retirado o maior número de indivíduos trabalhando. O setor representou no período verificado 55% e 60%, respectivamente, de todas as fiscalizações e crianças retiradas do trabalho degradante no Estado. Em segundo lugar está a indústria em que se registrou 28% das fiscalizações e 30% dos trabalhadores infantis. Já a agricultura ficou na terceira posição com 17% das fiscalizações e 9% da mão de obra infantil resgatada. Por fim têm-se as atividades ilícitas representando 0,5% e 1%, respectivamente, do total de fiscalizações e crianças trabalhadoras. Curitiba se desponta dos 66 municípios paranaenses em que registraram crianças e adolescentes exercendo atividades no setor de serviços, em condições de piores formas de trabalho infantil.

Figura 2 - Fiscalizações e quantidades de crianças e adolescentes trabalhadores por setor econômico do Paraná – 2006 a 2016



FONTES: MTE/SITI, 2016.

Na sequência, a Tabela 1 mostra a faixa etária das crianças e adolescentes trabalhadores resgatados. A maioria deles tinha idade entre 16 a 17 anos, correspondendo a 1.258 adolescentes, representando em termos percentuais 65,6% do total. Em seguida está o grupo de crianças e os adolescentes com idades entre 10 a 15 anos, somando 595 indivíduos, ou seja, 31% do total. Já em relação às crianças com idade inferior a 10 anos, observa-se, que nessa faixa etária foram encontradas 64 crianças, sendo 4 delas com idade de apenas até 4 anos, o que denota o quão grave ainda é esta questão do trabalho infantil no Estado. Ribeiro, Souza e Estanislau (2014) já haviam relatado o registro de uma dessas crianças, que era um menino, encontrado no município de Rio Azul, trabalhando na agricultura. Esta criança ajudava no plantio, no nivelamento de solo, na desbrota, bem como na colheita, no beneficiamento e na industrialização do fumo. As outras três crianças não foi possível identificar a atividade nem o município em que estavam inseridas.

Tabela 1 - Número e percentual de crianças e adolescentes trabalhadores nas piores formas de trabalho infantil do Paraná, segundo a faixa etária – 2006 – 2016.

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
0 a 4 anos	4	0,2
5 a 9 anos	60	3,1
10 a 15 anos	595	31,0
16 a 17 anos	1258	65,6
<b>Total</b>	<b>1917</b>	<b>100,0</b>

FONTES: MTE/SITI, 2016.

Cabe ressaltar que a maioria das crianças e dos adolescentes com idade entre 4 a 17 anos foi encontrada nas atividades do setor de serviços. Eles trabalhavam no comércio varejista de bebidas, açougues, lavagem de veículos, mecânicas, mercados, associações de defesa de direitos sociais, serviços ambulantes de alimentação, restaurante e lanchonetes. Curitiba foi o município que apresentou a maior quantidade de crianças e adolescentes trabalhadoras nas piores formas. Ainda, com relação ao fato de que eram meninas ou meninos os trabalhadores infantis encontrados, do total de crianças e adolescentes 1.371 indivíduos eram do sexo masculino e 546 do sexo feminino, representando cada um, respectivamente, 71,5% e 28,5% do total de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil nas piores formas.

Além das atividades econômicas em que se inserem crianças e adolescentes há ainda aquelas de caráter ilícito, como a exploração sexual e o trabalho forçado. Conforme apresenta a Tabela 2, foram encontrados nessas condições 15 indivíduos, dos quais 12 eram meninos. Em termos de atividades, 10 deles foram resgatados do trabalho forçado em Guaratuba, um indivíduo em General Carneiro, e dois meninos e uma menina em Inácio Martins. Já em relação à exploração sexual, foram encontradas duas jovens nesta atividade em Paranaguá, todas com idades entre 16 a 17 anos.

Tabela 2 - Número de crianças e adolescentes trabalhadores encontrados em atividades ilícitas, segundo o sexo, a faixa etária e o município paranaense - 2006 a 2016

Município	Atividade	Quantidade	Sexo		Idade	
			Menino	Menina	10 a 15 anos	16 a 17 anos
General Carneiro	Trabalho Forçado	1	1	0	0	1
Guaratuba	Trabalho Forçado	10	10	0	5	5
Inácio Martins	Trabalho Forçado	2	1	1	1	1
Paranaguá	Exploração Sexual	2	0	2	0	2

Fonte: MTE/SITI, 2016.

O trabalho forçado e a exploração sexual se enquadram pela Convenção nº 182 da OIT como uma das piores formas de trabalho infantil. O trabalho forçado ocorre em situações em que as vítimas são coagidas a trabalhar por meio do uso de violência ou intimidação. Segundo estimativas da OIT (2011) dentre os setores em que o trabalho forçado é mais identificado estão: a agricultura e horticultura; construção; vestuário e têxteis fabricados sob condições inadequadas; hospedagem e alimentação; mineração e corte de árvores; processamento e

embalagem de alimentos; transportes; serviços domésticos; outros serviços de cuidado e limpeza; indústria do sexo e prostituição.

Em relação à exploração sexual, por ser uma atividade ilegal e clandestina possui pouca visibilidade, sendo difícil de ser quantificada. Isto sugere que os números apresentados podem estar subestimados, pois conforme o Projeto Mapear, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no mapeamento realizado entre 2013 e 2014 identificou-se um total de 1.969 pontos vulneráveis nas rodovias federais brasileiras. Desse total, 179 se localizam no Paraná, colocando o Estado em 3º lugar no *ranking* dos estados com os maiores números de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais (CHILDHOOD BRASIL, 2014).

Verificando de modo geral a quantidade de criança e adolescente que foram encontradas e retiradas do trabalho infantil nas piores formas pelo MTE no setor de serviços, constatou-se que as atividades que mais apresentaram número de crianças e adolescentes trabalhando foram aquelas ao ar livre, com 72 indivíduos. Em segundo lugar se encontra os trabalhos de manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, com um total de 69 menores, sendo seguido pelos trabalhos com a utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocortantes, com 66 indivíduos. Em ruas e outros logradouros públicos foram encontrados e retirados 33 indivíduos e na Construção civil 22.

Nessas atividades, dentre as possíveis repercussões à saúde das crianças e adolescentes estão: fadiga física, queimaduras na pele, envelhecimento precoce, câncer de pele, desidratação, doenças respiratórias, dermatoses, conjuntivite, episódios depressivos, tremores, transtornos da personalidade, mutilações, fraturas, traumatismos, dores articulares, intoxicações, DORT/LER, ansiedade, estresse entre outras. Além desse número de crianças e adolescentes encontrados e retirados dessas atividades perigosas, também foram encontradas 7 crianças e adolescentes trabalhando em atividades prejudiciais a moralidade como a prestação de serviços em prostíbulos, boates, bares, em produções ou comércio de objetos sexuais e na venda a varejo, de bebidas alcoólicas (MTE/SITI, 2016).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (2012) já havia chamado a atenção o quanto as atividades executadas por crianças e adolescentes podem comprometer a saúde orgânica e psicológica, com grandes possibilidades de sequelas físicas, emocionais e comportamentais. Além de que as crianças mais jovens correm o risco de se machucarem mais gravemente e com maior facilidade devido ao fato de que seus corpos ainda não terem se desenvolvido completamente e por não possuírem a mesma resistência que uma pessoa adulta.

## 4 CONCLUSÃO

O propósito desse trabalho foi verificar a incidência de trabalho infantil em suas piores formas no setor de serviços paranaense. Os dados obtidos na pesquisa mostraram que a maioria das crianças e dos adolescentes trabalhando nas piores formas no Paraná, foi efetivamente encontrada, no setor de serviços, inserida nas mais diversas atividades, laborando desde o comércio varejista até mesmo em associações de defesa de direitos sociais. O que corrobora com a hipótese de que, mesmo o Paraná sendo um grande produtor agropecuário e a agricultura uma grande absorvedora de mão de obra infantil, não é neste setor que está inserida a maioria das crianças e adolescentes nas piores formas de trabalho infantil.

No geral, foi encontrado, no período de 2006 a 2016, um total de 1917 crianças e adolescentes trabalhando em todos os setores da economia, localizados em 130 municípios paranaenses. O que significa que em um de cada três municípios do Paraná haviam trabalhadores infantis nessa condição. Ressalta que os dados apresentados nessa pesquisa referem-se a apenas as crianças e adolescentes nas piores formas de trabalho infantil, pois o total de trabalhadores nesta faixa etária é muito maior. Além disso, ressalta-se que os dados apresentados são referentes às crianças e adolescentes que de fato foram encontrados e retirados pelo MTE de atividades laborais. Dado o fato de que as fiscalizações são realizadas mediante denúncias, os dados podem estar subestimados diante do universo de crianças e adolescentes trabalhadoras no setor de serviços paranaense. Diante disso, ressalta-se a urgência no fortalecimento das ações voltadas para eliminação do trabalho infantil no Estado, a fim de evitar que essas e outras crianças sejam vítimas do trabalho precoce, principalmente em suas piores formas.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **A importância do setor terciário**. Brasília: MDIC, 2016.



\_\_\_\_\_. **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Sistema de informações sobre focos de trabalho infantil – 2.0.** Brasília: MTE/SIT, 2016.

BUREAU INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Estatísticas do Trabalho Infantil:** Manual de Metodologias para recolha de dados através de inquéritos. Genebra: ILO, 2006.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R.. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, jan./jun. 2003.

CHILDHOOD BRASIL. **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras.** São Paulo, 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: **As piores formas de trabalho infantil.** Brasília, DF, 2012.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE - ILO. **World report on child labour 2015:** Paving the way to decent work for young people. Geneva: ILO, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD.** 2014. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jul. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010: Trabalho infantil – Amostra.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 de set. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes....** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 de set. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Trabalho infantil.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/ outros/graficos.html>>. Acesso em: 03 de ago. de 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná em números.** Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil:** causas e consequências. Piracicaba, 2005.

NICOLELLA, A. C. **Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil.** 167 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo – USP, Piracicaba, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combate ao trabalho escravo:** um manual para empregadores e empresas. Brasília: OIT, 2011.

\_\_\_\_\_. **Combatendo o trabalho infantil:** Guia para educadores. Brasília: IPEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **O fim do trabalho infantil:** um objetivo ao nosso alcance. Brasília: OIT, 2006.



PAGANINI, J. Os impactos do trabalho infantil para a saúde da criança e do adolescente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11., 2014, Capão da Canoa. **Anais Eletrônicos...**Capão da Canoa: UNISC, 2014.

PROMENINO FUNDAÇÃO TELÉFONICA. **Impactos e consequências.** São Paulo, 2016b. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalhoinfantil/impactos-e-consequencias>>. Acesso: 21 de mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que leva uma criança ou adolescente a trabalhar.** São Paulo, 2016a. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalhoinfantil/causas>>. Acesso em: 06 de mai. 2016.

RIBEIRO, J. S.; SOUZA, E. L. C.; ESTANISLAU, P. O Trabalho Escravo Contemporâneo no Paraná: Abordagem das Piores Formas do Trabalho Infantil. **Revista da ABET** (Online), v. 12, p. 164-178, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil.** Brasília: OIT, 2001.

SOUZA, E. L. C., PONTILI, R. M. Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIAO SUL, 11., 2008, Curitiba-PR, **Anais...**Curitiba-PR: ANPEC/PPGDE-UFPR, 2008.